

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

**MARIA MEIRILENE LOPES DE BRITO**

**JUVENTUDE, POBREZA E TRABALHO:  
DESAFIOS PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**Junho-2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

**MARIA MEIRILENE LOPES DE BRITO**

**JUVENTUDE, POBREZA E TRABALHO:**  
**DESAFIOS PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Juventude e Trabalho

Orientador: João Bosco Feitosa dos Santos – MS e Doutor.

Fortaleza – Ceará

2006

**MARIA MEIRILENE LOPES DE BRITO**

**JUVENTUDE, POBREZA E TRABALHO:  
DESAFIOS PARA O MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2006

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos  
Orientador

---

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas  
Membro Efetivo

---

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho  
Membro Efetivo

**Trabalho inserido na linha de pesquisa social, em Políticas Públicas, com área de concentração em Juventude e Trabalho.**

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos jovens do bairro do Bom Jardim, em Fortaleza-Ceará, cuja participação, durante o percurso metodológico, foi imprescindível para a realização deste ensaio.

Aos jovens que generosamente me possibilitaram e permitiram ver um pouco mais sobre a condição juvenil através de seus olhares.

## **AGRADECIMENTOS**

Nesse percurso de buscas, descobertas e novos desafios, cumpre-me agradecer aos que estiveram juntos, torcendo, esperando, respeitando, sendo parceiros. Às vezes por meio das discussões, de estudo, de um pequeno grande gesto e/ou palavras ou apenas um olhar, que foram expressões de energia, apoio e acolhimento. Registro todos os nomes, mas, não sendo possível grafá-los aqui, guardo-os no coração. Menciono aqui alguns essenciais na elaboração deste ensaio.

Ao professor doutor João Bosco Feitosa dos Santos, pela orientação competente, que culminou numa relação dialogal entre "nós", com possibilidade de trocas, reflexões, correções, mediando e tecendo relações entre teoria-prática. Nessa relação nos tornamos "amigos".

Ao professor doutor Horácio Frota, coordenador do Mestrado em Políticas Públicas da UECE, pela acolhida e apoio permanentes, no enfrentamento das dificuldades de conciliar minhas atividades profissionais com o cronograma do mestrado. Sem sua compreensão e paciência, esse percurso não teria sido concluído.

Aos meus componentes familiares - marido, filhas, pais e irmãos - pelo incentivo e apoio no decorrer desses anos de estudo. Com eles compartilhei momentos de prazer, angústia e vitória.

## RESUMO

O presente estudo trata das relações estabelecidas entre a condição social e juvenil dos pesquisados, a categoria trabalho como via de acesso à autonomia e as transformações e crises do mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Apresenta-se a inserção como pesquisadora no bairro do Bom Jardim, periferia de Fortaleza, onde foram observados e ouvidos 104 jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, engajados no Projeto Aprender, Brincar e Crescer e nos cursos de qualificação profissional em nível básico, ligado às secretarias estaduais da Ação Social e Trabalho e Empreendedorismo. No percurso investigativo foram aplicados 104 questionários, realizadas vinte entrevistas semiestruturadas e desenvolvidos dois grupos focais com os jovens que buscavam o primeiro emprego. Como resultados, sistematizou-se e construiu-se o perfil dos jovens pesquisados, identificando-se percepções desse segmento sobre a juventude, com desdobramento sobre o que é ser jovem, a condição do jovem pobre e a saga na busca do primeiro emprego. A juventude é vista pelos jovens como uma das fases mais encantadas e mais difíceis de suas vidas, pela condição de limiaridade entre não - ser mais criança e ainda não-ser totalmente adulto, pela incerteza entre responsabilidades e brincadeiras, direitos e deveres, e também pela condição de pobreza em que vivem na comunidade. Movimentam-se nessas margens móveis preocupados com o futuro, enfocando a *Via crucis* da busca pelo trabalho e a realidade representada pela crise do emprego/desemprego. A família é considerada como espaço de acolhida e segurança, apesar do nível de pobreza vivido. Pertencer à juventude pobre, da classe dos menos favorecidos, é transitar no caminho de situações de vulnerabilidade social e pessoal, o que prejudica o desenvolvimento integral dos jovens. Os jovens e suas famílias valorizam a escola como espaço de aprender e crescer, mas assinalaram a insatisfação com a má qualidade do ensino público. A inserção no mundo do trabalho formal foi registrada como o maior desejo e sonho da juventude pesquisada (76%). Os jovens acreditam que, por meio do emprego, é possível garantir a sobrevivência e um futuro mais sustentável para si e para a família. Assim, o trabalho e a escolarização constituem categorias-chaves, que os fará ascender a posições mais dignas socialmente. A concretude da condição juvenil é perpassada pelas questões sociais – entre as quais a crise do trabalho, a negação de direitos, a ineficiência das políticas públicas – e pelo processo de exclusão social. Necessário se faz, na visão dos jovens, que os governantes elaborem ações de educação e trabalho, a partir das necessidades dos sujeitos sociais, com respostas mais efetivas e impactantes na vida dos jovens e das comunidades, tendo esse espaço para discutir, deliberar e participar da elaboração e usufruto da riqueza nacional.

Palavras-chave: Juventude; Condição juvenil; Trabalho; Emprego; Políticas públicas.

## ABSTRACT

This study focus on the established relations between social and youthful condition, by job category as access way the autonomy and the transformations and crises to the “labor world” in contemporary society. The self experiential evidential researcher in Bom Jardim quarter, Fortaleza periphery, where it had been observed and earned 104 youngs, in the numerical ages from 15 to 24 years reporting with the *Projeto aprender, brincar e crescer* also professional qualification courses at basic level; the latter are addressed by *Secretarias estaduais da ação social e trabalho e empreendedorismo*. The path investigated was conducted for rigorous assessment: 104 questionnaires application, 20 interviews and developed two focal groups with the young that search first job. As results, it has the systemization-construction profile collected young, and to identify oneself with youth group. Toward that procedure, some broad questions take place: what it is to be young, and what about poor young condition and the almost only bad-adventure search for first job. Youth is seen by the young as one most magic phases and more difficult of their lives, for the boundary condition between not being more child and chiefly not being adult yet, the uncertainty between responsibilities and tricks, rights and duties, and also for the poverty condition where they live in the community. They worry on future and focus on via-crúcis that it is the search for job and the represented reality for the crisis of it. The parents is considered as security and harmonious space , spite of the status quo poverty. Belonging to poor youth, less afforded group, is to transit in winding ways of social and personal vulnerable situations, that damages young integral improvement. The young and its parents value the school to learning and growing sphere, but they had designated the unsatisfaction with the bad quality of public education. In so far as, the insertion in the formal “labor world” was registered the biggest desire and dream of youth searched (76%). The young believes that, by means of job, it is possible to guarantee the survival and a more sustainable future for itself and for its family. Thus, the job and schooling constitute category-targets that will make them to promote the worthiest socially position. The concretionary youthful condition is proceeds through social matters - which the job crisis, rights invalidation, inefficiency of public politics - and for the process of social exclusion. It is necessary, accord to young view, that the governing elaborate actions of education and labor, from the necessities of the social citizens, answering more effective and screamingly in life of the young and the communities, having this space to argue, deliberating and participating the elaboration and enjoyableness national wealth.

Keyword: Youth; Youthful condition; Labor; Public politics.

# SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO, 10
  - 1.1 Um caminho, muitas perspectivas, 10
  - 1.2 Visão sobre o objeto da pesquisa, 11
  - 1.3 Percurso metodológico: desenho investigativo, 14
  - 1.4 Bom jardim como locus do estudo empírico: uma expressão da periferia na Secretaria Regional V, 17
  - 1.5 A dinâmica expositiva: a lógica de constituição do trabalho, 19
- 2 A CONDIÇÃO JUVENIL: RETRATO EM PRETO-E-BRANCO DA JUVENTUDE DO BOM JARDIM, 23
  - 2.1 O reconhecimento da condição juvenil, 23
  - 2.2 Juventude na vida brasileira: redesenho de um perfil, 48
  - 2.3 Jovens do Bom Jardim: fotografias dos jovens pesquisados, 53
- 3 O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE NA CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA DO JOVEM E INCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 70
  - 3.1 O trabalho como via de acesso à autonomia, 70
  - 3.2 Panorama do trabalho juvenil no Ceará e a saga de buscar trabalho, 82
- 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: OPÇÕES PARA A INSERÇÃO DA JUVENTUDE, 92
  - 4.1 Emprego e renda: política pública em resposta à crise do trabalho, 92
  - 4.2 Políticas públicas e o acesso da juventude pobre ao trabalho. 104
  - 4.3 Políticas públicas de emprego e renda no Ceará para a juventude, 110
- 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 116
- 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 128
- ANEXOS, 134

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Um caminho, muitas perspectivas

Meu projeto de vida é misto de experiências diversas, curiosidades, questionamentos, medos, lutas e buscas; um trajeto marcado pela vontade de viver e contribuir, ainda que de forma modesta, para superação da sociedade desigual e injusta em que se vive. Admito que para isso muito há o que aprender, fazer, compreender, desvelar, participar, solidarizar-se e intervir no processo de transformação dessa sociedade.

O interesse pela temática juventude e trabalho surgiu a partir da minha experiência como assistente social, envolvida com a execução de programas e projetos socioeducativos para adolescentes e jovens pobres residentes na zona urbana da Grande Fortaleza. No geral, os jovens buscavam engajamento em atividades de esporte e qualificação profissional. O contato com as agências de formação profissional estimulou e ampliou minha curiosidade, produzindo a necessidade de conhecer mais os problemas e processos da juventude e sua inserção no mundo do trabalho.

No período de 1996-1997, fiz parte de equipe técnica do Plano Estadual de Qualificação (PEQ), ligado à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará (SETAS). Essa experiência ampliou e fortaleceu meus conhecimentos e possibilitou o enlace entre teoria – prática, envolvendo o mundo do trabalho e a condição social dos jovens. No PEQ/CE, tive acesso a documentos sobre as políticas públicas de emprego e geração de renda, ao plano de qualificação profissional, à rede de entidades executoras de educação profissional, aos projetos curriculares de formação, às avaliações externas executadas pela Universidade Federal do Ceará, aos dados de intermediação de mão-de-obra e de emprego/desemprego, entre outros.

Muitos pesquisadores já vivenciaram experiências semelhantes e já devem ter se perguntado: o que fazia sentido e o que podia ser melhorado? Passei a fazer parte desse universo de pessoas, afinal, as pesquisas são perguntas que nos levam a outras perguntas e a outras tantas questões e respostas.

Ao longo desses anos, pude observar e acompanhar o interesse demonstrado pelos jovens em participar das qualificações, bem como a expectativa das famílias quanto aos resultados dos cursos de qualificação profissional, na visão positivista de que estes seriam instrumentos redentores da pobreza e promotores do emprego e da ascensão social. Muitos foram os “treinados”... poucos foram os “escolhidos”... para o mercado de trabalho.

Desenvolvi, portanto, a paixão de aprender sobre a juventude, e, assim, ampliei a visão para além da qualificação profissional, incluindo o estudo sobre a história dos jovens e a sua condição social.

A proposta de pesquisa aqui exposta tem como temática principal a juventude (mais especificamente, os jovens da classe pobre) e suas interfaces com o mundo do trabalho. Está inserida nos estudos das políticas públicas de trabalho, emprego e renda (PPTR) e de assistência social (PNAS). Estas políticas consideram a juventude pobre (15 a 24 anos) um segmento populacional em situação de vulnerabilidade social e pessoal, necessitando de acesso e oportunidades para a promoção da sua condição juvenil em face dos riscos da marginalidade social, bem como um potencial a ser lapidado e explorado, como mão-de-obra, para e pelo mercado de trabalho.

Esta dissertação retrata o projeto de pesquisa que desenvolvi junto aos jovens do Bom Jardim que, no período, buscavam trabalho, visando à melhoria de vida. Sobre essa juventude, descobri coisas ímpares, um modo especial de ser e de viver, que é multidimensional, sociocultural e menos naturalizado. Pretendo com esta pesquisa contribuir com pistas para a análise sobre a importância da categoria trabalho na condição juvenil e no processo de inclusão social.

## **1.2 Visão sobre o objeto da pesquisa**

Os jovens da classe popular trilham o caminho da pobreza em face da desigualdade social, da rigidez e seletividade do mercado capitalista, do modelo de políticas públicas compensatórias, entre outras causas que produzem a exclusão

social. Como diz José de Sousa Martins, “essa população sobrando não sofre apenas a carência de bens materiais, sofre também a carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (1991, p. 89).

Procurando então preparar um objeto de estudo, constituindo o que ressalta Bourdieu “objetos socialmente insignificantes em objetos científicos”, enveredei pela busca de elementos, pistas analíticas que pudessem dar cientificidade ao estudo do objeto – a condição de jovens pobres e a busca pelo trabalho, com destaque para o primeiro emprego – procurando não cair na armadilha do objeto pré-construído, rompendo com o senso comum (BOURDIEU, 1989, p. 34). Assim verifiquei que são múltiplas as relações dialéticas entre o mundo do trabalho e a condição juvenil.

Iniciei meu percurso de feitura do objeto de pesquisa indagando sobre a seguinte problemática: qual a condição juvenil na sociedade adultocêntrica e em que medida o trabalho constitui-se ou não categoria central no processo de reconhecimento e autonomia do jovem, possibilitando a inclusão social?

No enquadramento dado ao tema, procede a discussão sobre sua categorização, tal qual hoje se produz: será a juventude de fato uma categoria geral para todos, ou teríamos que segmentá-la em juventudes, em conformidade com sua condição social?

Coube-me, então, seguir em meu anseio investigativo, na tentativa de buscar compreensão, também, para um aparente paradoxo: como compreender a condição dos jovens que buscam o primeiro emprego numa sociedade onde existe a concentração de desemprego, e mais, como a categoria trabalho, reconhecida historicamente como atributo de passagem para a vida adulta e presente na subjetividade dos jovens e de suas famílias como uma ponte que leva a garantia da sobrevivência é introjetada por eles numa sociedade que dia a dia precariza o trabalho?

Essas indagações se transformaram em pontos de investigações empíricas e conduziram-me à pesquisa bibliográfica, ao referencial teórico e ao contato com jovens cearenses que vivem tal situação na periferia de Fortaleza (Bom Jardim).

Assumo como pressuposto a hipótese de que a juventude da classe popular (pobre), tendo a oportunidade de consolidar a fase de seu desenvolvimento, tem

potencial positivo, que a partir de um projeto de vida próprio, precisa ser impulsionado e apoiado, com acesso a bens e serviços e oportunidades de crescimento pessoal e social. O trabalho nesse contexto é categoria fundante para a autonomia juvenil e inclusão social. Por outro lado, a pobreza, o desemprego, a negligência social e a ineficiência das políticas sociais e de trabalho põem em risco esse segmento populacional.

No senso comum, predomina o conceito de juventude como um período de transição entre a infância e a fase adulta, dentro de um ciclo natural e universal para todos os jovens. Minha intenção foi demonstrar, apoiada nas concepções dos autores referendados e a partir da fala dos jovens entrevistados, que o processo da juventude, no limiar da fase adulta, não pode ser fixado de maneira linear, genérica e homogênea para todos os indivíduos e sociedades.

Ao refletir e analisar os aspectos socioculturais e históricos, percebi que existem condições juvenis diferenciadas, apesar de os jovens conviverem num mesmo tempo e no mesmo espaço social. Entre os jovens brasileiros, há diferença em decorrência da pertença a certa classe social, das relações de gênero, de estilos de vida, de locais onde se habita, das culturas, entre tantas outras diferenças. Isso me leva a pensar que o termo (juventude/jovem) por si fica vazio de significações, haja vista o caráter multidisciplinar, multicausal que compõe o conceito, decorrente da diversidade do contexto sociohistórico e cultural em que está (ão) inserida (s) a(s) juventude(s).

O foco do meu estudo é centrado na juventude pobre do Bairro Bom Jardim (cujo perfil será delineado mais adiante), ainda não envolvida em atividades que infringem a lei, apesar de estar em situação de vulnerabilidade social, na eminência de riscos pessoais e sociais. Esses jovens são vistos de forma positivada – jovens da classe popular, estudantes, residentes fixos, com família, participantes das relações sociais e comunitárias, votantes etc. – compondo outra fotografia, na contramão das imagens publicadas com apelações violentas em face do comportamento delinqüente e marginal de uma minoria contundente. São jovens sujeitos de direitos e com potencial para o exercício do protagonismo juvenil, desde que a sociedade possibilite e ofereça oportunidades para o seu empoderamento (*empowerment*). Como diz Abramo, “... é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social” (1997, p. 35), mas deverá ser

mais forte ainda a presença – ação dos jovens que estão aptos a contribuir com sua família e comunidade por um hoje e um amanhã mais sustentáveis.

Assim procedi, orientada por uma abordagem histórico-social, relacionando os aspectos biológicos e psicossociais, na perspectiva do desenvolvimento integral, dentro da complexidade que o fenômeno apresenta. Analiso o fenômeno e a relação juventude – trabalho a partir da perspectiva de vários autores (Abramo, Spósito, Pais Machado, Damasceno, Kelma Matos, Levi, Schmitt, Antunes, Pochmann, entre outros), bem como da própria visão dos jovens, uma vez que, me reporto aos jovens como seres sociais e culturais que devem ser respeitados como cidadãos, no presente, e não somente como projeção, quando a fase adulta chegar. Como anota Groppo em seus estudos,

Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ser jovem, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação à outras juventudes. Assim é necessário que haja conquista de espaço e reconhecimento social (2000, p. 15).

### **1.3 Percurso metodológico: desenho investigativo**

Compreendo por metodologia a forma do caminho e as estratégias próprias da abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilita a apreensão da realidade e também o potencial criativo, ético e crítico do pesquisador.

Minha proposta é ampliar os conhecimentos sobre a juventude e trabalho, trazendo para a discussão os componentes históricos, as condições concretas de vidas dos sujeitos envolvidos (inclusive como eles se percebem como jovens), a inserção no mundo do trabalho, com destaque para a busca do primeiro emprego, como um dos atributos de passagem para a vida adulta.

Para tanto, fiz uso do material bibliográfico produzido pelos estudiosos, bem como realizei incursão em campo, contatando com a amostra de 104 jovens pobres do Bom Jardim, com a aplicação de questionário, entrevista e grupo focal. Complementando o processo, fiz leitura e análise de artigos técnicos e de jornais, dos documentos institucionais referentes à política de trabalho e juventude, como

alisto a seguir: Resoluções do CODEFAT de criação dos Programas Especiais de Apoio a Geração de Emprego e Renda e do Plano de Qualificação Profissional; diagnósticos e relatórios da gestão do Ministério do Trabalho e Emprego; Programa do Primeiro Emprego; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Lei Orgânica da Assistência Social; Política Nacional da Assistência Social - PNAS; Pesquisas do IDT, IPEA, IBGE; Publicações da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETE.

A pesquisa bibliográfica foi orientada pelos dois eixos temáticos escolhidos: juventude e trabalho. Nesta parte da dissertação, articulei as bases teóricas de como o problema é tratado na concepção de vários autores [(LEVI; SCHMITT, 1996), (ABRAMO, 1994, 1997), (SPÓSITO, 1996, 1997), (FORACCI, 1972), (POCHMANN, 2000, 2004), (ANTUNES, 2000), entre outros] com as estratégias que serão utilizadas para a abordagem empírica do objeto.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de duas orientações: uma de base mais extensiva, voltada à constituição de um campo de dados quantitativos, envolvendo uma amostra de 104 jovens entre 15 e 24 anos que se inserem nos circuitos da pobreza representando aproximadamente 50% (54 jovens), da matrícula de jovens do Projeto ABC e 100% (50 jovens) dos jovens participantes dos cursos de iniciação profissional da mesma instituição. A segunda abordagem, de caráter mais qualitativo, procurou perceber as representações acerca da condição juvenil e da busca por um emprego, a partir da visão dos próprios jovens, colhida nos dois grupos focais realizados e 20 entrevistas. Essa amostra representa aproximadamente 1,6% da população total de jovens escolarizados do bairro. Vale ressaltar que 83% são estudantes de escolas públicas do citado bairro.

A incursão em campo teve início com a visita às instituições Projeto ABC e Escola Pública/CAIC, como base de apoio para o desenvolvimento da pesquisa, no Bairro do Bom Jardim.

Para a coleta das informações, utilizei técnicas de observação e aplicação de questionários, com perguntas fechadas e abertas, que foram feitos nas residências dos jovens e na sede do Projeto ABC junto a jovens do sexo masculino e feminino, que buscavam trabalho. Vale salientar que a aplicação do questionário

nas residências dos jovens possibilitou, também, o contato com outros membros da família: pai, mãe, avó, irmão, companheira. O uso do questionário produziu a coleta de dados socioeconômicos e outras informações de natureza mais diversificada (número de cursos, busca por trabalho, intermediação de mão-de-obra, tipos de entretenimentos etc.) que possibilitaram a constituição do perfil juvenil da amostra pesquisada.

A técnica da entrevista, esse poderoso instrumento de pesquisa em Educação e Ciência Social, foi realizada cobrindo 20% da amostra (20 jovens) e junto a técnicos(as) do SINE/IDT. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise de discurso, percepções e citações de depoimentos dos entrevistados.

Os grupos focais foram desenvolvidos junto aos jovens, como um instrumental da pesquisa qualitativa, onde o pesquisador pode colher e sentir os discursos, percepções e opiniões dos jovens sobre as questões em pauta. Esse instrumental foi descritivo, narrativo, com maior interesse pelo processo do que pelos resultados ou produtos. Trabalhei nessa pesquisa com dois grupos focais, totalizando 20 jovens, sendo 10 jovens (5 homens e 5 mulheres) em cada grupo, escolhidos a partir dos seguintes critérios: de 16 a 24 anos, alistados entre os 104 que responderam ao questionário, residentes no bairro e residentes no bairro e com características socioeconômicas similares, principalmente quanto a situação de pobreza.

No início da abordagem, esclareci sobre o procedimento da técnica, no tocante ao sigilo, à capacidade de escuta, de respeito à fala dos outros e pedi autorização para gravar as sessões e relatar os depoimentos nesta dissertação. A partir do roteiro, da transcrição e leitura das gravações, realizei a análise sobre o que é a juventude, como esta se apresenta, as condições sociais de vida, o papel do trabalho na passagem da fase juvenil para a fase adulta, a busca pelo trabalho, incluindo o primeiro emprego, as expectativas e projeto de vida.

Durante o processo, registrei os discursos oriundos da conversação do grupo focal, dos depoimentos produzidos nas entrevistas, de maneira a poder compará-los, desenvolvendo uma análise entre o quadro teórico e a prática cotidiana dos jovens. É importante, porém, conservar os registros de forma clara, para que o pesquisador

possa lançar mão facilmente desses “pedaços do cotidiano” para compor o mapa da realidade, cujo conhecimento ele está procurando estabelecer. Na análise e seleção dos depoimentos, apoiei-me na lógica do pensamento dos jovens, destacando as falas semelhantes, mais constantes, e ainda as que acrescentavam elementos ainda não abordados. Os depoimentos serão identificados da seguinte forma: os jovens serão indicados por uma letra maiúscula, idade, sexo.

#### **1.4 Bom Jardim como *locus* do estudo empírico: uma expressão da periferia na Secretaria Regional V**

A cidade de Fortaleza é subdividida em regionais, onde ficam situadas as secretarias executivas regionais (SER), instâncias descentralizadas do governo municipal. A Regional V abrange uma região de grande extensão territorial periférica, com sérios problemas sociais e ambientais, pois é cortada pelo rio Maranguapinho, que, nas quadras invernosas, transforma-se em área de risco, em face da deterioração decorrente do acúmulo do lixo, escoamento de fossas, estreitamento dos leitos, poluição, ratos etc.

A Regional V é composta por 14 bairros (Bom Jardim, Canindezinho, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Mondubim, Maraponga, Parque Presidente Vargas, Parque Santa Rosa, Parque São José e Vila Manoel Sátiro), 3 conjuntos habitacionais (Conjunto Ceará, Conjunto Esperança e Conjunto Prefeito José Walter) além de 40 favelas e áreas de risco.

Seu contingente populacional é de 452.875 pessoas, distribuídas em 6.346,70 hectares, com densidade demográfica de 71,4 habitantes por km<sup>2</sup>. Sua concentração populacional encontra respaldo no fluxo migratório vindo do interior e do litoral cearense, iniciado a partir dos anos 1970. Esse fenômeno não se esgota no sentido interior/litoral – capital, pois, hoje, os imigrantes são igualmente levados por uma corrente que parte do centro de Fortaleza para a periferia. Outro detalhe é o fato de que sua população é composta predominantemente por uma faixa de idade de 0 - 24 anos, com percentual de 56,68% da população total (O POVO, 19/9/2004).

A Região responde por uma área onde os chefes de família possuem a menor renda mensal da Cidade – de R\$ 419,13, quando a renda média de Fortaleza está perto de R\$ 561,00 segundo o documento “Síntese Diagnóstica da Cidade de 2004”, tendo como parâmetro o censo do IBGE/2000.

Segundo uma das mães dos jovens entrevistados, *“não precisa ser doutor para perceber que nesse bairro só tem gente. Não tem posto médico, a segurança é problema seríssimo, falta casa para as famílias e tem muitos desempregados e lama”*.

O depoimento revela a insuficiência de serviços médicos, de segurança e de assistência social. A Regional V possui 19 unidades do Sistema Único de Saúde, o que é insuficiente para atender a demanda populacional. É dela a vice-liderança em número de casos de diarreia (Secretaria Municipal de Saúde, 2000). Também lidera no desempenho negativo do Índice de Desenvolvimento Urbano por Bairro (IDHM-B) – com 0,440, contra 0,508 de Fortaleza. A renda *per capita* de chefe de família é uma das mais baixas de Fortaleza, com R\$ 294,54, valor que a coloca na 4ª posição de pior renda.

A Regional está em segundo lugar no que se refere a insuficiência da rede de esgotamento, pois cerca de 75% das residências não possuem o serviço. É comum a convivência com valas e fossas rudimentares como escoadouros de dejetos sanitários, ocupando espaços públicos e privados. No serviço de coleta do lixo domiciliar, a região ocupa o segundo lugar na lista de desfavorecimento, o que enseja a presença de lixo nas calçadas, ruas e áreas desocupadas.

De acordo com a Companhia de Água e Esgoto (CAGECE) apenas os conjuntos habitacionais e parte dos bairros, como Maraponga, Granja Portugal e Mondubim, funcionam com o sistema público de esgoto.

No Bom Jardim, a fossa rudimentar está presente em 65,79% dos domicílios com banheiros, segundo o Diagnóstico Sócio - Participativo do Grande Bom Jardim (GBJ), elaborado pelo Centro de Defesa Herbert de Sousa – 2004.

Informa ainda que 82,17% da população da Regional V é alfabetizada. A população analfabeta compreende 17,03%, com posição de 2º lugar no índice de analfabetismo entre essas secretarias executivas. Possui uma rede de 60 escolas patrimoniais, 29 anexos e 25 creches.

Segundo dados do IBGE (2000), o bairro do Bom Jardim possui população residente total de 34.507, sendo 16.774 homens e 17.733 mulheres. Existem 8.037 domicílios particulares permanentes que, agregados à classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio, retrata um quadro de vulnerabilidade social, pois, desse universo, 13% estão sem rendimento, 2,6% na linha de indigência (<1/4 SM), 29% na linha da pobreza ( $\leq 1$  SM). Em melhor situação, tem-se 29% que percebem de 1 a 2 salários mínimos, 12% mais de 2 - 3 salários mínimos, 9% na faixa de 3 - 5 salários mínimos, e 5% mais de 5 salários mínimos.

As áreas de risco, em número de 18 localidades, abrangem vários dos bairros já citados, inclusive 2 no Bom Jardim, totalizando 3.790 famílias residindo em área de alagamento, convivendo com degradação ambiental do rio Maranguapinho.

### **1.5 A Dinâmica expositiva: a lógica de constituição do trabalho**

No século atual acontecem de um lado mudanças tecnológicas e organizacionais que afetam a vida das pessoas em suas relações sociais e econômicas, além de se assistir a um avanço sem precedentes da exclusão social e da pobreza, em virtude da desigualdade social. Por outro lado, a sociedade cede espaço para um conjunto de inseguranças que perpassa o mundo do trabalho, caminhando-se para a diminuição selvagem e a precarização da classe que vive do trabalho. O trabalhador encontra-se em situação instável quanto ao emprego, identificada pela modificação nas aplicações dos capitais locais e internacionais, redução dos empregos estáveis e permanentes, pela subcontratação de mão-de-obra temporária, por tempo determinado. Conseqüentemente a renda das famílias assalariadas caiu de forma sistemática desde a década de 1980, e instala-se certa tendência de ruptura com as conquistas sociais e trabalhistas.

Esta realidade é visualizada nos mapas de exclusão social, nos quadros de indicadores sociais, retratada de forma ambígua e vulnerável. É uma situação emergente da política neoliberal, do império dos mercados globalizados, transnacionais, que prioriza os capitais e secundariza os sujeitos sociais, principalmente os mais pobres.

Nesse cenário, tem-se o segmento juvenil pobre, que se encontra no limiar da fase adulta, necessitando de oportunidades para fazer essa passagem de forma digna, de maneira que não se torne vítima desse desabamento, nem venha a ser considerado como coisa supérflua, desnecessária ao processo produtivo e desfiliado para o mundo atual.

Com efeito, numa sociedade como esta, o trabalho não pode ser visto somente como uma relação técnica de produção e enriquecimento dos donos do capital. Ele é também a base privilegiada pela qual o indivíduo se insere, se integra na sociedade, nas redes de sociabilidade e proteção que o cobrem diante e durante a sua existência social.

Com o propósito de analisar e ampliar a compreensão sobre essa realidade e o modo como é vivida a condição juvenil no Brasil, fiz um recorte, trazendo o debate mais especificamente para a periferia de Fortaleza (Bom Jardim). Tendo como foco o trabalho juvenil, como categoria fundante para a autonomia e a inclusão social dos jovens pobres, é que desenvolvi e estruturei essa dissertação de mestrado.

Destaco o fato de que os temas trabalho e juventude, analisados nesta dissertação, assumem importância significativa para técnicos, educadores e gestores sociais que, no seu cotidiano profissional, lidam com as questões das políticas públicas para a juventude.

A ordem dos capítulos abordados permite constatar a existência de articulação e encadeamento entre os múltiplos aspectos e enfoques apresentados sobre a temática juventude e trabalho, constituindo ponto alto da reflexão a interação entre a condição juvenil e a busca por trabalho. Serão pinçadas algumas das questões envolvidas nos temas, com a consciência de que, por sua complexidade, as questões não serão esgotadas, com possibilidades de deixar a descoberto outros pontos geradores de novas pesquisas.

No primeiro capítulo, volto o interesse sobre o objeto pesquisado e o percurso metodológico desenvolvido, buscando compreensão para uma problemática que, de tão cotidiana, muitas vezes já não logra causar indignação em grande parte de seus espectadores.

O jovem fotografado por essa pesquisa tem cara e local, pertence a famílias de classe pobre, mora em bairro periférico, na maioria é estudante, solteiro; eles residem e são sustentados pelos pais; todos estão na saga pelo trabalho. Mesmo em situação de vulnerabilidade social, são jovens que ainda não ingressaram em situações marginais.

No segundo capítulo, trago o relato analítico da condição juvenil, concretamente representada por uma amostra dos jovens pobres do bairro do Bom Jardim, aglutinando os estudos e pesquisas de autores diversos: Abramo, Spósito, Damasceno, Levi e Schmitt, entre outros. Identifico algumas passagens e facetas da juventude e questiono a respeito da condição juvenil, incorporadas ao sentido comum dado pelos atores sociais e desnudas pelos autores referenciados.

Após um período de latência, o tema da juventude foi retomado nas últimas décadas, na tentativa de compreender melhor o que se passa com os nossos jovens, para além de certo *communis opinio*, disseminado pelos meios de comunicação social, ocupando os noticiários, quer sob forma de mercado potencial de consumidores, quer como autores da escalada da violência urbana e da drogadição, ou ainda, como seres individualistas, apáticos e desinteressados das questões sociais. Também são vistos sob o prisma do mito do estereótipo naturalizado, uma pretensa condição juvenil homogênea e com características universais, que atingiria de igual modo a todos os jovens.

Minha intenção é defender a posição de que existe uma juventude capaz de ser protagonista, contribuinte da história, com um potencial positivado para ser desenvolvido, desde que sejam criadas as condições e oportunidades adequadas. Portanto, é uma categoria que está em sintonia com as causas e efeitos da realidade desigual e injusta em que vive.

O terceiro capítulo mostra a valorização do trabalho e do emprego para o homem, principalmente para o jovem pobre, como atributo fundante de passagem para a vida adulta e de independência pessoal, contribuindo para a inclusão social desse segmento na sociedade. Essa percepção foi registrada a partir da visão dos jovens sobre a categoria trabalho e da saga em busca desse trabalho.

O exame das condições de vida dos jovens pobres passa pela trajetória da sua própria sobrevivência e de sua família. Começa a fazer parte da agenda dos governos e do debate social, em razão da sua maior visibilidade, na mídia e nas estatísticas de morte de jovens por violência externa.

O mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas que fecham as perspectivas e abrem vias incertas, envolvido em duplo processo de globalização e de “tecnologização” que se traduz em resultados inquietantes no universo do trabalho assalariado, com evidências de que o capital precisa cada vez menos do trabalho assalariado para ser valorizado. As medidas de desregulação do mercado e de flexibilização dos contratos conformam um quadro geral que Pochmann chama de “fogo cruzado contra o trabalho” (1999, p. 9), com destaque para as condições macroeconômicas de manifestação das novas tendências de escassez de emprego, principalmente para os jovens.

Vale destacar, no quarto capítulo, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, com destaque para o programa de trabalho para a juventude, como estratégia governamental de enfrentamento das questões sociais que afetam a juventude. Indago até que ponto essas políticas públicas estão ampliando as possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e na sociedade e tentei buscar compreensão na fala dos jovens e nos dados de cobertura dos citados programas.

## **2 A CONDIÇÃO JUVENIL: RETRATO EM PRETO-E-BRANCO DO JOVEM DO BOM JARDIM**

### **2.1 O Reconhecimento da condição juvenil**

Os séculos XIX e XX, tidos como períodos historicamente importantes na formação das sociedades modernas, foram palcos de sucessivos confrontos entre dogmas e ideologias, provocando uma revolução nas mentalidades. As dimensões naturalista e inatista cedem lugar a uma interação de fatores biológicos e psicossociais, na perspectiva ambientalista e interacionista.

Em meio às grandes transformações socioeconômicas e políticas que marcaram a Era industrial capitalista do século XIX, o conceito de juventude adquire uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental. O jovem deixa de ser objeto de interesse, preocupação somente no âmbito privado e da igreja, para tornar-se uma questão de cunho social, de competência do Estado.

No final do século XX, a juventude (incluindo a adolescência) tornou-se questão cadente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, pesquisadores de áreas diversas e comunicadores sociais.

Os jovens passam a ser percebidos como patrimônio de uma nação, como “chave para o futuro”, um ser em formação, que tanto pode ser transformado em “homem de bem” (elemento útil para o progresso do País) ou num “degenerado” (vicioso inútil para o Estado).

Para Groppo,

A juventude é construída, do século XIX ao início século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduo ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre as quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e o mundo do trabalho industrial (2000, p. 77).

A contextualização da juventude é fundamental, considerando que o processo de formação nos dias atuais se vê diante de fatores de ordens diferentes: a instantaneidade temporal provocada pela velocidade tecnológica, que acarreta certa superficialidade na aquisição de conhecimentos, a cultura do consumo, geradora de múltiplas necessidades rapidamente descartáveis, o quadro recessivo, que amplia a exclusão social, associado à pulverização das relações coletivas, levando à individualização e ao desinteresse na esfera pública e política. A partir desse panorama, ocorre o desmapeamento, ou seja, a perda de referenciais que se configuram, como efeito, significando a fragilidade diante da vulnerabilidade das referências e dos laços socioculturais.

As transformações aceleradas da vida contemporânea e a crescente complexidade social trazem como consequência as dificuldades de compreender a realidade na sua transformação e a diversidade de formas de existência que se atualizam nas múltiplas redes de valores, afetos, tradições e perspectivas. A fragilização dos espaços públicos pela violência, insegurança e pelo individualismo exacerbado, ensejam a multiplicação das práticas de autodefesa, de desagregação social, reduzindo as oportunidades de intensificação da convivência, de trocas e de experiências. Do mesmo modo, o aumento das dificuldades econômicas e suas consequências sobre a inserção social e profissional de grande parcela da população atingem de forma dramática os jovens no meio urbano.

Com a globalização e a modernidade do Estado, as bases territoriais dilataram-se de forma real e virtual, fazendo dos jovens um grupo social que extrapola a área da aldeia, do bairro e do local. Isso tornou as referências progressivamente as mesmas, genéricas, da população de conjuntos territoriais muito vastos, alterando ao mesmo tempo a imagem simbólica que os jovens tinham de si e a que a sociedade tinha deles. Todos esses fenômenos testemunham a afirmação de uma nova percepção (global, nacional, internacional) da juventude, seus problemas, de seus modelos e de novas formas de solidariedade.

Na pretensão de estudar o jovem concreto, ou seja, a fim de dar um caráter sócio-histórico ao conceito generalizante, constituído por um processo linear e homogêneo, é imprescindível referir a condição juvenil como ponto de partida, a fim

de facultar a compreensão da heterogeneidade de situações e experiências que marcam a diversidade de modos de inserção social.

Assim, vêm indagações como: O que é ser jovem? Será a juventude de fato uma categoria geral para todas as classes sociais ou existe segmentação entre juventude na classe pobre e rica? Quais as condições em que eles vivem na passagem para a vida adulta?

Durante o estudo e análise do referencial bibliográfico, me deparei com a vasta e heterogênea produção de conceitos sobre a juventude, certa ambigüidade e dificuldade para definir o que seja de fato a juventude. Certamente não se tratava de encontrar uma definição pura, válida em todos os aspectos e todas as épocas. As dificuldades davam-se na compreensão das teorias, em face da multiplicidade de categorias e abordagens e na relação desses conhecimentos com a experiência empírica vivida junto aos jovens do bairro Bom Jardim na periferia de Fortaleza.

Após realizar a pesquisa bibliográfica sobre a condição histórica da juventude no Brasil, passei a concordar com Spósito (1996, 1997), Abramo (1997), Melucci (1997), Levi e Schmitt (1996), entre outros, que reforçaram a afirmação de que não é fácil conceituar a juventude. Trata-se de uma categoria vista de forma variada, pois fatores diversos podem influenciar na elaboração desse conceito, tais como: diversidade cultural, contexto sócio-histórico, visão inter-geracional, ciclos de vida, maturidade, entre outros.

Com este estudo, descobri que a juventude está situada, como assinalam Levi e Schmitt

(...) no interior de margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder (1996, p. 8).

Neste sentido, nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas. Essa "época da vida" não pode somente ser delimitada, com clareza, por quantificações demográficas (segmento populacional por faixa etária)

nem por definições de tipo jurídico (maioridade), e é por isso que se entende a pluralidade do conceito, sem estabelecimento de limites definidos e nítidos.

Os mesmos autores confirmam que:

É precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidades e de fragilidade essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas (1996, p. 8).

Spósito (1998) indica que o conceito de juventude, por vezes, é tratado como uma transição para a vida adulta. A autora adverte para a idéia de que essa transição não é igual para todos, pode ser antecipada, ou apresentar práticas desconectadas entre os mundos jovem e adulto. Ela anota:

(...) ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aquelas marcadas pela antecipação de algumas práticas (sexualidade e trabalho para alguns grupos de jovens) como a desconexão entre elas (orientações e modos de vida considerados próprios de populações adultas, convivendo com situações de dependências típicas de momentos anteriores) (1998a, p. 2).

Observando-se a história das culturas ocidentais, é fácil verificar que esses eventos de passagem não são feitos de modo mecânico e homogêneo, mas podem ser caracterizados pela transposição e/ou combinação de várias situações sociais: entrada no mundo do trabalho, independência da família de origem, casamento, entre outros.

Vale também considerar o pensamento de Melucci (1997) quando adianta que deveria se perceber a juventude como "um assumir-se culturalmente a característica juvenil independentemente da faixa etária, diante de contextos diferenciados e de um tempo de improvisação e provisoriedade". O citado autor destaca:

Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais (1997, p.13).

Galland (1991) cita o exemplo do momento após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu o alongamento da juventude, pois os jovens passaram a entrar mais tarde no mundo do trabalho, em face da expansão da rede escolar e da necessidade

de formar um novo contingente de cidadão, em consequência das mortes juvenis nos campos de batalha.

Carvajal (1998), no seu construto conceitual, percebe a adolescência como uma fase que precede a juventude, sendo uma época inicial para alguém vir a tornar-se jovem. Isso sinaliza a imbricação de uma fase na outra. Há de fato uma provisoriedade inquietante em viver esse tempo que mais se define como um “vir-a-ser”, apontando sempre para o futuro.

Para outros estudiosos, a demarcação da juventude se estabelece pela faixa etária, como segmento populacional. É uma visão ligada somente às manifestações fisiológicas, pois secundariza os aspectos socioculturais e afetivos, tais como papéis sociais, representações simbólicas, participação, elaboração de identidade e autonomia, condições concretas de vida, entre outros.

Na contemporaneidade, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu uma classificação etária juvenil, indicando de 15 aos 19 anos para a adolescência e de 20 aos 24 anos para a juventude. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a faixa de 10 aos 24 anos como juvenil, incluindo a puberdade, adolescência e juventude. Na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu a idéia de que criança é uma pessoa com até 12 anos, acima de 12 até 18 anos é adolescente; não registra a fase da juventude explicitamente, incluindo a exceção para até 21 anos. Com base nessas definições oficiais e para efeito dessa pesquisa, escolhi a faixa etária de 15 a 24 anos para classificar o segmento juvenil.

Na abordagem junto aos jovens do Bom Jardim, verifiquei que, dos 104 jovens na faixa de 15 a 24 anos, 28% se consideravam ainda adolescentes, pois não atingiram os 18 anos; 42% se diziam na plenitude da fase jovial; 28% se consideravam adultos por terem atingido a maioridade, parte desses já tinham constituído família; 2% não responderam à pergunta.

Quadro 1

Faixa etária	%	Condição
15 - 17 anos	27,9	Adolescente
18 - 20 anos	42,3	Jovem
21 - 24 anos	27,8	Adulto
NR	2,0	Não respondeu
Total	100	

Fonte: Pesquisa direta.

Para a corrente sócio-histórica, a definição do que é ser jovem somente pelo critério da idade trata-se de uma conceituação reducionista. Apesar de não se querer negar que, dentre os princípios que servem de base para classificar as pessoas, a idade tem uma característica específica e evidente, do ponto de vista dos indivíduos é uma condição transitória; ao contrário do enquadramento em uma classe social, da diferença de definição sexual, da classificação étnica, entre outros.

Todas essas posições demonstram a dinâmica do conceito e sua relação com a vida sociocultural das localidades. Os entrevistados se classificam como jovens não somente pela idade, mas também pelo modo de viver esse momento da vida. Assim, esse referencial pode ser utilizado como indício, mas não como sinônimo e determinante do que significa ser jovem. Compreendo que o ideal é não ser reducionista e congregar vários caracteres de acordo com a realidade sociopolítica e cultural de cada população jovem.

Levi e Schmitt (1996) alertam para a idéia de que é importante perceber a juventude em movimento, na perspectiva de uma construção social e cultural. Enfatizam o caráter de liminaridade típico da juventude, conjugado com maior ou menor brevidade da passagem pela condição de jovem, que caracteriza em última análise (porém de maneira diversa nas diferentes sociedades) a juventude, determinando tanto as atitudes sociais, a atitude dos "outros" no seu confronto, quanto a visão que os jovens têm de si mesmos. Dessa maneira, em tudo isso não há nada de imutável e universal. Os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam (1996, p. 9).

Numa sociedade estruturalmente estática, determinados processos jurídicos e simbólicos tenderão a sublinhar os elementos de continuidade e de reprodução dos papéis atribuídos à juventude. Por outro lado, numa sociedade mais predisposta a reconhecer o valor da mudança, será levada a admitir com maior facilidade o caráter necessariamente conflitante da transição de uma idade para outra e da transmissão do conjunto de prescrições entre as gerações.

Abramo (1994) assinala que a juventude

Como situação de passagem compõe uma condição de relatividade de direitos e deveres, de responsabilidades e independência mais amplas do que os da criança e não tão complexo quanto o do adulto. Assim como os limites de início e término dessa transição não são claros nem precisos (...) imprimindo à condição juvenil uma imensa ambigüidade (1994, p. 11).

Bourdieu apresenta uma posição importante para o debate, quando defende a noção de que a posição dos jovens é

Confortável por não terem ainda de assumir certas responsabilidades, vez que são excluídos da participação na definição de certas situações. Na verdade, para ele essa discussão trata de uma divisão de poder: as concessões feitas aos jovens, escondem tudo o mais que os adultos reservam para si. Os limites da juventude eram objetos de manipulação por parte dos detentores do patrimônio, cujo objetivo era manter em estado de juventude, isto é, de irresponsabilidade, os jovens... (1983, p.112).

O autor leva o leitor a visualizar a noção de que os mais velhos retardam a autonomia juvenil, por uma questão de manutenção do poder nas mãos dos adultos e do controle deles no processo de renovação social; quanto aos jovens, estes também lançam aos velhos a sua velhice, provocando a intensidade do conflito entre gerações.

Mannheim, numa abordagem diversa da feita por Bourdieu, converge para a idéia: “Que a experiência dependa da idade é, de muitas maneiras, uma vantagem. Que, por outro lado, falte experiência à juventude significa um alívio do fardo para os jovens; pois facilita a vida deles num mundo em transformação” (1982, p. 78).

Como é uma discussão palpitante e com registros de ambigüidades, fui a campo verificar a visão dos jovens sobre o que é juventude. As respostas foram colhidas em roda de discussão (grupo focal) sobre a temática. Vários jovens se manifestaram, conceituando juventude como:

Pode-se dizer que é meio da transição para a fase adulta. É a fase que você vive pensando na fase adulta. É o momento que você planeja várias coisas, momento de descobertas, que você procura projetos para a sua vida futura (Jovem F, sexo feminino, 17 anos).

Segundo Abramo, essa é uma visão estimulada pela corrente geracional funcionalista, que toma como análise "um momento de transição no ciclo da vida – da infância para a juventude e dessa para a fase adulta" de forma linear e homogênea, de maneira que os indivíduos processam a sua integração (ou não) e se tornam membros da sociedade, mediante a aquisição de elementos apropriados da cultura e da assunção de papéis adultos.

Nessa linha, comunga Erikson (1976) que, estudando o desenvolvimento da adolescência e da juventude, introduz o conceito de moratória – tempo de espera-identificando essa fase com a confusão de papéis e dificuldades de estabelecer uma identidade própria, como um período que passa a "ser quase um modo de vida entre infância e a idade adulta" (1976, p. 128). Isso tem origem na concepção naturalista e universal de juventude.

O depoimento de uma jovem participante da pesquisa ecoou de forma contagiante no grupo focal, tendo a adesão de 80% dos presentes. No seu discurso, ela agrega ao conceito de juventude novas categorias (estado de espírito, maturidade e condição social) relacionadas aos aspectos psicológicos e sociais:

A juventude além de ser uma questão de espírito, eu a defino como uma questão de maturidade psicológica. Porque chegar até ela é uma fase, e estar nela, também é uma fase. É uma questão de saber aproveitar, saber utilizar, saber vivenciar. Aproveitar a juventude como ser humano, sem excesso. E a questão de ter que construir um futuro a partir dela e também saber conciliar a questão do lazer com as obrigações é muito difícil. A questão econômica também consta muito. Como você vai aproveitar essa juventude, o que vai fazer? Porque se é uma fase que passa, se você não construir algo no presente e aproveitar os benefícios que ela te traz como será o futuro. Fica difícil (Jovem N, sexo feminino, 20 anos).

Tratando da questão inicial, trazida pela jovem N, da juventude como um estado de espírito, evoco Debesse (1946), quando acentua que:

É um erro pensar que a juventude mude conforme as épocas (...) creditar que ela se identifica com sucessivos vestuários de empréstimo e que cada geração tem sua juventude, é uma ilusão de moralista amador e apressado (...) por detrás do aspecto da juventude existe a juventude eterna notavelmente idêntica a si própria no decurso dos séculos (1946, p. 15-16).

Nehl (2004) traz o conceito de juventude bem elástico em faixa etária e nos aspectos psicoafetivos, quando diz "(...) dos 18 aos 40, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição. É um perfil do consumidor, uma fatia do mercado, onde todos querem se incluir" (2004, p. 89-90).

Melucci (1997) e Madeira (1986) reconhecem a imbricação da adolescência com a juventude e assinalam que a adolescência tem por papel mediar a fase que acontece entre a infância e a juventude. "A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial" (1997, p. 8). Carvajal reforça essa visão, quando diz: "é uma passagem, e como em toda passagem ou iniciação, há ritos e portais que processualmente vão se fazendo, se abrindo e se fechando, até que se concretize a anunciada transformação e maturidade" (1998, p. 24).

Já Machado (1996) e Ozella (2001) contrariam essa corrente, quando destacam que o jovem não é algo por natureza. Segundo Ozella, a juventude é composta por "características que surgem nas relações sociais, em um processo no qual o jovem se coloca inteiro, com suas características pessoais, seu corpo e seu meio social" (2001, p. 21).

Ainda sobre juventude, registrei o depoimento do jovem A, arrimo de família, que aborda a juventude na sua condição material, na luta pela sobrevivência:

Somente para alguns a juventude é o melhor momento da vida deles.... Curtir, namorar, passear. Prá outros é a hora de ir pró "batente", buscar trabalho, pois é exigido responsabilidade dentro de casa (Jovem A, 19 anos, masculino).

Esse jovem é apoiado por outra colega, que complementou: "(...) o que passa muito nessa fase da juventude, é que a gente já cresceu, é saber se tem emprego, qual será a profissão, como se sustentar e ajudar a família" (jovem D, 20 anos, feminina).

Os jovens, ao adjetivar sobre a juventude, produziram os seguintes resultados: a juventude como uma "boa fase (39%), fase regular (17%), ótima (8%) e péssima (4%)". Já 26% dos jovens relacionaram a juventude com momentos de

felicidade, 25% com curiosidade e 25% com insegurança. Somente 4% relacionaram esse período com depressão e irresponsabilidade e 3% com rebeldia. Na sua concretude, a juventude se mostra ambígua, contraditória, com espaço para as adversidades. A visão sobre sua condição, portanto, não é linear, mas, acima de tudo, com possibilidades de utopias, de projetos e sonhos.

Ser jovem não é fácil. Tem hora que a família diz que a gente não pode "isso ou aquilo" porque não tenho maturidade, independência. Tem hora que tenho que fazer "isso ou aquilo" porque não sou mais adolescente (Jovem C, 19 anos sexo feminino).

Spósito (1998) expõe em seus estudos que a juventude é uma categoria vista de forma diversa, pois fatores variados podem influenciar na formulação desse conceito, entre a diversidade cultural e o contexto sociohistórico. Expressa que, graças a essa imprecisão, o conceito de juventude é trabalhado muitas vezes de modo "homogêneo", como apenas uma transição para a vida adulta, projetando sempre para os jovens um futuro que pensa traduzir-se na promessa de tornarem-se "maduros" (1998, p. 2). Segundo essa autora, ocorrem formas diversas de ingresso no mundo adulto, desde aqueles marcados pela antecipação de algumas práticas (sexualidade, trabalho, morte de responsáveis, casamento, outros) como a desconexas entre elas (orientações e modos de vida considerados próprios de populações adultas).

A proximidade com a vida adulta, o início das responsabilidades, é um dos fantasmas que os espreita e assombra de forma constante (SPÓSITO, 1998). Embora os jovens reconheçam que a juventude é uma etapa feliz com muitas expectativas, é, também, uma fase de indeterminação, instabilidade: ambiguidade constante entre a responsabilidade e a brincadeira, os direitos e os deveres, o não-ser-mais criança e o ainda não-ser-adulto.

A condição do relativo, se por um lado exclui os jovens da participação na definição de certas condições (FORACCHI, 1972), por outro lado, os deixa numa posição confortável por ainda não terem de assumir certas responsabilidades. Assim, para os adultos, o ideal é remeter o jovem à "sua juventude", indicando sua inexperiência, retardando o momento de serem sucedidos, freando o percurso dos jovens. Quanto aos

jovens, estes também lançam aos adultos a sua condição de velhos, querem sucedê-los, intensificando o conflito intergeracional (MANNHEIM, 1982, p. 78).

Jovem V, 18 anos, sexo feminino, demarca:

Gosto mais de ser jovem do que adolescente. Hoje já estou com o meu corpo formado, não tenho mais espinhas. Sei andar no centro da Cidade, fazer compras. Saio sozinha com meus amigos, tenho namorado. Minha juventude é legal. Não penso em assumir as tarefas dos adultos. Quero fazer as coisas no tempo certo.

Ser jovem é ser uma pessoa alegre, esperto, ter amigos, gostar de sair, de folia, ser saudável (Jovem I, 16 anos, sexo masculino).

Madeira (1998) reforça a visão de que ser jovem é um estilo de vida na sociedade atual, onde todos querem cultivar e eternizar a juventude. Esse modo de vida faz vinculação entre o ser jovem e a necessidade do consumo de determinados produtos (roupas, celulares, tênis etc.) que tomou uma proporção significativa nos últimos dez anos.

Como diz Diógenes (1998), consumir é a forma de ser notado, de aparecer publicamente, principalmente numa economia de mercado globalizada e capitalista. Os que consomem e o que se consome é o que dá *status* social; também desqualificam os que não seguem o padrão apontado. A sociedade do aparente vive o desejo de possuir, desfilar, aparecer.

Como se verifica nos relatos, os jovens ora são pessoas em processo transitório de desenvolvimento, quando devem buscar a identidade, autonomia, competência acadêmicas e profissionais, ora devem estar prontos, como força produtiva, aptos para o mercado, elemento contribuinte da renda familiar e/ou da sua própria independência, capaz de sobreviver pelos seus próprios meios. Para uns é um devir para a fase adulta, para outros é o "aqui-e-agora".

A juventude está sempre a exigir a interrelação com os outros, com símbolos e valores. De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definido de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica, do espaço familiar ou da escola etc. Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos sociodemográficos diferentes. Os países do

chamado Terceiro Mundo (Brasil, por exemplo), em que mais da metade dos habitantes tem menos de vinte anos, possui um dinamismo e um estilo incomparáveis com os das sociedades européias que envelheceram ostensivamente.

Compartilho do argumento de que jovens em culturas e classes sociais diferentes vivem formas juvenis diversas, pois, apesar de participarem de uma mesma geração (temporalmente), podem compartilhar ou não vivências e crenças e, sendo assim, fica praticamente impossível generalizar o termo e linearizar o caminho, como se a juventude de uma determinada época tivesse passado pelas mesmas experiências. Dessa maneira, percebe-se que existem juventudes que convivem num mesmo espaço social, na mesma época, mas diferenciadas por classes sociais, comportamentos, religiões, etnias, não havendo necessariamente um ciclo natural e universal na vida, pois, como já expressei, em sociedades diversas as etapas da infância, adolescência, juventude, adulto, velhice são demarcadas de formas diferenciadas.

Segundo Abramo, a tendência da cristalização de uma juventude única, ideal, como a retratada pela minoria do movimento estudantil da década de 1960, pode refletir negativamente nas juventudes das décadas seguintes, como foi no caso brasileiro, em que os jovens das décadas de 1970-1980 foram percebidos como traidores da essência da condição juvenil. Conforme anota,

Foi como se, no lugar de acreditar numa utopia, passassem a conviver uma distopia. É como se ao invés de um assalto aos céus da geração anterior, que lhes parece agora impossível e falacioso, eles sentissem a necessidade de descer aos infernos como único modo de estabelecer uma relação verdadeira com a sua condição e de estar alerta para as questões de seu próprio tempo (1994, p. 154).

Nessa perspectiva, não se pode generalizar a idéia de que as gerações subseqüentes às da década de 1960 sejam simbolizadas e niveladas somente por jovens alienados e apolíticos. Já no cenário das décadas de 1980-1990, emergem formas de agir dos jovens (chamados de delinqüentes, desviantes) como uma recusa à sociedade capitalista excludente, expressa pelos meios que lhes são disponíveis, que muitas vezes são caracterizados por atos de violência, linguagem própria, vestuários, excentricidades, comportamentos e movimentos em grupos (gângues etc.) de oposição ao meio ambiente e social dominante.

As minorias juvenis (*punks, darks, gangues* etc), como parte de um todo, não podem servir para comparações generalizadas; são retratos ampliados de um tempo cheio de negatividades e desesperanças. Muitas vezes, as formas como os jovens se portam são somente a representação e a negação de uma promessa não cumprida de um mundo melhor. São espelhos que devolvem às gerações a imagem caótica de toda uma sociedade.

Mannheim (1982) aponta os conflitos entre as gerações, e também o entendimento entre “a série ininterrupta de gerações” como continuidades que acontecem na interação, assegurando a herança cultural, e as descontinuidades quando são formadas gerações com novos estilos, distintos do anterior. Aposta na potencialidade da juventude como construtora de um mundo que se renova, em detrimento da idéia de uma juventude, naturalmente, progressiva ou destrutiva.

Então, para ele, a juventude é

Um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade. Por outro lado, alerta para a possibilidade de ela poder também ser uma força de conservação, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis (1968, p. 73).

Em Bourdieu encontra-se a recomendação generalizada de

Falar de jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (1983, p. 113).

Pela citação de Bourdieu (1983), percebo que existem várias juventudes. Ele indica que é possível reduzi-las à posição entre as diferentes classes, em que os dois extremos seriam representados: pelo estudante burguês e pelo jovem operário. E, dentre esses pólos opostos, é possível analisar uma infinidade de situações intermediárias.

Levi e Schmitt, em sua coletânea sobre a história dos jovens (1996) sinalizam:

A história do mundo contemporâneo, por exemplo, lembra-nos sem cessar de que não existe uma juventude única e que a diferenciação social, as desigualdades em termos de riqueza ou de emprego aí fazem sentir todo o seu peso (1996, p.9).

Mais uma vez retorno ao campo empírico, para perceber como os jovens de hoje pensam essa questão. Segundo a fala da jovem A (20 anos, estudante, sexo feminino), existem várias juventudes:

Uma juventude que se diverte, pode brincar, farrear, curtir a vida - que ela denomina da juventude do aproveitar a vida - a outra juventude é a que está preocupada com os estudos e/ou com o trabalho, visando garantir uma velhice estruturada e despreocupada - que ela chama de juventude da obrigação.

Já a jovem D (19 anos, estudante, sexo masculino,) também concorda com a existência de várias juventudes:

Um jovem que trabalha, pensa diferente, pensa em ter uma casa, uma vida digna, pensa no futuro. Existe um outro tipo de jovem "que não quer nada", não estuda, não trabalha, vive na ociosidade, pelas ruas, pelos bares, etc. Esse pode vir a ficar revoltado, pensar coisa ruim, como roubar, fazer coisas erradas, usar drogas.

O primeiro modelo de jovem apontado por D é similar ao da juventude da obrigação, citada pela jovem A. Ele traz outro tipo de juventude, espelhada no abandono social, em situação de vulnerabilidade, ou seja, em situação de risco pessoal e social (droga, crime, prostituição, violência, vadiagem, outros riscos).

O jovem E é muito enfático, quando diz que

Existe a juventude pobre e a rica. O jovem pobre tem muitas necessidades, desde falta de condições prá comer até prá estudar. Já o jovem rico, da classe boa, tem oportunidades, acesso a informática, a uma escola melhor (Jovem E, sexo masculino, 18 anos, estudante e estagiário do primeiro emprego).

As manifestações discursivas da jovem F revelam:

Existem várias juventudes. Tem a juventude "nossa" e tem gente que já tem uma certa idade, mas só agora (na fase adulta e velhice) vai procurar viver a juventude. Procurar viver um pouco, o que não viveu quando era adolescente.

Ela denota que existe um estado de espírito de juventude que se pode exercitar fora da idade juvenil, a juventude simbolizada pela vontade de viver bem, com alegria e lazer, independentemente de a pessoa estar ou não na faixa juvenil estabelecida pelos padrões sociais.

A interferência verbal do jovem M (21 anos, sexo masculino, desemprego, não estuda, casado) traz à tona a chamada juventude desvairada, como foi rotulada nos anos 1960-1970 por Irene Rizzini (1997, p. 30).

Existe a juventude marginal formada pelos grupos de gangues, de pivetes de ruas, envolvidas com drogas, assaltos. Geralmente são revoltados com a vida e com a sociedade, com a família, porque não deram oportunidades prá eles ou porque são abandonados pelos pais.

Segundo os jovens, esse tipo de juventude sofre muito, é perseguida pela polícia, serve de manchetes sensacionalistas para a mídia, e a população tem muito medo dessas pessoas. Fechando a roda de conversação e a partir da fala do grupo foi possível classificar a juventude em:

- a) juventude pobre como sendo "carente de recursos materiais, acesso insuficiente a bens e serviços, preocupada com o futuro, participante de escolas deficientes, pouco acesso a diversão saudável e de qualidade, carente de roupas, enfeites, trabalho precoce, necessidade de ajudar a família no aspecto financeiro, exposta aos riscos e atrativos do mundo do crime";
- b) juventude da classe rica. Foi sinalizada pelo acesso mais rápido a bens e serviços, muitas opções de divertimentos e entretenimentos, responsabilidades somente com os estudos e com o vestibular; a preocupação com o futuro é menor, pois conta com o patrimônio da família, boa alimentação, roupas e acessórios da moda, não precisa ajudar financeiramente em casa.

O jovem não se define apenas por seu desenvolvimento individual, mas também por todo o conjunto de suas relações específicas com as figuras importantes da sua vida. De início, essas figuras são os pais e os membros da família, depois amigos(as), professores(as), colegas de trabalho etc. Para os jovens, os grupos e instituições que o rodeiam, a classe socioeconômica a que pertencem, seu ambiente cultural e outros terão, em geral, uma importância cada vez maior. São as interações complexas (positivas e negativas) que se estabelecem entre o jovem, de um lado, e todas essas figuras e instituições, de outro, que dão ao processo de juventude, de cada cultura, sua marca singular.

Desse modo, as questões da juventude devem ser analisadas de forma contextualizada com as crises da família, da escola, das classes, enfim, das figuras e instituições que compõem o cotidiano juvenil. As relações podem ser benéficas, dependendo das possibilidades de convívio que lhes são acessíveis, ou, pelo contrário, podem ser nefastas, dependendo do meio ambiente, das frustrações, do grupo, e podem dar rédea solta à sua agressividade.

O jovem é uma pessoa concreta que se caracteriza por ser social, ou seja, é definido pelo conjunto dessas relações sociais, sua condição de ser histórico, em que o seu grau de desenvolvimento dependerá da estrutura social mais ampla na qual ele se encontra inserido e por sua condição biológica e afetiva, mas pode se diferenciar dela através da possibilidade de produzir meios de sobrevivência, que são as matrizes geradoras de todas as relações humanas estabelecidas e, conseqüentemente, da produção da cultura e do conhecimento.

Seu percurso é aventureiro, estando em risco pessoal e social, principalmente se pertencer às classes menos favorecidas e viver em metrópoles em situação de desigualdade e injustiça social. Esse percurso, porém, é uma metamorfose.

Parafraseando Carvajal: "(...) sendo uma crisálida em absoluta transformação, diferente da lagarta da infância e da borboleta da vida adulta" (1998, p. 24). Sabe-se que essa transformação é processual, mas definitiva e inevitável para poder ingressar num modelo social adulto.

Na maioria das culturas ocidentais, toma-se conhecimento da passagem da infância para a adolescência, da juvenil para a fase adulta. Por vezes, há uma cerimônia isolada, outras vezes existe um período mais prolongado de transição. Nessas culturas, é geral considerar-se esse período juvenil como época de preparação para os privilégios e responsabilidades da idade adulta.

A juventude é reconhecida como uma criação da época moderna, pois a inserção social dos jovens no mundo dos adultos, com os deveres que comporta, ocorre cada vez mais tarde, do que foi para os pais das antigas gerações. Isso decorre da complexidade sociocultural de cada lugar e de uma gama de múltiplos fatores, destacando-se o prolongamento do tempo de escolaridade e da aprendizagem,

as mudanças nas formas de socialização, a menor absorção desse público pelo mercado de trabalho, a modernidade, a “psicologização” da Educação etc.

Durante o percurso da juventude, espera-se que o jovem se torne independente dos pais, escolha uma vocação, prepare-se para o exercício da sexualidade, fortaleça a identidade, os valores morais, éticos e estabeleça uma filosofia de vida. Com a chegada da maturação intelectual, a juventude pode vir a ser uma época ideal para examinar as oportunidades, isso dependendo das condições sócio-afetivo-cultural, pois o estabelecimento das opções e compromissos pode ser dificultado pela instabilidade característica do período.

Nessa fase, o jovem passa a questionar poderes, normas familiares e escolares; tenta escolher seus pares, questiona a realidade; procura escolher o seu próprio caminho, se expõe e corre risco, experimenta o novo. É um ser em ebulição, criativo, desafiador, confuso...

A juventude confunde-se com o tempo de um consumo desregrado e descontrolado de vários itens materiais, afetivos e sociais. A solidariedade de grupo é também reforçada pelas práticas de hospitalidade, de generosidade dentre os que partilham as mesmas turmas, festas, esporte, banda etc.

Uma diferença social que opõe os adultos aos jovens é o seu comportamento totalmente oposto em matéria econômica. O adulto deve distinguir-se por sua prudência e controle financeiro, que contrasta com a generosidade juvenil. Daí o conflito: o dinheiro é necessário para que o jovem mantenha sua condição social, mas quem detém o dinheiro é o adulto, uma vez que, no geral, o jovem é desprovido de patrimônio.

Historicamente, várias soluções se oferecem aos jovens: primeiro a solução épica – conquistar ele próprio aquilo de que precisa e assim tornar-se talvez um senhor provedor de si e de outros pelo trabalho; ou a solução socialmente “desviante” e, possivelmente, tornar-se um delinqüente mantido pelo produto de ato de infração; também para os de classe mais favorecida a manutenção pela mesada; e, por fim, os excluídos, que não dispõem de nenhum rendimento. Salvo os casos de quem nasce em “berço de ouro”, que usufruirá a herança patrimonial. Esses são alguns dos modos predominantes, por excelência, de adquirir bens e/ou poderes.

A relação da juventude com as dimensões do estatuto moral e jurídico varia de uma cultura para outra, observando as seguintes peculiaridades: o estatuto moral é plástico e está de acordo com a cultura particular de cada local, já o estatuto jurídico não é relativo, conforma e regula as práticas entre o legal e o ilegal. Por exemplo: no Brasil, as manifestações culturais juvenis são diversificadas por região, grupos de estilo, entre outros; no entanto, existe um aparato legal nacional que determina a idade para a obtenção da carta de motorista, do título de eleitor, do cadastro para pessoa física, da maioridade penal, entre outros. Cada um desses títulos, representa um momento de passagem, conferido (direitos/deveres) típicos da idade adulta. Mas nenhum deles isoladamente ou seu conjunto por si garante claramente que a pessoa já é adulta. Sendo ambígua a definição de jovem e sua passagem para a fase adulta, é natural que seja também ambíguo o caminho para se chegar a isto.

Nos depoimentos, aparecem fortemente anunciadas as ligações entre jovens e adultos. Para os jovens, a vida adulta representa responsabilidade, seriedade, falta de tempo para si e para o lazer, por outro lado, têm a independência, a autonomia, a decisão por conta própria, os recursos para o consumo, entre outros.

Para os depoentes, a vida de adulto significa

Muito sacrifício, muita luta para manter a família, muito trabalho, dinheiro contado e quase nenhuma diversão (Jovem M, 20 anos, sexo masculino).

Adulto tem a vida mais estável, seu emprego, sua família. O jovem não, agora que tá buscando, ele tá na luta por tudo, então é estar em um sacrifício diário (Jovem F, 19 anos sexo feminino).

Foracchi (1972, p.13) salienta que "a recusa em aceitar a condição de adulto refere-se, pois, ao modo de ser adulto, concretizado no arranjo convencional das estruturas institucionais". No geral, nas classes populares, ser adulto significa assumir a família, trazer dinheiro para manter a casa, ter horários, capacidade de resolver problemas, pouca diversão em relação à maximização da ocupação.

Nós podemos dormir sem pensar na feira, sem ter que acordar cinco horas da manhã, podemos ir para as festas... Quando a gente ficar grande, casar, a coisa é diferente. A não ser que seja irresponsável... (Jovem S, 20 anos, sexo feminino).

Ainda na versão dos entrevistados, as condições de passagem para a vida adulta dependem da classe social, da maturidade, do acesso à profissionalização, da responsabilidade:

Todos nós vamos passar para a outra fase. Isso requer amadurecimento, conscientização; depende inclusive do que você fez na juventude. Se tudo o que você viveu teve fundamento, e se teve como você leva isso para a vida adulta, inclusive seus planos, projetos (Jovem Fe, 19 anos, feminino).

Acho que o amadurecimento é uma das coisas que define, porque muitas pessoas têm 25 ou 30 anos, mas não tem mentalidade, responsabilidade. Acham que sempre vão ser assim. O comodismo ajuda a pessoa a não enxergar que precisa se preocupar com o futuro. O conceito da vida juvenil de brincadeiras, de ficar, de farrear, de não pensar no futuro, passou... A fase adulta exige muito! Nesta passagem é importante o papel da família, ela tem um peso muito grande na formação da pessoa (Jovem M, 21 anos, sexo feminino).

Como a passagem vai acontecer depende da classe se a pessoa é pobre ou rica. Porque o jovem pobre desde a fase da adolescência para a juventude ele já tá crescendo e tendo responsabilidades, muitas vezes de adulto. Muitos de nós nessa fase já ajudamos em casa. Já os jovens quando são ricos ou da classe média, a visão deles é só estudar, quem tem mesmo a responsabilidade de trabalhar para sustentar a família são os pais. A mudança é melhor! (Jovem A, 19 anos, masculino).

Eu acho que passar todo mundo vai passar. Mas um jovem que tem condições boas de vida passa com menos dificuldades e terá mais futuro. Um que vai passar sem ter condição sofrerá um pouco mais, talvez chegue a passar fome, não consiga se formar, fique sem emprego, etc (Jovem G, 23 anos, feminino).

Na perspectiva de Norbert Schindler, hoje, o conceito de juventude constitui em si um período da vida, objeto das atenções afetuosas da Pedagogia e da Psicologia; ao mesmo tempo, contudo, é tratada com profunda ressalva, desconfiança e vigilância, controlando-a por meio de toda uma série de instâncias burocráticas. Esse autor assegura que:

Somente a sociedade dividida em classes da era industrial desenvolve ao máximo a dramaturgia da juventude enquanto portadora enfática de esperanças e de ameaças sociais latentes, ao passo que atribuem a fase de tornar-se adulto as características de um fenômeno de tipo cultural, com conotações tanto negativas como positivas, mas de todo modo algo determinantes" (1996, p. 227).

Neste contexto, os jovens se aceitam uns aos outros porque estão unidos contra a soberania da sociedade adultocêntrica e, dessa forma conseguem alcançar um *status* comparável. A maneira de se vestir, os gestos, os códigos, os comportamentos, os locais de encontros, os costumes que cada grupo desenvolve

conferem aos seus membros uma identidade coletiva. Observando os outros pares do grupo, o jovem consegue ter uma visão de sua própria aparência e de seu comportamento. Em geral, os grupos de pares de jovens se organizam a partir da escola, da vizinhança. É comum ter similaridade de classe social, de realizações acadêmicas, de atributos esportivos, de lazer etc.

Ariès (1981) lembra-nos de que os jovens de um passado não muito remoto instauravam seus campos de domínio, cuja única condição se ligava às suas habilidades, talentos e espertezas. O jovem fazia-se adulto por suas conquistas, traçando no social o seu círculo de domínio e era no ir-e-vir de um mundo social de certa forma frouxo e permissivo a novas conquistas que se abria o espaço para sua inscrição.

É assim nas sociedades mais primitivas e nelas não se desautoriza esse ingressar num novo campo de participação social, pelo contrário, criam-se rituais de passagem, abrem-se os caminhos, conduzem-se os jovens à nova condição. O que dizer, porém, de nossa sociedade?

Neste passo, evoco Foucault (1995) para me auxiliar em momento tão melindroso. Ele, em suas andanças arqueológicas, consegue pinçar o surgimento dos saberes *psi* como conjecturas de poderes, cuja prática de dominação adulta, assiste profusões discursivas sobre a categoria juvenil. Talvez seja hora de trocar as pantomimas infantis e todo o seu encanto de ludismo pela experiência prática de ser partícipe da vida adulta, atores, protagonistas, cidadãos, tendo o trânsito necessário à conquista de um espaço de participação social.

Como há algo de histórico nisso tudo, somos todos obrigados a constatar que, para os nossos jovens, temos sido uma sociedade insuficiente, com dificuldade de propiciar-lhes rituais de passagem que os insira na vida social, “com futuro”. Pelo contrário, prolongamos a infância, a adolescência ao máximo e ao final lhes impomos um contrato com cláusulas incompreensíveis, em que trocam um dos momentos mais ricos da vida, de maior força e beleza física, de densidade emocional, de criatividade, de sexualidade exuberante, por um longo trecho em banho-maria, numa atividade generalizada de acumular conhecimento, disciplina monástica, para que o futuro os compense. O jovem tem dificuldade de manter esse

pacto, sobretudo, um assujeitamento a um *script* sociocultural previamente escrito, fortemente condicionante, controlador – um exercício de poder desmedido que, além de demonstrar sua eficiência na suspensão da vida social efetiva, denota uma sociedade que lida mal com sua juventude, endereçando-a a um sem-sentido, à falta de historicidade, num ambiente opressivo, sobrepondo fatores econômicos de acumulação familiar e de classe à aspectos vitais da existência. Isso, por óbvio, numa dimensão jamais vista, a ponto de expor a juventude a estratégias de tortura pela própria desqualificação de sua condição mesma de ser renovadora, progenitora, autora, partícipe cidadã.

No jovem, o adulto de amanhã?

O chavão mercadológico, que aparece sob várias roupagens nos meios da comunicação social e nas primícias de vários projetos educacionais (ou pseudo), traz mais do que escusos interesses de convencimento da sociedade capitalista ocidental.

Essa afirmação de continência do adulto no jovem deveria alertar para a real profundidade de seu conteúdo e da responsabilidade global sobre ele; ou seja, longe do aparente significado da frase, de que este jovem já é o adulto que será, deve-se atentar para o fato de que este jovem está sendo um sujeito em constante relação com outros, vivendo permanente e contínuo processo de construção e transformação de si e das próprias relações sociais nas quais é ser ativo. Portanto, ele não é ainda o adulto que será – e isto é bom – a menos que seja impedido – e isto é mau – de se fazer adulto durante seu processo de formação de identidade e individualidade.

Vale destacar em Damasceno (2001, p. 9) a idéia de que, de fato, o jovem se constitui um ator social que no seu cotidiano não apenas reelabora saberes, adquiridos na prática familiar, escolar e social, mas, também, contribui na constituição da sociedade, haja vista que os jovens buscam a mudança social, expressa na crítica, na contestação, na transgressão, mas também na criação e, sobretudo, na vivência de novos padrões democráticos.

Significa que, para a produção de sua vida cotidiana, o jovem (como qualquer indivíduo) estabelece uma rede de relações sociais, afetivas, nas quais se reconhece como *um*, ao mesmo tempo, que se reconhece pertencente a um grupo.

Ao viver seu cotidiano, relacionando-se com muitas e diferentes pessoas, de diversas maneiras, o jovem interioriza valores que constituem essas relações e, assim, vai elaborando suas formas de perceber o mundo e estar nele. Assim é a constituição de sentido para a realidade vivida pelo jovem. Esse sentido é próprio do sujeito e vai constituir a base sobre a qual continuará edificando permanentemente suas relações e garantindo suas formas de sobrevivência. É pela elaboração de sentidos sobre sua atividade (no conjunto de relações em que produz sua vida material) que o sujeito diferencia seu modo de ser agente nas relações e estabelece sua *individualização*.

Quando se questiona sobre o projeto de vida de um jovem, deve-se estar atento para as condições nas quais esse projeto é realizado. Em outras palavras, que condições estão sendo dadas para que o jovem prepare projeto de vida diferente daquele no qual vive e sobrevive?

Meu projeto de vida...! É até difícil falar. Desde os meus quinze anos, sendo o mais velho de casa, já tava vendo a responsabilidade que tinha meu pai prá manter a família. Como ele era pedreiro, tempo ele trabalhava e tempo ele tava parado. Então eu fiquei pensando... eu vou estudar a noite prá mim ter o dia para poder ser servente dele e ajudar minha família. Foi assim, de manhã e a tarde eu trabalhava e ganhava meu dinheirinho. Aí eu ficava tranquilo, satisfeito. Quando chegava certa época, por exemplo, no fim do ano, eu juntava os trocados prá comprar roupas (Jovem A, sexo masculino, 19 anos).

A gente tem de pensar no que a gente quer da vida. Eu, por exemplo, estou sendo bolsista de nível médio, mas o meu projeto é ser cuidadora de idoso. Um dia penso em estudar sobre isso e se a sociedade permitir trabalhar nesse ramo. Por enquanto a gente continua onde estou (Jovem D, 21 anos, sexo feminino).

Eu procuro qualquer emprego, mas na verdade, eu gostaria de trabalhar com pessoas, fazendo conscientização, trocando experiência de vida. Talvez na área da educação, fazendo palestras. Não me sinto a vontade em ficar numa sala com papéis, contas. Qual o diálogo que eu posso ter com eles? Qual a filosofia existente nisso? Nada, é só monotonia. Mas se só aparecer isso, a gente aceita (Jovem N, sexo feminino, 20 anos).

Pelos depoimentos, constatei que sonhos existem, mas, de certa forma, ficam condicionados às condições concretas de vida. Os projetos de vida são um misto de sonho e realidade, ou seja, um jogo entre o ideal e o real. E o real de vida dos jovens é perpassado de muitas carências, de muita luta, frustrações, abnegação, resistência. A transformação do sujeito – objeto em sujeito – sujeito é condição para que haja a

apropriação, pelo jovem, de seu projeto de vida, da visão de adulto que quer ser, e da contribuição que poderá dar no projeto coletivo da sociedade.

No papel de sujeito do seu processo de individualização e construção de projeto de vida, a partir da apropriação das multideterminações desse processo, entendo que esse jovem, assim constituído, será capaz de um desenvolvimento saudável, porque será agente de escolhas, sujeito de projetos de ações de transformação, construtor de relações de mutualidade, de austeridade, levando à conscientização de si no estabelecimento da realidade. Além disso, o jovem precisa refletir sobre os conteúdos de seu projeto de vida – o lugar, a razão e a forma de trabalho; acesso à informação sobre as formas possíveis de trabalho, seus objetivos e alcance, de modo que o jovem possa compatibilizá-los com seu projeto de vida.

Um dos problemas da política da juventude no atual momento histórico consiste em reconhecer que o sistema social se revela incapaz de considerar efetivamente os jovens como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de seus direitos. Da outra parte, a sociedade vive um momento repleto de tensões e, segundo Melucci (1997), o jovem as absorve de maneira visceral, tornando-se o espelho da sociedade inteira, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais do sistema social vigente. Para Diógenes (1998, p. 162), “ser a juventude o segmento que mais cataliza as tensões sociais e as exterioriza, porquanto é a vitrine dos conflitos sociais”.

Conforme Abramo (1997) a tematização da juventude é realizada basicamente pela óptica do problema social, quer dizer, a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Tal perspectiva tem respaldo na visão funcionalista, a partir da teoria da socialização e da teoria geracional. O fato ocorre seja porque o jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social, ainda, por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua formação ou por disfunção do sistema social.

Contraopondo-se a essa visão encontra-se a concepção histórico-crítica, com a corrente classista, que defende o reconhecimento da juventude como um conjunto

de jovens de situações e ou meios sociais diferentes, que, segundo Spósito (1994), são atores sociais portadores de novas identidades coletivas.

O discurso dos jovens muitas vezes não é reconhecido como um discurso verdadeiro, por ser considerado fora da ordem das leis e, por isso, sofre rejeição e interdição. Como diz Briggmann, porém, mesmo assim não se pode negar que o discurso dos jovens “cria realidade, transforma e recria o mundo constantemente, ele é materialidade” (1996, p. 33). Reafirmando o dito, cito Foucault:

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós nos queremos apoderar (1998, p.10).

Nesse sentido, através da fala de alguns grupos de jovens (*rap*, galeras, grupo religioso, ação social, arte), pode-se perceber que sua luta se inicia pela sobrevivência, pela auto-ajuda, autonomia, por exercício de saberes e poderes. A desqualificação do discurso dos jovens leva a sociedade a tratá-los como indivíduos que não podem falar por si. Dessa maneira, a família, a escola, a mídia e outras instituições disputam a hegemonia de uma discursividade sobre juventude. Quando é facultada a palavra para o jovem, no geral, é apenas simbolicamente, uma vez que a fala é controlada, selecionada, para conter o perigo que dela pode advir. E, como se não bastasse a usurpação da mente, também são usurpados seus corpos, que precisam ser docilizados, disciplinados, para serem explorados sem resistência.

A alardeada rebeldia e a insegurança dos jovens expressa nas “ambigüidades”, decorrem, em grande parte, do modo como é realizada a formação das novas gerações, pelas instituições responsáveis pela educação, bem a inserção incompleta na sociedade, a impossibilidade real de participação, o que se converte, de fato, noutra forma de marginalidade social.

A resistência do jovem busca uma forma singular de vida, que coincide com o que Guattari e Rolnik dizem:

Com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedades, os tipos de valores que não são os nossos. (1986, p. 17).

Esse processo de repensar a sociedade não é fácil, pois o jovem se recorre de recursos materiais, de capital humano, de autonomia, de poder de decisão. Nos últimos anos, esses sonhos são acalentados dentro dos grupos juvenis por meio de suas músicas, arte plástica, teatro, esporte etc., quando é possível se rebelar, protestar e estabelecer essa singularidade. Assim, os jovens descobrem um sentido para viver, para se sentirem úteis e a partir de múltiplas diferenças querem constituir uma nova sociedade.

A proposta atual de transformação dos jovens é uma revolução cultural que interfere no comportamento, gosto, estilo de vida e lutas e pode desencadear novas relações com a sociedade. Os jovens possuem o potencial criativo, a capacidade de sonhar, a vontade de arriscar. As palavras de Foucault a seguir, conseguem dar transparência ao intento de viver e lutar pela vida:

O que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomado ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O "direito" à vida, ao corpo, à felicidade, à satisfação das necessidades (1995, p.13).

Esses sonhos são individuais e coletivos que os fazem recusar a exclusão instituída mediante as desigualdades, insurgindo-se contra a ordem normativa. Dessa forma, produzem uma cultura da revolta e, muitas vezes, dessa maneira eles emergem como alvos de poder.

Nessas condições, o jovem pode ter espaço para se manifestar, para viver sua situação de desenvolvimento, tendo a certeza de que seu meio vai recebê-lo, contê-lo, compreendê-lo e respeitá-lo, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades.

## 2.2 Juventude na vida brasileira: redesenho de um perfil

O conhecimento dos aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos, de saúde, educacional, entre tantos outros que dizem respeito ao segmento populacional jovem, deve ser traduzido como o alicerce para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para atender às demandas deste contingente, que requer atenção dos governos e sociedade civil, responsáveis pelo planejamento nacional e local.

Esse segmento (15 a 24 anos) forma o conjunto de pessoas que efetivamente pressionam as áreas social e da economia para a criação de mais postos de trabalho, política de esporte/lazer, qualificação profissional, assistência social, entre outros.

Muitos estudos e o próprio IBGE usam a desagregação desse segmento (15 a 24 anos), em faixas de idades que correspondem aos seguintes recortes etários: 15-17 anos jovens adolescentes; 18-20 anos jovens; e 21-24 anos jovens adultos.

As tendências demográficas da população jovem no Brasil demonstram traços peculiares. Verifica-se pela série dos censos demográficos brasileiros (1940 a 1996) que este contingente populacional, muito embora venha se incrementando em termos absolutos, seu ritmo de crescimento experimenta uma desaceleração desde 1970. Em anos mais recentes, 1991 e 1996, os respectivos dados enumeram 28,6 e 31,1 milhões de pessoas de 15 a 24 anos de idade (IBGE, 1996). É bem visível quando se observam as variações percentuais da taxa de participação desse segmento, em relação à população total e à taxa de crescimento, ambas em declínio, pois são gerações nascidas sob o efeito de uma fecundidade e mortalidade declinante e de uma esperança de vida aumentada. O impacto desse processo resulta num aumento absoluto da população, que vai engrossando as faixas etárias seguintes – fenômeno caracterizado como onda jovem – aumentando o peso dos outros grupos etários, em especial, o dos idosos.

O acompanhamento da evolução da estrutura etária do País revelou paulatino envelhecimento da população jovem, passando de 2,6 anos em 1992 para 2,3 anos em 2001 (IBGE, 2001). O estreitamento da base da estrutura etária pode ser percebido na evolução da participação dos grupos quinquenais mais jovens. Em meados da década de 1980, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior

e, em 1992, o grupo de 10 a 14 anos de idade superou os dois anteriores. Com o prosseguimento deste processo, em 2001, o grupo de 15 a 19 anos de idade suplantou os três primeiros. Estimou-se para o período de 1996 – 2000 que o fenômeno observado com os jovens na faixa de 15 a 19 anos se repita com os que formarão o grupo de 20 a 24 anos de idade (IBGE, 1999).

De 1992 para 2001, a participação do grupo de menos de 10 anos de idade na população decresceu de 22,1 % para 18,7% e a do contingente de 60 anos ou mais de idade passou de 7,95 para 9,1% (PNAD/IBGE, 2001).

Em termos prospectivos, a população jovem continuará a apresentar volume significativo, mesmo com menor peso relativo; o contingente jovem corresponderia a 31,8 milhões de brasileiros em 2000, passando para 33,8 milhões, no ano 2010, e para quase 35 milhões de jovens em 2020 (CNPD, 1998:24).

Quadro 2 População jovem no Brasil por grupo de idade, segundo a situação do domicílio

Situação do Domicílio	Grupo de idade		TOTAL
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	De 15 a 24 anos
Urbana	14.401.006	13.358.020	27.759.026
Rural	3.548.282	2.784.916	6.333.198
Brasil	17.949.288	16.142.936	34.092.224

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

A tendência da população jovem brasileira é a de residir em áreas urbanas. As proporções de jovens do sexo feminino, em torno de 81%, residem em áreas metropolitanas e são superiores às correspondentes ao sexo masculino (77%).

As chamadas razões de sexo expressam que, no universo jovem, o contingente feminino supera o masculino. A contagem populacional de 1996 registrou que existem no País 97 homens para cada grupo de 100 mulheres. No que tange à população jovem, a tendência é acompanhar a média nacional.

Quadro 3 População de jovens entre 15 e 24 anos, segundo a cor e a raça

Cor/raça	População
Branca	17.359.231
Parda	14.041.462
Preta	2.169.448
S/declaração	251.121
Indígena	145.493
Amarela	125.469
Total	34.092.224

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

A distribuição da população jovem por cor sinaliza que nas Regiões Norte (77,4%) e Nordeste (74,2%), a população jovem de origem negra (negros e pardos) é maioria; a Região Centro – Oeste corresponde a 55%. Na Região Sul, a população branca (82%) é maioria, na Região Sudeste, a população branca conta com 60,1% e a de negros com 39,3%.

A distribuição dos jovens pelas grandes regiões do País mostrou que a Região Nordeste galgou percentuais, em função de uma provável retenção de migrantes potenciais, aliada a uma migração de retorno proveniente, sobretudo, do Sudeste.

Quadro 4 População de jovens que freqüentam a escola por nível de ensino e grupo de idade

Nível de ensino	Grupo de idade		
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 24 anos
Alfabetização	49.750	50.026	99.776
Ensino Fundamental	5.703.500	1.101.984	6.805.484
Ensino Médio	5.465.331	1.477.757	6.943.088
Pré-vestibular	209.863	154.325	364.188
Superior graduação	467.953	1.274.648	1.742.601
Mestrado/doutorado	-	16.678	16.678
Total	11.896.397	4.075.418	15.971.815

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

A situação educacional apresenta expressivas melhorias, com o crescimento da escolarização e a redução do analfabetismo, elevando o nível de instrução, diminuindo disparidades regionais. De 1996 para 2001, o percentual de pessoas de 7 a 14 anos de idade fora da escola decresceu de 8,7% para 3,5%. Nesse mesmo período, no Nordeste decresceu de 13,6% para 4,8%, e continua na lista das mais elevadas. As pessoas jovens do sexo feminino continuam superando a taxa de escolarização das do sexo masculino. De 1996 para 2001, na faixa da escolaridade obrigatória, o percentual de pessoas do sexo masculino de 7 a 14 anos fora da escola decresceu de 9,3% para 3,7%, enquanto o do sexo feminino declinou de 8,2% para 3,3%. A proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade que concluíram, pelo menos o Ensino Médio, passou de 1,6% em 1996 para 21,7% em 2001. Também nessa faixa, as mulheres mantiveram patamar nitidamente mais alto do que o dos homens (PNAD/IBGE, 2001).

De acordo com a PNAD/2001, a PEA juvenil brasileira constitui aproximadamente 24% da PEA nacional. A taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos (17,8%) é quase o dobro da taxa de desemprego em geral (9,2%), e a participação dos jovens em atividades informais, inclusive não remuneradas, é superior à média verificada para o total das faixas etárias. Os homens e mulheres jovens desempregados de 16 anos ou mais de idade são cerca de 3,5 milhões ou em torno de 47% do total de 7,3 milhões de desempregados. Além das particularidades que o desemprego em geral apresenta, o desemprego deste segmento populacional possui características heterogêneas próprias e inserção precária: há diferença conforme a renda familiar, escolaridade, localidade geográfica, gênero, raça. Também os jovens das famílias mais pobres encontram mais dificuldade de se manterem no sistema escolar e de se inserirem num posto de trabalho. O perfil dos jovens participantes da amostra reafirma essa realidade.

A inserção no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 24 anos é substantiva. Com uma jornada de trabalho pesada (69% trabalhavam 40 horas ou mais por semana) e rendimentos pouco significativos, este grupo tem mais dificuldade de se dedicar somente aos estudos e, dessa forma, ampliar seus conhecimentos, oportunidades, escolhas e participação. Em 2002, por exemplo, 47,9% dos jovens de 20 a 24 anos tinha como atividade exclusiva somente o trabalho.

No Brasil, a retração dos postos de trabalho ocupados por jovem foi uma constante a partir dos anos de 1990. Não apenas assistiu-se à eliminação de vagas tradicionalmente ocupadas por jovens, como também ocorreu uma ampliação da concorrência pelos poucos empregos entre jovens e adultos.

O quadro se agravou sob a égide do neoliberalismo, no qual o mercado passou a atuar nos padrões do modelo globalizado, tendo o Estado se tornado "mínimo", passando somente a regular, mas sem interferir, no mercado. Nesse sentido, a ausente reação governamental, que não seja a exploração do caminho tradicional do assistencialismo reducionista ou a marca da repressão assistida pelo formato autoritário das fundações de bem-estar, produz um quadro trágico de perda da identidade juvenil e do descompromisso em relação ao futuro. Os equívocos de escassas ações governamentais voltadas à pressão ao primeiro emprego juvenil mostram serem estas ineficientes, quando não ineficazes.

Segundo Pochmann (2000, p. 53), o desemprego aberto aumentou e em termos de desemprego juvenil atingiu um crescimento vertiginoso, dando um salto três vezes maior, na última década. Com relação aos que trabalham, ocorreu forte tendência ao desassalariamento e aos trabalhos precários. Para esse estudioso, quando há alguma intervenção do poder público, nesse campo, ela segue duas orientações que, em geral, se combinam: "estimular o jovem a continuar tentando encontrar algum tipo de ocupação e/ou transferir a causa do desemprego para o próprio desempregado" (2002, p.104). Essa combinação perversa geralmente ocorre quando se aposta excessivamente na ampliação dos cursos de qualificação profissional sem articulação entre oferta e demanda, como também quando se deixa de lado uma variável fundamental: que o País incrementa o desenvolvimento e volte a oferecer vagas capazes de absorver a oferta de mão-de-obra.

Neste contexto, a possibilidade de manter a inatividade dos jovens, com a trajetória escolar ampliada e, conseqüentemente, com o alargamento da fase juvenil, representou uma estratégia amorfa para a classe pobre, mais direcionada para a classe alta e média. Quando é aplicada à juventude pobre, o tempo livre é estímulo de ampliação da discriminação (jovens pobres no ócio são considerados

preguiçosos, malandros etc.). Levando em consideração a idéia de que, quando os jovens pobres conseguem concluir seus estudos (Ensino Fundamental e Médio), no geral, não são engajados no emprego e têm que continuar morando e sendo sustentados pelos pais. Muitos só conseguem ingressar em atividades denominadas de biscates, bicos, que são caracterizadas pela precarização, negação dos direitos trabalhistas, exploração, entre outros.

A decisão de postergar o ingresso no mercado de trabalho abre a possibilidade de ampliação da escolaridade, mas essa decisão não é compulsória – é resultado da ausência de postos de trabalhos. Ela só pode se sustentar quando existe condição, por parte do grupo familiar, de manter o jovem na condição de estudante. Assim, mais uma vez, ocorre o fortalecimento da desigualdade. As famílias com maior disponibilidade de renda procuram criar condições satisfatórias para que seus filhos possam continuar estudando, ensejando condições para que o jovem possa mais tardiamente ingressar no mercado, porém mais bem preparado para concorrer no seu interior. Para os grupos familiares mais pobres, entretanto, essa solução é inviável, pois, para concluir os estudos, o jovem precisa trabalhar. Desse modo, para os jovens pobres, no geral, ocorrem o ingresso antecipado no mercado de trabalho e o abandono da escola, limitando a preparação para disputa por melhor inserção no mercado de trabalho. Outrossim, o acesso à renda sucede por meio do trabalho e, muitas vezes, é condição para manutenção de vínculos com a rede escolar e com a família.

### **2.3 Jovens do Bom Jardim: fotografias dos jovens pesquisados**

O perfil dos jovens e de suas famílias foi constituído por meio dos dados levantados junto aos 104 jovens que responderam ao questionário, com aprofundamento de alguns aspectos qualitativos mediante as entrevistas e grupos focais, possibilitando conhecer as características predominantes das condições socioeconômicas e subjetivas dos jovens.

Segundo dados do IBGE (2000), o bairro do Bom Jardim possui uma população residente total de 34.507, sendo 16.774 homens e 17.733 mulheres. A

população jovem (15 a 24 anos) corresponde a 20,36% da população total de residentes, igual a 7.025 jovens. Desse universo, 6.525 são considerados alfabetizados e 500 não alfabetizados. Vale destacar o fato de que, dos não alfabetizados, 56,2% estão na faixa de 20 - 24 anos.

Nossa pesquisa envolveu 104 desses jovens (1,6% da população dos jovens residentes alfabetizados), sendo 51% do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Esse universo está distribuído por faixa etária, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 Faixa etária da amostra pesquisada

Faixa etária	Nº ABS	%
15 - 16 anos	29	28
17 - 18 anos	25	24
19 - 20 anos	21	20
21 - 22 anos	14	13
23 - 24 anos	15	14
Total	104	100

Fonte: Pesquisa direta

O perfil obtido quanto à idade revela predominância na faixa de 15 a 18 anos, idades limiáres à fase da maioridade. Os resultados obtidos apontam a predominância do sexo feminino, que, de certa forma tem similaridade com o perfil dominante da população jovem do Ceará (CEARÁ/Pesquisa Zaytec, 2003).

Indaguei no questionário a cerca de que em qual ciclo da vida os jovens se encontravam:

- 42% responderam que estão na fase jovem (18-20 anos),
- 28% responderam na adolescência (15-17 anos);
- 28% na fase adulta (21-24 anos);
- 2% não responderam.

Para os institutos demográficos, organismos de saúde e do trabalho, a juventude compreende a faixa de 15 a 24 anos. Já para os jovens pesquisados, essa definição não é linear nem homogênea, pois eles se classificaram como jovens

peças na faixa de idade entre 18-20 anos; de 21-24 anos compreende a idade adulta, e abaixo de 18 anos definiram ainda como adolescentes. Nas entrevistas, aprofundei a pergunta e verifiquei que, para os jovens, a definição do ciclo da vida está mais ligada às condições concretas de vida, e não somente à idade biológica; eles fazem uma relação entre os aspectos idade, responsabilidade, condições de vida, trabalho, independência, culminando com a referência próxima ao estatuto jurídico, representante da oficialidade.

Como cita o jovem Z, sexo masculino, casado, pai de um filho, 21 anos :

Posso até ter a idade jovem, mas minha vida é de adulto. Trabalho o dia todo, só folgo no domingo... só vou a festa raramente, pois o dinheiro não dá... quando faço uma extravagância (beber umas cervejas) falta dinheiro prá comida.

Já o jovem W, sexo masculino, solteiro, 17 anos:

(...) minha vida é de muita dependência dos meus pais. Para tudo preciso do aval deles ... só vou a festa raramente, quando meu irmão mais velho me dá uns trocados; tirei os documentos agora, antes tinha medo de sair, pois ainda sou menor de idade”.

O conceito de juventude não goza de consenso nem em termos de delimitação etária, pois depende das experiências pessoais, da maturidade psicológica e das condições socioeconômicas e culturais vividas. Hoje, outro indicativo é o *ethos* geracional de adiamento da entrada (ou não) no mercado de trabalho, a dependência afetiva e econômica do jovem à família de origem, a maior permanência na rede escola, a constituição do matrimônio, entre outros.

No Bom Jardim, constatei que 45% dos domiciliados estão sob a responsabilidade de famílias em condição de pobreza e vulnerabilidade social (IBGE, 2000).

As famílias dos jovens pesquisados enquadram-se neste perfil: Quanto à renda, 11% das famílias estão sem rendimento familiar, 57% das famílias com renda familiar na faixa de 1/2 a 1 salário mínimo, 25% na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos e 6% acima de 2 a 3 salários mínimos.

Pela classificação dos estratos sociais, as famílias dos jovens pesquisados pertencem: 82% são pobres com baixo rendimento, 12% estão na base da pirâmide

sem rendimento, 6% na classe média e nenhuma pertence à classe alta. Os membros das famílias do estrato mais baixo estavam inseridos em ocupações de baixa renda e alta rotatividade, significando aumento crescente na pobreza local e regional.

A situação socioeconômica das famílias é precária, tendo em vista que a maioria dos pais exerce profissões no setor primário e de serviços, e ou trabalham como autônomos, percebem salários baixos, auferindo uma renda familiar que os situa na linha da pobreza.

São essas famílias, participantes da classe social dos menos favorecidos, com essa realidade socioeconômica e cultural, excluídas de bens e serviços, que denomino de “pobres”. Elas compõem uma das camadas que constituem a sociedade, no caso específico, as camadas de base da pirâmide estrutural de classes (quanto mais em baixo, mais pobres), “em função de suas atividades no processo econômico e do grau de prestígio que o exercício destas atividades confere” (MATOS, 2001, p. 39).

A elevada incidência da pobreza e a extrema desigualdade de renda são características tradicionais da economia e da sociedade no Brasil, que comprovam mais uma vez, a iniquidade da chamada concentração de renda, fazendo com que o País tenha uma dívida social bastante pesada com os segmentos mais pobres da população. Esta situação provoca a incorporação de mulheres, crianças e jovens à força de trabalho, constituindo-se uma estratégia para compensar os efeitos perversos do perfil da distribuição de renda. Neste contexto, as famílias têm que desenvolver mecanismos de sobrevivência. Essas exigências conclamam pela participação dos jovens no mercado de trabalho, e isso se comprova quando 70% dos respondentes do questionário afirmaram que buscavam trabalho por carência econômica e por necessidade de ajudar as suas famílias.

Vale destacar o fato de que, dos responsáveis pela manutenção da família, 56% estavam trabalhando, 30% sem trabalho e 14% trabalhavam de forma assistemática (às vezes).

Os dados indicam que a unidade familiar do contingente de participantes da enquête é basicamente constituída por pai, mãe, filhos (46%), seguido por mãe e filhos (22%), parentes (19%), pai e filhos (2%), avós e netos (8%). Convém frisar que

3% dos jovens incluíram os seus(suas) próprios(as) companheiros(as) como parte da família. Esta tendência de diversificação da organização familiar observa-se também em âmbito estadual, segundo a comparação dos dados da pesquisa Padrões de Vida (IBGE, 1999).

Quanto analisei os dados que identificavam os responsáveis pela família, constatei que os pais (mãe e pai) assumem essa condição em 30% das famílias, a mãe em 31%, os parentes (irmãos, avós etc) em 21%, o pai em 13% e o próprio jovem em 5%. Convém salientar que a inversão entre pai e mãe, tendo a mãe como responsável pela manutenção familiar, constatada em 33 famílias de um total de 104, pode provocar alterações no convívio e na dinâmica familiar, destacando-se a conseqüente dificuldade que teriam as mães de arcar sozinhas com a sobrecarga representada pela dupla jornada de trabalho, limitando consideravelmente seu convívio com os filhos e afetando, também, sua qualidade de vida .

Do total de 104 jovens participantes, 90% encontram-se na condição de dependentes, na posição de filhos, somente 5% dos jovens são arrimos e mantêm a família de origem, enquanto outros 5% já possuem famílias mantidas por eles próprios.

A pesquisa sinalizou ainda, a dependência de amparo dos jovens à família de origem, pois 95% residem com a família. Somente 5% residem em domicílios constituídos por eles próprios, com esposo(a). Tem-se, ainda que 83% dos jovens são solteiros(as), 11% têm ligação em união consensual e 7% vivem casados legalmente.

O conjunto de transformações que ocorreu na sociedade capitalista, em decorrência da desigualdade social, da pobreza, da acumulação e especulação financeira, da inclusão da mulher no mercado de trabalho, dos riscos sociais, além das modificações do modelo produtivo com novos contextos tecnológicos, com trabalho precarizado, flexível e com quase o fim da estabilidade no emprego, influencia diretamente na vida das famílias. Nesta situação, a família contemporânea vive sob a ameaça do desemprego e, contraditoriamente, a luta pelo emprego: nos tempos atuais, a família soma mais força de trabalho no mercado (pai-mãe-filhos) do que antigamente, em um contexto de maior incerteza, em razão do desemprego crescente, da seletividade na inserção, entre outros.

A família se modificou para se adequar à realidade contemporânea, mas continua sendo o âmbito onde se podem definir tomadas de decisões relativas ao *modus vivendi*, como consumo, ocupações, normas. O pai deixou de ser o "chefe único", o provedor exclusivo. Entra em cena "a mulher chefe de família" e com isso, a autoridade patriarcal tradicional se vê reduzida e descentralizada.

A permanência dos filhos jovens sob tutela dos pais é ampliada mediante a retenção dos jovens no sistema escolar, a dificuldade de acesso ao emprego em face da inexistência de política de pleno emprego e dos altos índices de desemprego, crédito para negócio próprio seletivo e insuficiente, entre outros.

A posição do jovem no interior da família fornece algumas pistas determinantes na indicação e pressão dos pais na hora de encaminhar os jovens para o mercado de trabalho: filhos homens arrimos de família, filhos(as) mais velho, filhos(as) com maioridade, entre outros. Esses jovens são chamados a ajudar no sustento da família.

Pela fala dos jovens, percebe-se o entendimento deles sobre essa realidade, sobre o peso que a prole representa na vida familiar:

Sinto pena da mãe, trabalhando sozinha prá sustentar a gente... Mas eu vou pró SINE, fábricas, comércio e não consigo nada, querem gente com mais experiência. Mas não desisto tenho fé em Deus (Jovem C, sexo feminino, 19 anos).

Trabalhei um ano na SAS como bolsista. Adorei!... Mas com 18 anos fui cortada. Com essa bolsa eu comprava roupa, comida, móveis. Não sei porque cortaram a gente com essa idade se não temos nada de concreto pela frente. Pensei em me juntar com um grupo para reivindicar, mas todos tiveram medo e desistimos (Jovem V. 18 anos, sexo feminino);

Acho que o Governo podia dar uma melhor condição prá nós, para que os jovens, não fiquem ociosos. Dizem que vai existir o programa do primeiro emprego, mas quando chego no SOMAR, a educadora diz que ainda não começou. E a gente passando necessidade, pois meu pai também é desempregado (Jovem A, 17 anos, sexo masculino)..

Isso reflete diretamente na motivação dos jovens para priorizar o trabalho, muitas vezes em detrimento da escola.

No âmbito de uma crescente exclusão social, existe um consenso em torno do papel potencial da educação como o principal vetor na mobilidade social e na elevação do nível de renda, tendo importante função no estabelecimento de uma

sociedade mais igualitária e democrática. Pais e filhos postulam uma estreita ligação entre a educação, o trabalho e a ascensão social, isto é, consideram que a educação potencializa o trabalho, uma vez que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideológica, mas também economicamente, pois acham que os jovens, uma vez avançados nos estudos e com qualificação profissional, teriam lugar certo no mercado de trabalho. A escola é vista por eles como o local que proporciona a oportunidade de alcançar uma vida melhor.

De acordo com o Quadro 6, que diz respeito à escolaridade desses jovens 83% estudam na rede pública de ensino e 17% não estudam. Evidenciou-se uma predominância nos níveis do Ensino Fundamental incompleto (35%) e no nível médio incompleto (50%). Dos 17% que deixaram a escola, 33% já tinham concluído o 1º grau e 33% o 2º grau, 11% não conseguiram vagas em escolas próximas aos seus locais de moradia, 6% não querem mais estudar e 8% não podem dar continuidade porque têm que trabalhar.

Quadro 6 Nível de escolaridade do grupo de jovens pesquisado

Nível de escolaridade	Nº ABS	%
Ensino Fundamental Completo	2	2
Ensino Fundamental Incompleto	37	35
Ensino Médio Completo	9	9
Ensino Médio Incompleto	52	50
Nível Superior Incompleto	4	4
Total	104	100

Fonte: Pesquisa direta

Observei que existia um percentual considerável de jovens no Ensino Médio (59%), o que, hipoteticamente, pode indicar que se encontra em uma posição relativamente equilibrada, considerando a relação série/idade, se comparados com a faixa oficialmente proposta, ou seja, de 15 a 18 anos. Também se registra o pouco acesso ao ensino superior, pois somente quatro jovens conseguiram galgar esse nível. Conforme relato de componentes familiares presentes na unidade familiar, no ato da aplicação do questionário, isso só foi possível graças à ajuda financeira de terceiros, em forma de bolsa de estudo para o pré-vestibular.

Uma jovem manifesta-se sobre o assunto:

O meu sonho é chegar na faculdade, já tentei varias vezes e fracassei nas provas de física, química e biologia. Como a UECE exige 30% em cada disciplina, não adiantou eu ter boas notas em redação e história. O vestibular é só prá quem estuda no colégio particular e vive prá estudar. Pobre como nós não chega nem perto! A escola pública ensina pouco e ruim (Jovem X, sexo feminino, 18 anos).

Registrei o fato de que existem 35% dos respondentes em distorção série/idade, pois com 16 anos ainda não completaram o Ensino Fundamental previsto para ser concluído aos 14 anos, conforme as leis brasileiras do ensino formal (LDB, 1996).

Do universo pesquisado, 97% afirmam gostar de freqüentar a escola, contrariando as afirmações do senso comum de que, no geral, adolescente e jovem não gostam da escola. Para eles, a escola é importante, mas seu corpo docente precisa ser sensível ao que efetivamente significa ser jovem, e instalar projetos político-pedagógicos atraentes para esse segmento.

Pela fala de muitos jovens, porém, verifiquei que existe insatisfação quanto à qualidade do processo ensino-aprendizagem e, de forma hipotética, uma defasagem na grade curricular do ensino público, não gerando competência nem condições para que o aluno possa competir em condição de igualdade com os alunos da escola particular para chegar ao Ensino Superior.

A pesquisa sinaliza que o desempenho desses jovens na escola vai de bom, com 58%, ótimo, com 22%, e regular, com 20%. O desempenho na escola pode estar ligado a fatores que funcionam como motivadores de crescimento: expectativa de chegar à universidade, de alcançar um emprego com melhor renda, do que a de seus pais, melhoria na qualidade de vida e no *status* social, possibilidade de um futuro melhor. Nesse sentido, quando os jovens responderam os questionários, relataram que 34% dos seus pais querem que os filhos estudem mais, e 52% ficaram satisfeitos com o desempenho positivo dos filhos na escola. Somente 7% dos que responderam ao questionário disseram que suas famílias "não se interessam" pelo seu desempenho escolar.

Eis o depoimento deles sobre o assunto:

Nessa idade não tem mais reunião de pais, pelo menos minha mãe não vai mais, assim não controla minhas notas. É difícil trabalhar e estudar. Chego morto do trabalho e da escola, o professor diz que meu rendimento é pouco (Jovem F, 19 anos, sexo masculino).

A escola devia, pelo menos, fazer a gente aprender bem, a escrever sem erro e a resolver os problemas de contar, calcular. Meu pai sabe 'contar de cabeça melhor do que eu e ele estudou só o primário... Quando eu estava trabalhando no mercadinho, tinha muita dificuldade de fazer as notas de compras dos clientes (Jovem F, 19 anos, sexo masculino).

Os dados nacionais e estaduais (IBGE, 2000) demonstram a ampliação do número de anos escolar e do acesso à rede de ensino, principalmente no Ensino Fundamental (acima de 95%). Verifiquei pelos dados oficiais (IBGE, IDT, SEDUC) e da mídia (jornais locais) que os jovens estão tendo mais acesso à escola e menos ao trabalho. Isso é uma situação desejada, foi uma luta de muitos líderes comunitários ante à exploração do trabalho infantil e juvenil. Esse avanço, no entanto, não veio acompanhado da qualidade do ensino no plano da Educação Básica e o acesso ao nível médio e técnico-tecnológico foi insuficiente.

O sentimento de fracasso/incompetência manifestado por alguns jovens deve ser analisado, não como uma culpa somente do jovem e da família, mas também da falta de qualidade e de resultados do processo ensino-aprendizagem, buscando detectar os déficits e encontrar soluções. Como já é conhecido, "a escola não dever ser pobre porque é para pobres".

Esse alargamento (maior número de anos de estudo, ampliação do acesso e da faixa etária) serve para o sistema neoliberal disfarçar o processo de enxugamento dos postos de trabalho e as taxas elevadas de desemprego juvenil, empurrando para o espaço privado (casa/família) questões de natureza estrutural, de âmbito público, estatal.

Na pesquisa, 79% dos jovens exprimiram que seus pais desejam que "os filhos nessa idade estudem e trabalhem para progredir na vida e ajudar a família", 11% que só trabalhem e 9% só estudem. Já para os jovens, é possível conciliar trabalho e estudo, apesar de exigir muito empenho, energia e saúde. No que diz respeito à opinião dos jovens sobre o futuro, verifiquei que existe a preocupação dos filhos em ascender socialmente, mas a luta maior é evitar o rebaixamento social. Grande número de jovens afirma em seus depoimentos a necessidade de "ajudar a família, elevar o nível de estudos para viver melhor que seus pais, lutar por condições melhores de vida etc."

Essa ambigüidade entre o tempo da escola e do trabalho, nas classes populares, pode originar um tempo de espera para os que nem estão na escola e nem no trabalho, como relatam 100% dos envolvidos nessa pesquisa. Como demonstra Árias, "esses jovens são aqueles pertencentes aos setores mais pobres e também os que estão mais expostos a "riscos", pois são evidentes as suas chances de escorregar para a transgressão tanto no presente como no futuro" (1998, p.457).

Durante as entrevistas aprofundadas e nos grupos focais, percebi que, apesar de diferentes (uns pardos, negros, brancos, masculino, feminino, idades diferentes), os jovens, sobretudo, cultivam uma identidade ou uma "marca" de juventude. Muitos nas entrevistas sinalizam que a juventude é uma "boa fase", um tempo para o aperfeiçoamento individual e grupal, momento do desfrute (gozar a vida, sair zoando) do prazer e do lazer, antes das responsabilidades da vida adulta.

O depoimento do jovem K, sexo masculino, 17 anos, solteiro:

Acho legal ser jovem, ter tudo em cima, poder correr, dançar, ficar, namorar. Imagine se a gente tivesse dinheiro... Mesmo sem grana, vou prá praça, forró. Minha mãe não acha legal, por causa da violência, da droga e dos bandidos. Mas eu tô fora disso.

Indaguei aos jovens sobre seu cotidiano e em que ocupavam seu tempo livre. As atividades apresentadas no quadro 7, já foram visualizadas por outras pesquisadoras (MATOS, 2001; ZAYTEC, 2003) como características comuns e preferências juvenis predominantes. Considero que os dados apresentados confirmam o que Madeira (1998) classifica sobre as "marcas da juventude".

Quadro 7 Atividades em que ocupa a maior parte do tempo livre dos jovens

Ocupação do tempo	Nº ABS	%
Assistindo à TV	18	17
Escutando música	17	16
Praticando esporte	28	27
Exercendo atividades domésticas	43	43
Exercendo trabalho informal (bico)	15	14
Conversando com pessoas nas ruas	12	12
Conectado na Internet	3	3
Cuidando dos irmãos	7	7
Desocupado	1	1

Fonte: Pesquisa direta.

Durante as entrevistas, aprofundei alguns itens do questionário, escolhidos por terem sido mais votados e/ou polêmicos (quadro 7). Nesse momento, destaco as conversas com pessoas nas ruas. A rua, como espaço social é apontada como lugar de risco para os jovens pobres e em estado de ociosidade. Os jovens concordam em parte com essa colocação, pois sinalizam que nas ruas conversam com seus pares sobre assuntos do dia-a-dia, se informam sobre onde buscar emprego, trocam informações, combinam passeio etc. Estar na comunidade e em grupo não é sinal de transgressão. Na realidade, o jovem tem necessidade de andar em grupo, pois no grupo existem as semelhanças, afinidades, acordos e solidariedade.

#### Depoimentos dos jovens:

(...) saio de casa para arejar, dá um tempo. É ruim ficar sem fazer nada, só assistindo TV, dá até fome ! Minha mãe diz que na rua só tem o que não presta ... É exagero (Jovem J, 19 anos, sexo masculino).

Eu não vou para "as ruas"; saio para a calçada, para a casa das amigas. Converso sobre os nossos "segredos", os paqueras ... Colocamos a fofoca em dia. Faço isso depois que deixo meu irmão pequeno na escola (Jovem G, 17 anos, sexo feminino).

Na rua vejo de tudo. Pode ter risco, principalmente, "tia", se o cara for fraco. A gente sabe onde tem os pontos, é só desviar (Jovem M, 20 anos, sexo masculino).

Minha mãe diz que na rua aprendi a fumar e a jogar sinuca. É verdade. A gente começa e quando dá fé, já tá viciado (Jovem A, 17 anos, sexo masculino).

A gente se encontra para ir procurar trabalho, em grupo (2 ou 3) é melhor. Às vezes, por não ter o dinheiro do ônibus, nós vamos a pé.... daqui pró SINE da Parangaba (Jovem Z, 21 anos, sexo masculino).

Outro destaque fez referência às atividades domésticas com 43% de registro por parte dos jovens e com muita aceitação da família, pois estas não são consideradas marginais pela sociedade nem geram influências negativas sobre o comportamento dos jovens. Os jovens, no geral, exercitam essa atividade como obrigação, uma forma de cooperação com os familiares.

A aceitação passiva e rotineira desse leque de atividades pode acarretar, entre os jovens, pouca motivação na busca de outras possibilidades ou contextos que poderiam levá-los a ampliar seus conhecimentos e experiências. Nesta fase da vida, convém proporcionar-lhes um largo espectro de atividades que despertem seu interesse, canalize suas energias em ações empreendedoras, criativas,

“empoderadoras”. Alguns jovens sinalizam a preocupação dos pais em mantê-los em casa, protegidos da violência, das drogas e do crime organizado.

Neste dia após as entrevistas, imaginei a luta e a capacidade de resistência, perante as frustrações desse grupo no percurso da fase juvenil para a adulta. Fiz comparação com as notícias veiculadas pela mídia que, no geral, os denomina de acomodados, inseqüentes e geradores de problemas sociais.

Os sujeitos desta pesquisa demonstraram-se desembaraçados na discussão, com respostas claras, ouvindo e muitas vezes complementando o pensamento do outro; mostraram a sua capacidade de refletir sobre o cotidiano, de formular respostas significativas. Como ressalta Abramo, são sujeitos e devem ser tratados como tais, enquanto sua imagem social, na maioria das vezes, os coloca como transgressores ou vítimas.

Para Abramo (1997, p. 128), a visão deturpada sobre a juventude decorre do fato de raramente serem considerados sujeitos, então, muitos olhares são dirigidos a eles, ou percebendo-os como consumidores em potencial, ou discutindo desvios no seu comportamento. A autora indica que há uma dificuldade de ir além da sua consideração como problemas sociais e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com os outros autores, de contribuir para a solução de problemas sociais, além de simplesmente sofrer-los ou ignorá-los.

Na condição de excluídos, muitas vezes os jovens reagem de forma radical, reacionária, violenta. Fazem isso como protesto, expressando o seu desencanto, desapontamento, insatisfação com os papéis, funções e perspectivas apontadas, para eles, pela sociedade adultocêntrica. Na relação jovem-sociedade, é possível ocorrer o que Foucault (1997, p. 159), fala sobre "os corpos dóceis" e os "recursos para um bom adestramento", ou seja, lembrei-me de que, no dia-a-dia são usuais as práticas de disciplinamento que podem ou não ser sutis, produzindo uma relação direta entre "erros" e punições, na tentativa do ajustamento social.

Na sociedade dos adultos, os jovens expressam a dubiedade: ora são vistos como futuro, progresso, ora são a imagem do desencanto, da violência, da agressividade. Representam a geração Coca-Cola, as calças Jeans, o *Mc Donald*,

entre outros. Representam também uma categoria não confiável, seja pela sua condição etária, seja pelas ações juvenis, vistas de forma generalizada, fora de padrões ideais preestabelecidos.

Tem muita gente que fala mal dos jovens da periferia, como usuário de drogas. Outros dizem que o jovem é futuro. Só se for prós ricos. Nós pobres estamos sem chances, não tem emprego, não tem curso (Jovem Z, 21 anos, sexo masculino).

Indaguei sobre as perspectivas dos jovens em relação ao "seu projeto de vida e ao futuro", e as escolhas preferenciais centralizaram-se nos seguintes itens, por ordem de prioridade:

- ter um emprego (76%);
- ter uma profissão (67%);
- concluir os estudos (66%), no sentido de chegar a concluir o nível superior (38%);
- ter uma casa própria (56%);
- ter um negócio próprio (40%);
- casar e ter filhos (26%).

Verifiquei esses dados, constatei que o trabalho, como sinônimo de emprego, foi o sonho mais citado, acompanhado pela necessidade de uma profissão. Para os jovens, trabalho, profissão e salário significam melhoria de vida, independência, reconhecimento, possibilidade de ajudar a família. Os pais reforçam nos filhos a necessidade de que eles sejam inseridos no mercado de trabalho. A isso se pode atribuir um histórico de vida, onde residem fatores como as dificuldades financeiras, a não-realização da casa própria, o não-acesso a universidade, entre outros. Assim, embora numa visão imediatista, as escolhas sejam meramente uma questão pessoal, estão na realidade inseridas e subordinadas a um contexto ligado a questões sociais, econômicas, políticas.

É como se coloca o jovem L, 24 anos, masculino: "*A gente deixa de ser um peso morto dentro de casa, deixa de ser preguiçoso, ocioso e malandro*".

O envolvimento mais aproximado com os jovens permitiu também adentrar fatos mais privados de suas vidas. Esses jovens, vistos em sua maioria, estão em processo de fortalecimento da maturidade. Quando opinam, se mostram e acentuam os graves problemas socioeconômicos vividos (baixa renda, desemprego, falta de

oportunidades, a falta de acesso a bens e serviços). Em suas falas, pode-se ler o medo de reproduzir a pobreza e a situação de carência das famílias de origem. Entre o pessimismo e o otimismo de quem sente o que vive, almejam que a história possa ser objeto de mudanças e que o futuro seja de mais sucesso.

Assumo o pensamento de Melucci (1997), quando adianta que se deve perceber a juventude como um assumir-se culturalmente, independentemente da faixa etária, diante de contextos diferenciados, e de um tempo de improvisações e provisoriedade. Para tanto, precisam ser sujeitos do processo histórico e não meros observadores e receptores da herança das gerações.

Spósito (1998, p. 2) reforça a idéia, quando em seus estudos assinala que "a juventude é tratada de forma homogênea, como apenas uma transição para a vida adulta, projetando sempre para os jovens um tempo futuro, que penso traduzir-se na promessa de tornarem-se maduros".

Durante as entrevistas, procurei aprofundar algumas questões relativas à auto-imagem dos jovens e à perspectiva de vida futura. Dos entrevistados, 73% afirmaram ter projeto de vida e 92% projetam metas a alcançar, 97% acreditavam que podem vencer, pois têm coragem de lutar pelo que querem, 55% tentam encontrar soluções para seus problemas, quer isoladamente ou com apoio de terceiros, 94% afirmaram ter esperança e 53% já sabiam que profissão queriam seguir. Sobre esses aspectos, a amostra revela que 74% afirmaram não esconder seus erros, que pensam antes de agir e que evitam se "meter" em confusões; no entanto, 42% dizem não cumprir as atividades até o fim, exercitando certo *laissez-faire*.

No que diz respeito à opinião dos jovens sobre o futuro, verifiquei que existe a preocupação dos filhos em ascender socialmente, mas a luta maior é evitar o rebaixamento social. Grande número de jovens afirma em seus depoimentos a necessidade de "ajudar a família, elevar o nível de estudos para viver melhor que seus pais, lutar por condições melhores de vida etc."

O futuro para eles se traduz em adquirir uma profissão, ter emprego, bens materiais e constituir uma família. Existe uma associação entre formação (escolaridade/qualificação) e trabalho (emprego formal, negócio autônomo etc.).

Esse horizonte vem intrinsecamente relacionado com independência, responsabilidade, maturidade.

Nos depoimentos individuais e grupais, aparece fortemente a importância da convivência com amigos (85%) e o prazer de estar em grupo (86%), pois não se sentem retraídos (84%), apesar de 47% se acharem tímidos e 26% apresentarem algum tipo de medo.

Impulsionada pelo argumento da importância do lazer, busquei sondar junto aos jovens sobre o assunto. Para adentrar a temática, verifiquei que o dia-a-dia dos jovens é diversificado, mas traz muitas atividades comuns: assistir a TV, ouvir música, realizar atividades domésticas, praticar esporte, ficar ociosos, freqüentar festas e praças, namorar etc. Sobre as múltiplas facetas referidas, cada jovem faz suas opções, de acordo com as afinidades, apesar de ter ação que fica na onda da moda por certo período, influenciando os grupos juvenis, tais como: andar de *skate* e patins, ir para a casa de *show*, visitar os *shopping*, participar de feiras nas praças, jogar bola, *voley* etc. “Qualquer lugar é legal desde que esteja com meus amigos (as), paquera e tenha som” (Jovem I, 16 anos, sexo masculino).

Os jovens pesquisados sinalizaram o fato de que no bairro Bom Jardim há carência de espaços de entretenimento. Não existem salas de cinema nem de teatro, como ocorre na zona leste da Cidade, dentro dos *shoppings* e centros culturais. Os divertimentos mais comuns estão nas churrascarias, bares e casa de forró.

Mesmo assim, 50% participam de atividades esportivas em espaços institucionalizados (escola, projeto ABC). Já 33% estão envolvidos em atividades socioeducativas, através das várias linguagens culturais: teatro, dança etc. Pelas falas dos jovens e observações *in loco*, verifiquei que há limitação de entretenimento para a maioria, provocada pelo baixo poder aquisitivo e pelo precário e insuficiente serviço de lazer público. Assim, reivindicam novos espaços de entretenimento, com segurança e qualidade, acrescentando que a ociosidade, as frustrações, as energias reprimidas fazem com que busquem atividades e vícios prejudiciais à juventude e à comunidade.

A droga está entre os vícios prejudiciais à comunidade e aos jovens. Da amostra pesquisada, 72% afirmaram não fazer uso de drogas, porém, 28% usam

bebida alcoólica, sendo 8% com uso diário e 20% socialmente, em *show*, forró, festas, praia etc. Do universo pesquisado, 5% são usuários do tipo de droga ilícita (maconha, *crack*, cocaína). Mesmo em condição de minoria, os drogaditos trazem preocupação para a família e à comunidade, pois a droga é endêmica, recorrente e contagiosa; além disso, a população conta com insuficiente apoio dos serviços públicos, na área social-médica e de recuperação no Ceará.

Os jovens investigados demonstram no seu discurso a percepção das drogas ilícitas como sinônimo de perigo e fator para a violência social e doméstica, contribuindo para os conflitos entre familiares, mas minimizam os efeitos maléficos quando se referem a álcool, com uma visão equivocada, pois as drogas de uma forma geral, "são substâncias que possuem a capacidade de alterar nosso estado de consciência, nossa percepção" (CARLINI-COTRIM, 2000, p.72)

As drogas e a violência tem prejudicado nossas ruas, festas, praças ... Os jovens se envolvem com isso, acabam no buraco, no fundo do poço (Jovem Z, 21 anos, sexo masculino).

Para Madeira (1998, p. 453-454) "a juventude é uma espécie de moratória entre a infância e a vida adulta, um espaço para o aperfeiçoamento individual e para o desfrute do prazer e do lazer...". Ábramo (1994) também salienta a importância da diversão e do lazer, e propõe estudo sobre esses aspectos, haja vista ser um espaço menos regulado, acontecendo "dimensões mais significativas da vivência juvenil".

Do universo pesquisado, 66% afirmaram já terem exercido algum tipo de trabalho, sendo 13% no mercado formal (com carteira assinada) e 59% no informal (sem carteira assinada), e 34% nunca trabalharam. É importante registrar o fato de que 100% dos jovens encontravam-se na condição de desemprego aberto, ou seja, procurando uma oportunidade de trabalho; vale salientar que 87% estão em busca do primeiro emprego formal. O trabalho desempenha o papel gerador de autonomia, uma possibilidade de consumir símbolos da juventude atual (tênis, telefone celular, aparelho de som, participar de *show*, comprar roupas etc.) tendo a oportunidade de participar do mercado como "ser consumidor".

No capítulo seguinte será enfocada com precisão a relação juventude e o mundo do trabalho.

### **3 O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE NA CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA DO JOVEM NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO**

#### **3.1 O Trabalho como via de acesso à autonomia**

O termo trabalho é polissêmico. Desde a sua concepção, sugerida no Antigo Testamento, busca-se uma definição, que não é constante, tendo passado por modificações através dos tempos. Etimologicamente, o termo trabalho surgiu no século XI, de onde se supõe provir da palavra latina “tripalium”. Em seus estudos, Albornoz (1986) indica que “tripalium” tinha dois sentidos: era a denominação de um instrumento com que os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho, com função de rasgar e esfiapar esses produtos, e outro de instrumento de três pés, destinados a torturas. Já Leite aponta “como origem o termo latino “trabaculu”, da mesma raiz que deu em português “trava, travar” e que em latim significava uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar” (1994, p. 13).

Na Bíblia, existem passagens (Gênesis, II, 19) assinalando que o homem teria que trabalhar para provar a Deus o reconhecimento da culpa e o seu arrependimento pela transgressão original.

Nota-se, portanto, que as representações feitas sobre o trabalho têm como significado o sofrimento, tortura e castigo. Pordeus (1993) discutindo a questão, encontrou na obra de Hesíodo “O trabalho e os dias”, texto do século VI e VII a. C, cujo conteúdo utilizou do mito de Prometeu e Pandora e da temática mítica das cinco raças que povoaram a terra, para demonstrar, respectivamente, a origem e a necessidade do trabalho e a idéia de justiça.

Aristóteles e Platão (Séc. V a. C) referiam-se ao trabalho como atividade indigna, associada à servidão, como fadiga do corpo, escravidão do espírito na busca de ganho, sujeição de um indivíduo num estado de dependência perante outro, o que os privava do tempo para dedicar à cidade e à amizade. Eles justificavam a necessidade de escravos como “instrumentos vivos”, que, juntamente com os instrumentos inanimados, eram necessários para proporcionar às “almas bem nascidas” o lazer de uma vida contemplativa, consagrada à teoria (ALBORNOS, 1986).

Com o advento da Idade Moderna e da Reforma Protestante, Lutero via no trabalho um remédio para o pecado, atribuindo-lhe um caráter espiritual: “*Todos trabalhos, materiais e espirituais, se são realizados num espírito de obediência a Deus e por amor ao próximo possuem uma igual dignidade espiritual*” (DEREYMEZ, 1995, p. 17). Ainda sob influência da visão protestante era necessário trabalhar não para se gastar com os prazeres da carne, mas para se gastar e se investir os frutos das economias em outros trabalhos.

No final do século XVIII, com a Revolução Industrial, o trabalho foi afastado do discurso religioso e tomou lugar de destaque no sistema econômico capitalista. Adam Smith considerava que a riqueza de uma nação é representada pelo trabalho. Nessa concepção, tornava-se medida real de valor de troca de todas as mercadorias. Já para os hegelianos (1821), o trabalho do homem é o reflexo da atividade do espírito, constitui o meio de realizar a si mesmo, ao mesmo tempo em que a natureza é humanizada, e, portanto, espiritualizada.

Segundo Marx (1980), o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, sendo, portanto, o fundamento das diversas formas pelas quais os homens organizam a produção e a distribuição da riqueza social. Ele garante que a centralidade do trabalho acontece pela relação dinâmica entre homem e natureza. O trabalho confere ao homem a dignidade, a força e o seu ser; em transformando a natureza, o homem transforma a si, pois essas transformações da natureza agem, por sua vez, sobre o homem e o modificam. Esta formulação permite entender o trabalho como “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social que é tão eterna quanto o próprio ser social, ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir” (LUKÁCS in ANTUNES 2000, p.125). Nesta perspectiva, Marx defendia a idéia de que os meios de produção fossem coletivizados.

A noção de trabalho foi reestruturada na Modernidade pela organização do processo de trabalho fabril do século XVIII, mais precisamente na Inglaterra. A concepção de trabalho, na sociedade ocidental moderna, ficou associada à execução de tarefas de caráter profissional, pagas, assalariadas e exercidas pelos homens nas fábricas fora de casa e na esfera pública, historicamente separado da

casa, família, das práticas políticas, religiosas, culturais e educacionais, atividades que comporiam o mundo do não trabalho.

No contexto da industrialização, o pensamento sociológico foi formulado com centro na questão do trabalho e seus desdobramentos sobre a sociedade, em bases estruturalistas e funcionalistas, tendo como principais expoentes Marx, Durkheim e Weber. Até a década de 1960, a concepção da centralidade do trabalho era inquestionável. Um novo momento histórico, erigido sob a mundialização do capital, impõe uma ampliação do pensamento sociológico, passando a absorver concepções relativas à intersubjetividade e, no cotidiano, como a perspectiva da ação comunicativa de Habermas, que situa a linguagem como o elemento fundante da humanidade. Neste ponto, segundo Antunes, quando se aborda o surgimento de novas formas de sociabilidade no contexto contemporâneo, faz-se necessário ter clareza acerca das determinações do processo de reestruturação do capital, para que não se incorra na “aparência da unanimidade que constitui o essencial da força simbólica do discurso dominante”, disseminado pelos apologistas do neoliberalismo, os quais apregoam o suposto fim da sociedade do trabalho (2000, p. 126).

O trabalho apresenta diferentes identificações para o ser humano, pois ele pode representar desde a situação de esforço, dor e obra, ambos contrários ao ócio, até a condição essencial da própria vida, como bom trabalho, que liberta das necessidades limitadas à sobrevivência e oportuna participação e inclusão social.

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para a sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem (LUKÁCS in ANTUNES, 2000, p. 125).

O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de certos meios. Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão-somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades.

Mediante o trabalho, tem lugar uma transformação, diz Lukács:

Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-los atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com a sua finalidade (1979, p. 16).

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. O que deveria constituir a finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência, em emprego, principalmente para o despossuído. Como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor, tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuído.

O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez. Na sua evolução e perspectiva histórica, o trabalho parece ser condição inalienável ao ser humano. É claro que o trabalho não representa uma condição homogênea para toda a sociedade. No modo de produção capitalista, as classes trabalhadoras distinguem-se dos ricos justamente por não deterem a propriedade da terra e dos meios de produção. Nos séculos passados, o tempo de vida das classes trabalhadoras (escravo, servo, artesão) estava condicionado basicamente ao trabalho; esse ocorria na vida das pessoas precocemente (na faixa etária de 5 a 6 anos), pois não havia possibilidades generalizadas de inatividade para esses grupos, fazendo com que o fim da condição de trabalhador somente terminasse com a morte.

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana, representando a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista.

Com o avanço histórico das lutas sociais, sindicais e políticas, as classes trabalhadoras alcançaram condições de trabalho mais civilizadas com redução da exploração do trabalhador, regulamentação e avanço nas conquistas sociais e trabalhistas. Dessa forma, o trabalho em relação ao tempo total de vida perdeu importância relativa, sendo reduzido em mais da metade em um período de seis décadas. A diminuição do tempo de trabalho, contudo, não significou necessariamente a ampliação do tempo livre, gasto autonomamente pelas classes trabalhadoras. As condições da vida moderna passaram a consumir o tempo livre, tornando-o prisioneiro do tempo do não-trabalho comprometido, indiretamente com o exercício do próprio trabalho para atender a sobrevivência (deslocamento em coletivos, pagamentos em bancos, deixar filhos em creches, fazer compras etc.). Como anota Lukács,

Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra do cigarro as eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido (...) Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em "otium", porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho (1979, p. 52-53).

No universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é só aparente: a pessoa particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas, sobretudo, em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho. Dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, a pessoa se converte em escravo desse conjunto restrito de necessidades. Com todo o arsenal mercadológico e dos *mass media*, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa, como desafetivação do trabalhador.

#### Nas palavras de Marx

O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se

sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado (...) (1983, p. 147-148).

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material, uma dupla dimensão da luta contra o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa ao questionamento do próprio modo de produção e extração na mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha utilizar seu horário de não-trabalho, seu tempo liberado, visando à concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital.

É evidente, entretanto, o fato de que a emancipação do trabalho não se confunde com o tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova forma de trabalho, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. Por isso, questiono os que assumem que a libertação do ser social passa pela abolição do trabalho, pelo reino do não-trabalho, pela “sociedade do tempo liberado”. Dessa formulação, resulta que a centralidade na transformação social não é mais encontrada também na classe trabalhadora.

Até a década de 1960, a concepção da centralidade do trabalho era inquestionável. Um novo momento histórico, erigido sob a mundialização do capital, traz a discussão sobre o fim da tese da centralidade do trabalho e impõe uma ampliação do pensamento sociológico, passando a absorver concepções relativas à intersubjetividade e ao cotidiano, que, explícita ou implicitamente, recusava-se a reconhecer o papel central da classe trabalhadora na transformação societária contemporânea. Antunes levanta forte questionamento sobre a categoria trabalho, contestando as teses dos que defendem o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista,

(...) quer pela afirmação de perda de sentido da teoria do valor, quer pela tese que propugna a substituição do valor - trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa, informacional, que se colocaria em posição analítica de superioridade diante da formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria de valor. Os estudos das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, bem como a forma assumida pela divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora, permitia-lhe recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos (2000, p. 10).

O autor refere-se às teorias pós-estruturalistas, disseminadas na década de 1960, que argumentam e defendem a centralidade da linguagem e da intersubjetividade e não do trabalho na sociedade contemporânea. Essas evidências empíricas levaram-no à constatação de que "em vez do adeus" ao proletariado, tem-se um amplo leque diferenciado de grupamentos e segmentos que compõem a classe-que-vive-do-trabalho referindo-se aqui aos fenômenos sociais decorrentes da diminuição da classe operária industrial tradicional, subproletarização, observou-se, portanto uma "heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho". (2000, p.10-14).

Esse embate entre estruturalistas e pós-estruturalistas serve de alerta para o pesquisador não se ater ao que se intitula o "princípio da simplificação", mas adotar uma "visão poliscópica", tendo o conhecimento como resultado de uma complexa construção. Neste ponto, quando se aborda a questão do surgimento de novas formas de sociabilidade no contexto contemporâneo, faz-se necessário ter clareza acerca das determinações do processo de reestruturação do capital, para que não se incorra na aparência da unanimidade que constitui a essência da força simbólica do discurso dominante disseminado pelos apologistas do neoliberalismo, os quais apregoam o suposto fim da sociedade do trabalho.

Adoto, portanto, como eixo condutor da pesquisa, uma visão multidimensional do trabalho, como categoria social que não pode ser compreendida com base reducionista, mas sim com toda a complexidade que o objeto de estudo impõe. Busco apoio em Castell, cuja visão sobre a sociedade do trabalho me conduziu nessa caminhada:

(...) o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem (1998, p. 18).

Nesse contexto, o trabalho como elemento de socialização, de pertença, "não deve ter ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjuga seus efeitos negativos para produzir a exclusão, a desfiliação". Castell esclarece: "há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição

territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção" (1998, p. 51).

Segundo Antunes (2000, p. 162) a nova fase do capital, portanto, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais intensamente a subjetividade operária. O processo não se restringe, porém, a esta dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de maior interação da subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, amplia as formas modernas de reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada.

Em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é maior interrelação, maior interpenetração das atividades produtivas e as improdutivas, das atividades fabris e de serviços, das atividades laborativas e as de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. Isto remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação.

Na afirmação dos jovens pesquisados, o trabalho aparece como um atributo emancipatório, que fortalece a sua permanência em comunidade e garante uma posição na sociedade adultocêntrica. Assim, a representação dos jovens sobre o trabalho vem como:

a) Trabalho como vitória, crescimento social

Trabalhar é uma vitória na vida da pessoa e se for pobre mais ainda. Como o próprio nome diz "pobre", não tem condição pra nada, então, com certeza o trabalho vai ajudar a melhorar a vida e a ter uma experiência a mais (Jovem, sexo feminino, 17 anos).

Crescer a partir de tudo o que você faz. Tudo é a questão do ser humano ver o crescimento a partir de um ponto. Uma reta cresce a partir de um

ponto no espaço, a mesma coisa o ser humano tem que enxergar a partir do trabalho ou do emprego (Jovem, sexo feminino, 20 anos).

#### b) Como dignidade

(...) eu sonhava muito em ter um trabalho, independente de como fosse, desde lógico que fosse um trabalho digno. Tem aquele ditado que diz “o trabalho dignifica o homem”, então é assim que eu me sinto, nesse estágio, bem diferente do que eu era antes, bem mais capaz, com mais vontade de correr atrás... Tenho muitos planos para o meu futuro (Jovem, sexo feminino, 18 anos).

#### c) Como proteção

O trabalho ocupa o jovem da classe popular, evitando que ele pense ou faça coisas erradas; ele já vai ajudando o jovem a pensar no futuro e ser alguém na vida (Jovem, sexo masculino, 19 anos).

Acho importante o trabalho. Como o jovem da classe popular é do mundo, ele tendo um trabalho, não vai pensar em fazer coisa errada, já vai pensar no futuro, em ajudar os pais. Com certeza se ele não puder entrar numa faculdade pública, que hoje em dia quem tá tomando o espaço da gente são as pessoas que estudaram nas escolas privadas, se ele tiver um trabalho vai querer ser alguém na vida (Jovem, sexo masculino 19 anos).

No depoimento dos jovens, o trabalho ainda aparece como uma fonte de mobilidade social, uma possibilidade de futuro, de deixar de ser totalmente excluído, uma vez que um dos critérios de inclusão é ter um trabalho ou emprego.

É importante compreender que a concepção de trabalho, assim como a de emprego, modificou-se ao longo dos tempos e que está muito atrelada ao desenvolvimento e à reestruturação das forças produtivas diante da globalização. Como existem vários significados para essas categorias, trago à tona a visão dos jovens sobre esse ponto a partir da indagação: qual sua posição sobre trabalho e emprego?

Eu queria um trabalho que fosse emprego. Mas a necessidade faz com que a gente aceite qualquer trabalho. A partir desse trabalho, tentar juntar um dinheiro e aplicar em qualificação, para poder no futuro, procurar um emprego (Jovem N, sexo feminino).

Bom, eu no começo não percebia a diferença entre emprego e trabalho. Eu queria trabalhar e ganhar algum dinheiro para melhorar a vida. Já tive trabalho e emprego. O meu emprego, era de bolsista, no Estado, num ambiente bom, com carteira assinada, vale transporte e com salário mínimo. Bem diferente do trabalho que eu tinha na lanchonete da Dona A, onde eu não tinha direitos e nem carteira assinada. O meu sonho é ter um emprego certo para poder fazer a faculdade (Jovem F, sexo feminino).

O trabalho ocupa o jovem, evitando que ele pense ou faça coisas erradas... a pensar no futuro e ser alguém na vida. Prá mim trabalho ou emprego, qualquer um serve, desde que não fosse coisa errada. Porque as coisas estão muito difíceis. No que for direito a gente pode trabalhar (Jovem D, sexo feminino).

Tem diferença entre trabalho e emprego. Emprego é mais difícil da gente arranjar. Na realidade todo jovem quer um emprego. Qualquer trabalho é por enquanto, uma viração, uma forma de ganhar algum dinheiro para comprar isso ou aquilo. O sonho do emprego é poder dar uma vida melhor a família e seus futuros filhos (Jovem D, sexo masculino).

Os depoimentos dos jovens pesquisados revelam duas frentes:

- a) Trabalho como aplicação de forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; ou atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. É nesse sentido que o trabalho permite ao homem sentir-se exercendo sua função social pelo pleno exercício de seus atributos físicos e mentais. Esse aspecto reforça a teoria que confere ao trabalho o valor de dar ao homem uma identidade social, e que ainda o considera uma categoria ontológica fundante da sociabilidade humana;
- b) Trabalho representando remuneração e assalariamento. Nesse sentido, é igual a emprego. A circunstância de possuir emprego e dele poder receber uma renda/salário para a sua subsistência ou enriquecimento e de sua família contribuir para sua autonomia e referência, bem como a qualificação dentro de um padrão e classe social, significando a inserção no mundo do trabalho formal. Nesse sentido, Castel (1995) ressalta que o trabalho é o suporte privilegiado de inscrição na estrutura social e não somente uma relação técnica de produção. Desse modo, o desemprego é temido pelo trabalhador, não só porque afeta a sua qualidade de vida, mas porque produz o estigma do “apêndice da sociedade”, do não-capaz de sustentar a prole, do indigente, do excluído assistidos por projetos sociais.

Segundo o depoimento dos entrevistados, o trabalho é visto como sinônimo de emprego, categoria concreta, ocupação composta por atividades produtivas, assalariada e regulada por contrato e leis trabalhistas. Nesta perspectiva, o trabalho/emprego responde às demandas das necessidades humanas e do capital, garantindo lucro para os donos do capital e provendo salários para os trabalhadores no espaço dialético e desigual da sociedade capitalista.

Em seus estudos, Santos (2000) aponta também duas perspectivas, com as quais comungo: na primeira, o trabalho tem o sentido de emprego, de trabalho

assalariado, sentido mantido pelo capitalismo, garantindo maximização e eficácia produtiva. A antítese do trabalho é o desemprego. Na segunda perspectiva, o conceito de trabalho não se esgota no trabalho assalariado, pois há também uma essência antropológica e psicossocial do trabalho, feita de realização pessoal. Esse pesquisador consolida essa visão mediante sua pesquisa junto aos trabalhadores e pessoas que buscavam trabalho no SINE/Ceará. Assinala:

(...) meu convívio com tantos empregados que sofreram as conseqüências dessas modificações no mundo do trabalho, é testemunho de que, para eles, o trabalho, como atividade transformadora da natureza, organizadora do tempo individual, familiar, social e, como o maior provedor de salário, ainda pode ser considerado um elemento fundante da sociabilidade humana (2000, p. 46).

Outro enfoque dado pelos entrevistados, diz respeito a categoria de trabalho enquanto atividade informal, precarizada, “viração” e “biscate”, que é tão negativizada quanto o desemprego.

Somente em 1925, com a Conferência Internacional sobre o Desemprego (Inglaterra), surge a primeira definição de desemprego: “O desemprego é a situação de todo trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, encontra-se sem trabalho e na impossibilidade de, em conseqüência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego”. Em 1954, na VIII Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho surge uma nova orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que revisita esse conceito, ampliando-o, não somente para o trabalhador, mas para todo cidadão. O campo de noção do desemprego se entende assim a toda população, definida pelos critérios de idade (idade mínima), de disponibilidade e de aptidão.

Os jovens participantes desse estudo manifestaram nos seus discursos dentro do grupo focal o sentimento da privação de ter um trabalho, a frustração do direito de ter um salário, o medo de ser rotulado de vagabundo, o mal-estar mediante a pressão da família. Essa sensação ainda é reforçada pelas idéias aprendidas, desde a infância, de que o trabalhador remunerado será à base da identidade profissional e, por conseguinte, do sucesso ou fracasso do indivíduo durante sua existência. Indagados sobre a situação do desemprego no País, 26% relataram ficar revoltados, 18% ficam triste, 33% sistematicamente vão à luta por uma vaga no mercado, 25% esperam que Deus resolva a situação. Nenhum dos

jovens se omitiu de registrar sua opinião, tendo o item “não se liga no assunto” atingido 0% de resposta.

Percebe-se na saga da história do trabalhador brasileiro a desigualdade socioeconômica, com distribuição de renda concentrada nas mãos de poucos. Conseqüentemente, a maioria de trabalhadores pobres que mal consegue sobreviver com o que recebe tem sua situação agravada ainda mais quando desempregado, ampliando o percentual dos indigentes e de miseráveis.

É interessante salientar a fala de uma jovem de 18 anos:

Como a gente ter esperança e força numa situação dessa... O Governo devia tomar providências e não deixar uns tão ricos e outros tão pobres... Os ricos têm herança, coisas, e nós só temos o trabalho... Devia distribuir mais vagas de emprego para o povo. Tantos jovens querendo arrumar uma colocação, tentando conseguir um salário para ajudar a família e não conseguem. Cai no desanimo!

Observa-se que o trabalho visto pelo jovem supra citado, não é compreendido como virtuoso, mas como algo penoso. O depoente reafirma a busca por emprego, ocupação assalariada e formal.

Outro rapaz de 19 anos:

Saio todo esperançoso, todo arrumado. Minha mãe fica rezando. Muitas vezes já consegui o encaminhamento no SINE, mas quando chego na fabrica a vaga já foi ocupada. O homem que fica no portão da fabrica disse que era 01 vaga para mil , não tem coisa pior do que isso. Dá vontade de fazer “besteira”.

Em uma das entrevistas, um jovem de 18 anos, proporciona o seguinte relato:

Meu pai diz que eu sou mole, acomodado... Mas não é fácil. Saio sempre, converso com colegas sobre os cantos onde pode ter emprego ou qualquer trabalho. Quando chego não tem vaga, ou fico na fila e faço a ficha e nunca chamam. Ele diz que não vai me dá mais dinheiro pró ônibus, se quiser vou a pé.

Verifica-se o desequilíbrio entre o intento de ter trabalho e as condições objetivas que impedem essa realização na sociedade capitalista. Essas situações vividas pelos jovens que buscam trabalho contribuem para a baixa auto-estima e baixo conceito de si próprio, interfere na subjetividade e na concretização do projeto de vida; produz conflito, frustrações para essa população que, desde a infância, aprendeu que o trabalho, no sentido de emprego, e agregado a uma profissão,

significa sucesso, ascensão social, aquisição de bens e serviços. Assim o emprego não é só um trabalho ou o contrário do desemprego, mas a conjugação de todos os elementos que lhes são atribuídos: reconhecimento de qualificação, acesso à formação, condição de vida melhorada, participação etc.

Segundo Dermazière, “ser desempregado não é um estado voluntário, é uma condição que supõe dialética entre os mecanismos socioeconômicos discriminados, as reivindicações individuais e as lógicas institucionais” (1995, p. 4).

Sob a óptica da sociedade liberal, o “não-trabalhar”, significava uma disfunção pessoal, um desvio de conduta, muito mais do que uma deficiência institucional e estrutural.

### **3.2 Panorama do trabalho juvenil no Ceará e a saga de buscar trabalho**

Nos anos de 1990, anos de ajustes socioeconômicos no País, o estado do Ceará apresentou níveis de crescimento econômico superiores aos do Brasil e do Nordeste e, mesmo assim, não conseguiu gerar postos de trabalho compatíveis com o crescimento da força de trabalho, significando dizer que há um excedente de mão de obra no Estado, impedindo uma redução mais consistente dos patamares de desemprego.

A partir dessas considerações gerais, elaborei, com base no documento oficial “Mercado de Trabalho no Ceará” (SETE/IDT, 2004) e dados do IBGE, 2000, 2003, uma visão panorâmica da condição juvenil no mercado de trabalho cearense.

Quadro 8 População juvenil economicamente ativa - PEA JUVENIL - por macrorregião do Estado do Ceará

MACROREGIÕES ADMINISTRATIVAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS	PEA	PEA JUVENIL
Região metropolitana	13	1 281 406	473 495
Litoral oeste	27	256 386	108 969
Sobral/Ibiapina	29	290 895	124 003
Sertão dos Inhamuns	16	159 897	63 525
Baturité	13	73 081	29 077
Litoral leste/Jaguaribe	23	233 842	93 334
Sertão Central	21	215 056	83 242
Cariri/Centro Sul	42	474 572	198 169
Total	184	2 985 072	1 173 834

Fonte: Censo Demográfico de 2000/IBGE.

Dos jovens integrantes da PEA (2000), cerca de 31,15% tinham de 4 a 7 anos de estudo. Para aqueles que possuíam de 8 a 10 anos e de 11 a 14 anos, a participação era de 27,38% e 23,38%, respectivamente. Os dados comparados a décadas anteriores sinalizam que houve um aumento do nível de escolaridade, com a intensificação da política educacional de levar os jovens para dentro da escola (acesso aumentado em quase 98% no Ensino Fundamental), ficando o déficit na qualidade do ensino.

Na realidade, ao se quantificar a participação da população jovem na população em idade de trabalhar (aqueles com 10 anos e mais de idade) para os anos de 1991 e 2000 (IBGE), verificam-se ligeiras reduções, tais como: de 26,69% para 25,91% no Estado; de 27,65% para 26,25% na RMF e de 27,58% para 26,04% na Capital, sinalizando que não houve grandes acréscimos populacionais na participação dos jovens na população em idade de trabalhar, o que significa resultado positivo, em face da menor pressão desse segmento sobre o mercado de trabalho. O segmento jovem, no entanto, vai envelhecendo e um dos atributos de passagem para a fase adulta é a aquisição do trabalho/emprego, mediante a condição de pobreza para os da classe pobre e a necessidade de independência para todos, o que intensifica a busca de trabalho por parte da juventude.

A taxa de participação jovem no mercado cearense oscilou de 63,50% para 61,09%, de 1993 para 2003. O total de ocupados jovens foi estimado em 810.802

pessoas, no Estado; 277,611 na RMF e 157,514 em Fortaleza, em 2003. Já as taxas de crescimento das oportunidades de trabalho estão muito aquém do crescimento populacional em qualquer das regiões do Ceará. De fato, a relação ocupados jovens / população jovem apresenta-se em declínio, um indicativo sério das dificuldades de inserção no mundo laboral cearense.

O número de mulheres jovens ocupadas era de 295.918, enquanto que o grupo de homens jovens ocupados teve 514.884 pessoas. Constata-se que a participação dos homens foi quase o dobro do contingente de mulheres ocupadas, revelando maior participação do gênero masculino. No tocante à população ocupada jovem, merece destaque a evolução no perfil de escolaridade desse segmento. De 2001 para 2003, o percentual de jovens com Ensino Médio cresceu de 52,71% para 60,48% dos ocupados e, dentre os de nível superior, a ampliação foi de 8,35% para 10,15%. Os com Ensino Fundamental diminuíram a sua participação relativa, de 36,85% para 27,91%, e os até alfabetizados recuaram de 2,09% para 1,46%.

A análise da jornada de trabalho dos jovens ocupados (2003) revela maior participação destes, nas jornadas de 15-39 horas e 40-44 horas semanais, com indicativos de crescimento (13,30%) para o primeiro bloco, o que caracteriza uma similaridade com a realidade dos adultos. No que concerne aos salários das pessoas ocupadas jovens, 430.066 (53,13%) ganhavam até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, em 2003. Cerca de 228,772 trabalhadores jovens ganhavam de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, representando 28,26% do total de jovens ocupados. Para aqueles que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos, havia 119,219 jovens, correspondendo a 14,73% dos ocupados. No que se refere à posição na ocupação, o número de jovens empregados com carteira assinada era de 133.514 (2001), passando para 146,768 em 2003. No segmento de jovens sem carteira assinada, havia 259.603 jovens ocupados (2003). Esses dados demonstram o alto grau de informalidade e precarização nas relações de trabalho. Para aqueles que trabalhavam por conta-própria, havia 113.476 jovens (2003), o que correspondia a 14% do total de jovens ocupados.

A dinâmica da evolução dos jovens ocupados no Estado sinaliza a dificuldade de incorporação e manutenção desse segmento no mercado produtivo, visto que as economias nacionais e locais não estão sendo capazes de oferecer a quantidade de emprego suficiente para absorver o crescimento vegetativo da força

de trabalho jovem. A queda de ocupação dos jovens atingiu todos os níveis de escolaridade, mas as maiores taxas são registradas entre os ocupados analfabetos (-20,97%) e entre os jovens com escolaridade de nível fundamental (-10,54%).

O desemprego é uma realidade intensamente marcante na vida da população juvenil do Ceará, tal qual no Brasil e no mundo. Quanto ao número de desempregados, no Estado, incluindo Fortaleza, estes tiveram elevação na parcela de desemprego jovem, a qual se amplia de 29,93% para 36,41% na década de 1993-2003. O Estado do Ceará contava com 153.348 desempregados com idade entre 15 a 24 anos, em 2003, um contingente de 126,06% maior do que o estimado para 1993. Portanto, de 1993 a 2003, enquanto a população jovem do Estado se ampliou em 24,76%, o total de desempregados jovens cresceu 126,06%, ou seja, o desemprego juvenil amplia-se entre os jovens 5 vezes mais rápido relativamente a sua população. A taxa de desemprego jovem, no Estado, passou de 8,44% para 15,90%.

Vale destacar que alguns estudiosos do assunto registram indicativos de que o problema do desemprego juvenil não está relacionado somente ao crescimento da população jovem, mas também à necessidade e à dificuldade do jovem se inserir no mercado de trabalho, em decorrência da sua falta de qualificação, da baixa escolaridade, da falta de experiência, da elevada concorrência por uma vaga no mercado de trabalho, da alta seletividade das empresas em razão do novo perfil do trabalhador que é hoje exigido. Todas essas exigências se complicam quando se trata do primeiro emprego, principalmente quando é jovem do sexo feminino.

As categorias mais citadas pelos jovens durante o percurso investigativo foram: o trabalho, emprego, remuneração; contextualizados no cenário da pobreza e do desemprego. No cotidiano dos pesquisados, são expectativas recortadas pela realidade do mundo do trabalho que, como já expresso, passa por profunda reestruturação, apresentando perspectivas pouco animadoras para os adultos e ainda mais desalentadoras para a população jovem, em face da crise do emprego, no entanto, a sociedade adultocêntrica continua considerando a entrada dos jovens no mercado de trabalho um dos pré-requisitos ao início do ciclo de vida adulta, sem questionar com maior propriedade sobre a inserção do trabalhador no mercado seletivo, excludente e reduzido.

A saga dos jovens pesquisados na busca pelo emprego é desenvolvida sistematicamente: 29% procuram emprego todo dia, 23% semanalmente, 10% todo mês, 31% fazem isso de vez em quando e 7% não mais procuram emprego. Muitos (47%) deixam de procurar trabalho todo dia em função de não disporem de dinheiro para o deslocamento, para retirada de cópias de documentos e de fotografias e/ou também pelo sentimento de desânimo em virtude de já terem recebido tantas respostas negativas.

Do universo pesquisado, 66% afirmaram já haver exercido algum tipo de trabalho, sendo 13% no mercado formal (com carteira assinada) e 59% no informal (sem carteira assinada), enquanto 34% nunca trabalharam. É importante registrar que 100% dos jovens se encontram na condição de desemprego aberto, ou seja, procurando uma oportunidade de trabalho e, desses, 87%% estão em busca do primeiro emprego formal.

Indagados sobre os motivos que os impulsionam ao mercado de trabalho, 70% responderam "por necessidade econômica", mediante a pobreza socioeconômica da família. Vale salientar que mais 9% afirmaram que o emprego é uma forma "de ganhar dinheiro e se libertar da dependência familiar"; outros 11% disseram ser "para poder pagar os estudos" e 7% por necessidade de "contribuir no orçamento familiar; o restante (3%) sinalizou outros motivos (manter o consumo, não gostar de estudar, outros)".

O ingresso dos jovens no mercado de trabalho, segundo os próprios jovens, é dificultado por problemas estruturais do País, pela fragilidade da política pública de emprego e renda, pela inexperiência dos jovens, pela falta de formação técnico-tecnológica e por outros requisitos exigidos pelos empregadores, tais como: experiência de trabalho, capacidade de interagir em grupo, boa aparência, fluência na fala, nível de escolaridade solicitado concluído, saber utilizar os meios de informática, entre outros.

Mediante as respostas colhidas nos questionários, verificou-se que 58% dos jovens sempre foram solicitados a apresentarem declaração de experiência profissional, 40% algumas vezes foram barrados por não possuírem essa certificação.

Um grupo minoritário (10%) exprime ter sofrido preconceito (rejeição) por apresentar deficiência física, morar em favela, possuir tatuagens no corpo e ser negro.

A batalha pelo emprego é seletiva, excludente, e muitas vezes frustrante. Durante o ano de 2004, dos jovens pesquisados que procuravam emprego, 73% receberam resposta negativa. Do percentual dos que receberam resposta negativa, o índice de reincidência varia: 66% de 1 a 5 respostas negativas, 23% acima de 10 respostas negativas, 8% de 5 a 10 negações e 3% não sabem responder. Vale salientar que 27% não receberam respostas de sim ou de não, pois eram convidados "a esperar, voltar sempre, ficar aguardando".

Para os jovens, a obrigatoriedade de procurar emprego é uma das exigências da sociedade dos adultos e da família uma vez que a conquista do emprego facilita a passagem para a vida adulta. O trabalho é visto como fator de inclusão, possibilidade concreta da geração de renda e independência, perspectiva de melhores condições de vida. No geral, porém, é uma experiência comprimida por pressões psicológicas e sociais, conforme depoimento dos jovens:

Agora com dezoito anos, tenho que arranjar um emprego. Minha família cobra isso todo dia. Não dá prá ficar só estudando e em casa (Jovem 18 anos, sexo masculino).

Até agora meu pai agüentou as "pontas", mas todo dia, ele manda eu procurar ocupação, emprego. Ele diz que eu estudei, fiz curso, portanto, tenho que ir a luta. A parte dele foi feita... filho de pobre tem que trabalhar (Jovem 20 anos, sexo masculino).

Olhando para o grupo de amigos, a gente percebe que estamos deixando de ser adolescentes, brincalhão, divertido. Vai ter que trabalhar prá se sustentar, porque você não vai depender a vida toda dos seus pais. A nossa vida é diferente dos ricos, que tem tudo (Jovem 18 anos, sexo feminino).

O discurso dos pesquisados consolida a percepção de Bourdieu (1983), quando cita duas juventudes: "uma que trabalha e outra que estuda". Sinaliza a diferenciação a partir do nível social a que pertence, determinando as oportunidades ou as dificuldades a serem vividas por eles, de *per se*, pois, enquanto uns (os de classe alta) têm grandes oportunidades de ascensão, via graduação, pós-graduação, tecnologia de informática, viagens de intercâmbios, cuidam do corpo e do visual, outros esbarram em negações constantes, que *a priori*, praticamente determinam o seu afastamento da escola, da universidade, dos novos meios de

tecnologia de informação, pela necessidade de trabalhar e para garantia da sua sobrevivência e de sua família.

Sobre isso, Abramo (1998) respalda o que os jovens depõem sobre os "sem-sorte", prevendo que muitos deles ficarão fora do mercado de trabalho formal:

(...) a educação é absolutamente necessária é um dos requisitos para se entrar nesse espaço, mas não mais assegura a oportunidade de emprego. (...) para aqueles que não alcançaram uma qualificação educacional razoável, que é a grande maioria do nosso país, se produz uma imensa dificuldade de entrar no mercado de trabalho formal (...) a educação se torna, frente as atuais transformações do mundo do trabalho, uma condição necessária, mas não suficiente e, muito menos asseguradora de uma inserção satisfatória no mercado de trabalho (1998, p. 166-167).

A crise atual do emprego, com os números crescentes de desemprego e a falta de qualificação, contribuem para que 74% dos jovens da amostra busquem emprego em qualquer uma das áreas de ocupação, como eles dizem "o que cair na rede é peixe", 14% querem trabalhar na indústria, 6% no comércio, e 6% nos serviços.

O registro de uma conversação no grupo focal sinaliza que o trabalho e a remuneração lhes dão a sensação de liberdade, o que significa "tomar decisões sobre a própria vida, é ter autonomia em fazer uso do seu dinheiro, de comprar, de consumir os bens culturais que os identificam como jovens com poder de compra, de uso de serviços de lazer e da moda etc."

Os trabalhos eventuais (biscates, bicos) assumidos com freqüência pelos jovens refletem, para Abramo (1998-1999), a sua pouca qualificação e a limitação das suas chances de assumirem cargos mais interessantes e vantajosos, e, mesmo que cheguem a estudar mais do que seus pais, não podem ter certeza de que obterão maior renda do que eles, porque a educação já não funciona, como em outros períodos, como instrumentos de ascensão social.

Damasceno (2000) confirma este argumento, discutindo sobre a centralidade do trabalho e sua relação com os jovens. Acrescenta um ponto que considero importante, que é a socialização do jovem se ampliando mediante o trabalho. A autora defende o pensamento de que muitas vezes não é apenas a garantia de sobrevivência, nem mesmo a possibilidade de consumo, que conferem significado

especial do trabalho para a juventude, mas as novas relações e identidade que se fazem com a rede de amizades e solidariedade formada:

Ao deslocar-se do local onde mora para ir trabalhar, o jovem amplia sua sociabilidade através de laços de amizade, de solidariedade, portando uma outra lógica diferente daquela difundida pela visão mercantil do mundo capitalista (...). Não consideramos que a necessidade do trabalho seja unicamente uma realidade imposta pelas condições de pobreza das famílias, mas que a necessidade se constrói dentro do próprio processo de socialização dos jovens, na afirmação de sua identidade (2000, p.137).

Damasceno fornece pistas sobre a relação juventude/trabalho/educação, diante das imensas transformações no mundo do trabalho:

Há as dificuldades entre o que se ensina e o que se pede aos jovens quando conseguem adentrar ao mercado, além do que, é preciso ampliar a análise entre trabalho e educação formal, inserindo nesse debate e na prática cotidiana as dimensões culturais e política da juventude, aparecendo novas formas de ação (2000, p.141).

É comum na nossa cultura se dizer que "o trabalho dignifica o homem". Ouvi alguns jovens repetirem esse dito popular. Numa abordagem crítica, sabe-se que nem todo trabalho dignifica o homem, principalmente os exercidos nas condições de precarização, flexibilização e exploração, tornando o trabalho uma condenação em função da sobrevivência.

As mudanças socioeconômicas e culturais produzidas na sociedade entre o ciclo de vida dos pais e dos filhos assumem maior complexidade e desafios diferentes para os jovens na atualidade. Observa-se um estágio e ao mesmo tempo uma disfunção alcançada pela antecipação da função sexual e reprodutora de parte da juventude (vida sexual antecipada, filhos precoces) e a condição cada vez mais postergada da independência econômica possível pelo trabalho (subemprego, desemprego).

Assim, jovens em condições de inserção no mercado de trabalho superiores aos dos pais, em termos de escolaridade e formação profissional, encontram-se diante da frustração do desemprego recorrente ou dá desolação da ocupação de baixa remuneração, responsável pela incapacidade de alcançar a independência econômica. Aos pais resta, muitas vezes, o ceticismo de certo fracasso associado à educação ofertada aos filhos, que tende a ser vista como inadequada para viabilizar o sucesso no mercado de trabalho, ou ainda, a culpa imputada aos jovens pelo não-acesso ao emprego, tachados de irresponsáveis, malandros etc.

Nesses termos, a mobilidade social é dificultada, na maioria das vezes, porque os jovens não conseguem obter condições de vida e trabalho superior às de seus pais, mesmo possuindo níveis de escolaridade e formação profissional superiores.

A transição da sociedade industrial (fordista) para a sociedade do conhecimento (pós-fordista) está a exigir maior preparação em termos de educação geral e formação profissional continuada ao longo do ciclo da vida das classes trabalhadoras, como forma de alcançar a transdisciplinaridade do conhecimento e possibilitar a contínua transferência tecnológica, numa sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. Destaca-se, também, do papel da educação na sociedade do conhecimento, a exigência de identificação e formação das competências laborais, quais sejam: a capacidade de o trabalhador dominar o conjunto de atividades que configuram uma determinada função em interdisciplinaridade com outras tarefas (polivalência).

Segundo Pochmann (2001), as alterações na base da capacitação profissional estão a exigir: diversificação e qualidade dos programas de formação, valorização e certificação e competência laboral, especialização flexível e formação subsidiada com investimento público. O Brasil encontra-se ainda defasado, com sistema inadequado para a maioria dos jovens, não possibilitando que o Ensino Médio seja obrigatório e universalizado, com problemas de natureza quantitativa e qualitativa, ocasionando dificuldade de acesso ao nível superior.

A postergação do ingresso dos jovens ao mercado de trabalho é válida se o Estado assumir as prerrogativas e as exigências da educação formal e profissional em caráter universal, com qualidade, permitindo disponibilizar para todos condições isonômicas de competição pelos postos de trabalho e vagas de geração de trabalho e renda, além de financiar transferência de renda capaz de financiar inatividade, assim como ocorre privadamente aos jovens pertencentes a famílias ricas.

Dos jovens respondentes do questionário, 59% já tinham participado de cursos de qualificação profissional, 39% nunca participaram e 2% não responderam. Dos engajados em processo de qualificação profissional (61 jovens), 59% fizeram apenas um curso, 39% de 02 a 05 cursos e 2% não responderam. Desse grupo, 47% tiveram freqüência em projetos de qualificação profissional realizados em

espaço público gratuito (ABC, CSU, CIES, SENAC, Escolas). Os jovens cursistas classificaram os cursos como ótimo (30%), bom (49%) regular (16%) e péssimo (5%). No tocante aos resultados do processo de qualificação dizem:

- 40% ter adquirido conhecimentos para o exercício profissional;
- 39% precisar de mais conhecimentos para o exercício profissional;
- 11% não ter adquirido conhecimentos para o exercício profissional;
- 10% ter muitas dúvidas sobre os conhecimentos relacionados ao exercício profissional.

De certa forma, este resultado coincide com a opinião dos 49% que dizem que o fato de ter um curso de qualificação profissional nível básico não ajudou na aquisição do emprego; já 17% garantem positivamente e 34% não souberam responder.

Desse modo, a Política Nacional de Qualificação (PNQ) deve atentar para a necessidade de resultados reais, com resposta que leve em consideração as várias frentes de atuação vocacional, com formação em nível técnico e tecnológico, superando as ações tradicionais, que não ensinam competências nem qualificam para o mercado, tampouco para o exercício da cidadania.

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: OPÇÕES PARA INSERÇÃO DA JUVENTUDE**

### **4.1 Emprego e Renda: política pública em resposta à crise do trabalho**

A política pública de emprego e renda foi pensada como aquela atividade que tem como função principal a correção dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista, ocasionando o reequilíbrio social. Assim, teve um caráter compensatório, paliativo e corretivo das desigualdades produzidas no mercado capitalista. Ela possui função política e econômica, sendo importante destacar a contrapartida política como mecanismo de legitimação da ordem econômica, que se refere ao barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de sua reprodução. Traz a idéia de que as políticas sociais não podem ser pensadas como meras concessões do Estado, mas sim, compreendidas como produtos dessas relações conflituosas e de lutas entre os diferentes atores envolvidos, até chegar à concessão e à redistribuição.

Pode-se observar que as políticas públicas de emprego são depositárias de uma dualidade contraditória: mostram aos beneficiários uma imagem redistributiva, enquanto, paralelamente, desempenham um papel regulador em prol das classes dominantes, diminuindo os custos, mantendo as desigualdades, legitimando a ordem estabelecida, inibindo as crises sociais.

Em termos de literatura internacional e nacional, são incluídos nas políticas de emprego dois tipos de instrumentos ou medidas: as passivas e as ativas. As políticas passivas consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, e o objetivo é assistir financeiramente o trabalhador desempregado ou reduzir e regular o “excesso de oferta-demanda de trabalho”. Os instrumentos clássicos destas políticas são: seguro-desemprego e/ou indenização aos desligados, adiantamento de aposentadoria, expulsão de população imigrante, redução de jornada de trabalho.

Diferentes desse tipo de instrumento, as políticas ativas visam a exercer um efeito positivo sobre a demanda de trabalho. Os instrumentos clássicos desse tipo

de política são: a criação e promoção de emprego, a formação e qualificação profissional, a intermediação de mão-de-obra, a subvenção ao emprego e, em geral, as medidas que elevem a elasticidade emprego-produto, tais como apoio à micro e pequena empresa.

Os avanços da perspectiva ativa em relação à passiva podem ser sintetizados em: visão de totalidade, relevância das lutas de classes e análise das questões sociais, de forma dialética e histórica.

A formulação de políticas públicas de combate ao desemprego está na pauta das agendas governamentais, tanto nas economias industrializadas quanto nas economias em desenvolvimento. A globalização dos sistemas de produção e distribuição, a mudança tecnológica e a intensificação da competição desencadearam, recentemente, crises financeiras de caráter cíclico que foram adicionadas ao problema, contraindo o crescimento e aumentando o desemprego em todo o Mundo.

Os fatores que levam ao crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, freqüentemente, são os mesmos em países diversos, porém, seus impactos e a configuração dos ajustes de mercado de trabalho, como também a definição de políticas públicas, em resposta aos problemas, são heterogêneos.

As dimensões globais da crise deixam claro que o desemprego crônico não é uma questão exclusiva das economias em desenvolvimento, entretanto os impactos decorrentes dos ajustes econômicos tecnológicos sobrepostos aos desafios institucionais e sociais de uma economia em desenvolvimento tomam uma forma ainda mais complexa e mais profunda do que no caso das economias dos países desenvolvidos.

Nos países da América Latina, a discussão acerca dos crescentes desafios em matéria de emprego tem como pano de fundo um mercado de trabalho com um enorme grau de informatização e um contingente de mão-de-obra com baixa ou nenhuma qualificação. Neste conjunto, no entanto, a experiência com a organização de serviços públicos de emprego é, com algumas exceções, relativamente recente.

O Brasil, embora não tivesse passado pela experiência do pleno emprego e da homogeneização do mercado de trabalho, chegou a conviver, em décadas passadas no pós Segunda Guerra, com alto crescimento econômico e com crescentes taxas de assalariamento. Nos últimos anos, contudo, observa-se um movimento de reversão do nível do emprego e das condições e relações de trabalho. O problema do mercado de trabalho se agravou desde a crise da dívida externa (1980), porém, nos anos de 1990, anos de ajuste econômico, consolida-se a tendência de desestruturação do mercado: altas taxas de desemprego, do desassalariamento e das ocupações oferecidas, sobretudo nos segmentos não organizados da economia nacional.

A necessidade de uma política governamental que atuasse diretamente sobre o mercado de trabalho, visando a maximizar a oferta de emprego, em razão da restrição macroeconômica e do contexto institucional, foi uma tendência em todo o mundo desenvolvido nas décadas de 1970/1980, e nos países periféricos nos anos 1990. Nesta época, o emprego era objeto das conseqüências de uma política desfavorável à ocupação, da ausência de política adequada de bem-estar social, de um sistema democrático de relações de trabalho, da introdução parcial de um novo paradigma técnico-produtivo, o que contribuiu para que as políticas de emprego passassem a ganhar maior relevância na agenda governamental.

A partir da sucessão de crises da década de 1970, os países desenvolvidos adotaram, em geral, uma posição dual no desenvolvimento de políticas voltadas para o mercado de trabalho. Essas políticas contemplaram não só os instrumentos clássicos de proteção financeira ao trabalhador, como seguro-desemprego, mas também medidas destinadas a reduzir a oferta de trabalho, como antecipação de aposentadoria. Outras políticas foram implementadas para atendimento aos jovens à procura de emprego e desempregados como formação e qualificação profissional, intermediação da mão-de-obra, apoio às micro e pequenas empresas, subsídio ao emprego de jovens e de desempregados de longa duração e flexibilidade das leis trabalhistas. No Brasil, esse tema intensifica-se de forma geral, desde os anos de 1980, com o movimento de desestruturação do mercado nacional de trabalho. A análise de resultados a respeito da eficácia das várias medidas identificadas como políticas de geração de emprego e renda causaram algum grau de frustração diante da ampliação do desemprego e das ocupações precárias nos anos presentes.

Soma-se a isso o entendimento de que as políticas em pauta, sozinhas, não são suficientes para uma melhora na performance do emprego nacional.

Comparativamente aos países avançados, no Brasil, as políticas de emprego e renda se encontram ainda em fase de desenvolvimento e deslocadas, de certa forma, de outros elementos-chaves de determinação do emprego. Alguns desses elementos ainda se mostram carentes; são os serviços educacionais e de saúde, que não garantem ao trabalhador educação formal de qualidade nem correções eficientes para os analfabetos plenos ou funcionais, além da oferta insuficiente de cursos de nível técnico-tecnológico; nas áreas da saúde e da seguridade, falta cobertura total, em face do insuficiente acesso e qualidade; na prática, ainda funciona uma política mais curativa e compensatória. As políticas de emprego são aplicadas sem levar em conta as diferenças regionais do mercado e as razões explicativas para o fenômeno da subutilização do trabalho completamente distinto entre os vários estados brasileiros.

Essas políticas têm dupla finalidade: devem servir tanto para a agenda de competitividade como para a agenda social. Se, por um lado, as políticas públicas têm que atender às necessidades de crescimento competitivo e dinâmico, de desenvolvimento de qualificações e de geração de emprego próprias das economias industriais, de outra parte, tem que atender as desigualdades socioeconômicas decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, como oferecer acesso a crédito e a treinamento aos setores tradicionais excluídos. Coube, portanto, às políticas públicas de trabalho e renda o papel de responder às transformações do mundo do trabalho decorrentes das mudanças no modelo econômico e na estratégia de desenvolvimento pautada na integração competitiva do País à economia internacional.

Em linhas gerais, as tentativas de enfrentamento dessa dívida social, consolidadas pelas políticas de geração de emprego e renda, são pautadas pelas questões de caráter normativo, adequando as instituições que regem as relações entre capital e trabalho, como a reforma da CLT, e de caráter programático, competindo ao Estado executar políticas de fomento ao emprego e à educação, qualificação e requalificação profissional, bem como desenvolver programas de proteção ao trabalhador.

Cabe ao Estado maximizar essa ação pública, mediante a fiscalização dos recursos, aplicando-os com eficácia e eficiência e garantindo a sua efetividade, da interlocução entre os atores sociais envolvidos, ampliando-se a transparência, incentivando processos democráticos e de abertura para a comunidade de gestão pública, e de capacidade de antecipação, identificando tendências e antecipando soluções.

O Brasil é um dos países que possui sistema de seguridade social e outorga auxílio financeiro ao desempregado, associado à oferta de capacitação profissional. Este benefício, porém, atinge só a uma parcela pequena dos trabalhadores desempregados. O poder público possui várias formas de intervenção que afetam o nível de emprego, as quais vão desde a fixação do salário mínimo, o contexto institucional que regula às relações capital-trabalho e os custos fiscais e parafiscais nos encargos trabalhistas, até a formação profissional.

Segundo análise do mercado de trabalho procedida pelo IPEA, na América Latina e no Brasil, a diminuição da capacidade do setor formal para oferecer empregos de boa qualidade e compensada pelo aumento contínuo do emprego informal, que atualmente absorve mais da metade da força de trabalho, que em sua grande maioria não conta com a rede de seguridade social, de proteção legal e nenhum espaço de diálogo social. Desse modo, nesses países, especificamente no caso brasileiro, a informalidade se integra ao trabalho não protegido, contribuindo para a precariedade e para a baixa qualidade de vida.

Essa situação passou a exigir do Estado políticas públicas que revertissem o quadro do desemprego e precarização crescentes. Portanto, a partir de 1995, ampliam-se as políticas públicas de trabalho e renda com o objetivo de minimizar os efeitos do paradigma neoliberal, estruturando-se sob quatro eixos: o pagamento de benefício seguro-desemprego, a política de intermediação da mão-de-obra, a qualificação profissional e os programas de geração de emprego e renda, consolidando o sistema público de emprego.

Em linhas gerais, segundo Pochmann (1999, p.109), o esquema simplificado da determinação do emprego no capitalismo atual compreende: o papel das políticas macroeconômicas, o paradigma técnico-produtivo, as políticas de bem-estar social, o sistema de relações de trabalho e as políticas de emprego. Essa última tem como

papel: orientar a redução dos desajustes nas ocupações e rendimentos que ocorrem no plano nacional, regional e setorial e orientar os problemas de qualificação profissional, de alocação de mão-de-obra, das condições e relações de trabalho, do tempo de trabalho, entre outros.

Essa política, no Brasil, estruturou-se no que se convencionou denominar de Sistema Nacional de Emprego (SINE), que associa assistência ao desempregado, intermediação, informação sobre mercado de trabalho e, posteriormente, implantou programas de formação e requalificação profissional. No Brasil, esse sistema começa a delinear-se a partir de 1975 e a estruturar-se em todo o País nos anos 1980.

As políticas públicas de trabalho e renda são executadas com recursos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), reserva especial, de natureza contábil-financeira, vinculada ao Ministério Público do Trabalho e Emprego, criado a partir da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, nos termos do Art. 239. Somente em 1990, porém, pela Lei de nº 7.998/90, o FAT foi instituído como um fundo fiscal e financeiro destinado a custear as políticas de mercado de trabalho no Brasil e formado pelas seguintes fontes de recurso no Brasil:

- contribuições arrecadadas do PIS (0,65% sobre a arrecadação das empresas) e PASEP (1% do total das receitas correntes e de capital das empresas, fundações e autarquias o setor público);
- remuneração de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ( 40%);
- remuneração de depósitos especiais;
- remuneração de saldos remanescentes do pagamento do Seguro-Desemprego e Abono Salarial; e
- contribuição sindical.

Essas fontes, segundo o Relatório de Gestão/ 2001, da Coordenação Geral do FAT- CGFAT- órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, geraram, no exercício de 2001, receitas na ordem de R\$ 13,9 milhões, sendo que 64% oriundas das contribuições do PIS/PASEP. No exercício de 2001, os recursos tiveram a seguinte

dotação orçamentária nas seguintes rubricas: Novo Emprego e Seguro Desemprego (49%); Assistência ao Trabalhador (9%); Qualificação Profissional do Trabalhador (5%); Geração de Emprego e Renda (34%); Outros Programas (3%).

Os programas específicos, vinculados aos depósitos especiais, foram regulamentados mediante as seguintes resoluções do CODEFAT:

a) Programa de geração de auto-emprego por meio de crédito e auxílio técnico

No Brasil, nessa modalidade, tomam impulso os programas de popularidade de crédito público, incrementados pelo Governo Federal no início do novo milênio, facilitando e desburocratizando o acesso ao crédito para maior parte da população, principalmente às pessoas de baixa renda que tinham dificuldades de acesso ao crédito bancário. São exemplos desse programa: Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO) e PROTRABALHO.

b) Intermediação de mão-de-obra

Criado em 1975, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) exerce as atividades de alocação de mão-de-obra. Os serviços de intermediação de mão de obra são complementares à geração de emprego e não substituem os elementos – chaves da determinação do desemprego (papel das políticas macroeconômicas, das políticas sociais, do paradigma técnico-produtivo e do sistema de relações de trabalho). A débil performance do mercado de trabalho nas últimas décadas contribui para diminuir a eficácia da atuação do SINE. De acordo com Pochmann (2000, p. 122), no Brasil, a cobertura do SINE, no exercício da intermediação de mão-de-obra, ainda não é suficiente para inserir os desempregados, ainda que não estejam incorporadas aos números do SINE as informações referentes às agências privadas de colocação de mão-de-obra.

Por fim, resta ressaltar que, no Brasil, é frágil a cultura desenvolvida de procura de trabalho por meio do SINE. Parece mais comum a procura individual de trabalho por intermédio da interferência de amigos, membros familiares, meios de comunicação e pesquisa direta.

Na sondagem feita junto aos jovens, via aplicação do questionário, verifiquei que 38,5% procuram ajuda do SINE na localização de vagas no mercado de trabalho, 35,5% por meio do jornal, 24% nos próprios locais de trabalho (fábricas, comércio etc.) e com a maioria, 77% recorrem a pessoas conhecidas para fazer essa intermediação.

### c) Formação profissional

Desde o início do século XX (1909), originalmente com a formação das escolas de aprendizes e artífices e, posteriormente, com a gradual montagem do sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR), nos anos de 1940, o País desenvolveu programas de educação para o trabalho em paralelo à educação geral. De fato, a existência de duas vertentes no processo de educação (para os pobres, a possibilidade da educação para o trabalho, e aos bem-nascidos, a educação geral) marca até hoje certo preconceito quanto à qualificação profissional por estar associado ao trabalho manual e às ocupações de nível básico. Isso foi fortalecido com a falência dos cursos de iniciação profissional no Ensino Médio público na década de 1970.

Com as recentes transformações no mercado de trabalho (redução na demanda de trabalho e ampliação nos requisitos de contratação), a Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, com vistas à qualificação e requalificação, passou a ganhar maior importância nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego. Na atualidade, a existência de um mercado de trabalho flexível com rotatividade nos postos de trabalho, reforça o não-financiamento da formação profissional dos trabalhadores pelos patrões/empregadores, isso também porque existe uma massa de excluídos disponível a uma seleção contínua, de maneira que os empregadores podem contratar e demitir quando necessário.

A partir de 1995, foi elaborado o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), uma estratégia de qualificação desenvolvida de forma descentralizada através dos Planos de Educação Profissional (PEQ) em parceria com diversas instituições, com apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A meta era alcançar 20% da População Economicamente Ativa (PEA), a cada ano. Pelo que se

constata em relatórios (Mte/SEFOR, 1996) e estudos (POCHMANN, 2000), essa meta não foi alcançada plenamente, apesar de ter envolvido 15,3 milhões de trabalhadores no espaço de 1995-2001. Ao final da vigência do PLANFOR, tornaram-se evidente a necessidade de mudanças, após intenso desgaste institucional, em face de denúncias de má aplicação dos recursos, ínfima qualidade dos cursos e baixa efetividade social das ações desse plano.

Foi implementado outro Plano Nacional de Qualificação (PNQ) para funcionar no período de 2003-2007, com novas orientações e diretrizes para as políticas de qualificação. O novo plano fundamenta-se em seis dimensões: política, ética, conceptual, institucional, pedagógica e operacional. O PNQ será operacionalizado de forma nacional, sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns. Ao mesmo tempo, será conduzido de forma descentralizada por meio dos planos territoriais de qualificação (PLANTEQs) e dos projetos especiais de qualificação. Além disso, apresenta como inovação a possibilidade de os “plantecs” serem desenvolvidos por municípios de mesorregiões, microrregiões, municípios em consórcio com entidades legalmente reconhecidas, com controle social dos conselhos do trabalho.

A qualificação profissional pressupõe uma educação mais integral do trabalhador (a) para superar as práticas de qualificação estritamente como treinamento operacional, imediatista, segmentada e pragmática. Para tanto, é norteadada pela resolução nº 333/2003 do CODEFAT, com a definição dos conteúdos técnicos referenciada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os cursos deveram ser certificados, com carga horária média não inferior a duzentas horas.

A política de qualificação profissional assume caráter transversal nesse processo, na medida em que contribui fortemente para a otimização de resultados das políticas de geração de emprego e renda. A atividade produtiva requer, no entanto, o desenvolvimento de habilidades e competências adequadas, implicando muitas vezes ações específicas, associadas a cada desenho de política. No caso da contratação pelo mercado de trabalho formal, a qualificação exerce o papel de compatibilizar o perfil do jovem trabalhador com o perfil demandado pelo empregador.

#### d) Seguro-Desemprego

No Brasil, o programa de seguro desemprego tem 20 anos com criação datada de 1986, tendo sido incrementado a partir de 1990. Esse tipo de seguro possui tempo reduzido de assistência financeira ao desempregado, no caso, somente de seis meses. Como o desemprego é crescente, no geral, muitos desempregados ficam sem cobertura desse direito por vários meses, após o tempo preestabelecido. Outro, porém, é que esse seguro se refere tão-somente aos trabalhadores assalariados com registro em carteira assinada; obviamente existe enorme contingente de brasileiros sem nenhum emprego formal e sem nenhum benefício financeiro.

Esses programas têm por finalidade a promoção de ações que ensejem emprego e renda, estimulando negócios de pouco capital a ocupar nichos de mercado, mediante concessão de linhas especiais de crédito a pessoas físicas e jurídicas com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro (desempregados, pequenos empreendedores, setor informal e pequenos proprietários rurais, cooperativas e formas associativas de produção). Por meio desses programas, o Governo Federal, representado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, espera aumentar a capacidade produtiva da economia e à adoção de capital social básico para a geração e manutenção de empregos e potencializar o emprego futuro, ao expandir a fronteira de recursos da sociedade e da economia. A concessão do financiamento está vinculada ao desenvolvimento de programas de capacitação técnico-gerencial, qualificação profissional, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos beneficiados. Nesses programas, no período 1995-2001, foram aplicados R\$ 27,4 bilhões em 4 milhões de operações de crédito.

A constituição de uma política pública de trabalho e renda depende de novas relações entre a sociedade, o Estado e o setor produtivo. O FAT é o único fundo público que tem como órgão deliberativo um conselho tripartite e paritário, o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), do qual fazem parte quatro representantes do Governo Federal (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência, Ministério da Agricultura e BNDES), quatro centrais sindicais (CUT, CGT, SDS e Força Sindical), quatro confederações patronais (CNI, CNF, CNC, CNA). Esse arranjo faz com que as políticas financiadas com recursos do FAT,

apesar de serem governamentais, que têm como órgão executivo o Ministério do Trabalho e Emprego, têm suas principais deliberações compartilhadas com a sociedade – o que lhe confere um aspecto democrático inédito no País, capaz de pôr em prática a distinção entre políticas públicas e políticas de governo.

Para orientar e acompanhar a execução do Programa nos estados e municípios, foram criados por resolução do CODEFAT (Resoluções nºs 80/95 e 114/96), as comissões estaduais e municipais de trabalho (CET/COMUT). Essas representações possuem a mesma estrutura do CODEFAT, caráter permanente, tripartite e paritário, cabendo-lhes definir prioridades locais de investimento, que orientam a atuação dos agentes financeiros. Esse arranjo institucional procura garantir a execução de políticas públicas de emprego e renda de maneira descentralizada e participativa permitindo a aproximação entre o executor das ações e o cidadão.

Para facilitar o controle social sobre os recursos do FAT, foi criado o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE), o qual disponibiliza via Internet, para o público em geral, dados relativos às entidades executoras, investimentos, valor dos contratos, quantidade de treinandos e os corregedores, cuja função é apurar denúncias sobre a aplicação de recursos.

Ainda que as políticas de emprego e renda tenham contribuído de forma direta para a geração de renda, classificando-as como bem-sucedidas, no que diz respeito ao atendimento creditício para quem não tinha acesso ao sistema financeiro, elas não se apresentam suficientes para oferecer postos de trabalho na quantidade de que o País necessita. Restabelecer o crescimento econômico em bases permanentes é fundamental, mas é preciso assegurar que os benefícios do crescimento sejam apropriados pela sociedade brasileira de modo mais equânime. O ideal é que não apenas o número de trabalhadores cresça, mas que esses trabalhadores tenham direito a alguma proteção social, o que atualmente não ocorre com a maioria.

Para reduzir o impacto do modelo econômico sobre o trabalho, o Governo Federal desenha políticas de ajuste, com o objetivo de adaptar o mercado de trabalho aos novos tempos da economia brasileira e de minorar os custos sociais dessa transição.

Segundo Pochmann (1999), porém,

(...) o Brasil não conseguiu constituir uma política pública do trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego. O trabalho deve ser tratado de forma prioritária e central por parte das políticas sociais a exemplo da saúde e da educação com um sistema de proteção social de âmbito nacional e as relações de trabalho devem ser conduzidos de forma mais democrática evitando a precarização do trabalho, a rotatividade e possibilitando maior compromisso entre o capital e o trabalho (1999, p.120-121).

O autor expressa que as economias de mercado mais desenvolvidas, implantaram reformas estruturais que permitiram alcançar um padrão de emprego, como a reforma agrária, a desconcentração de renda e a política nacional de bem-estar social, pilares para a manutenção dos níveis de emprego no capitalismo contemporâneo.

Os últimos anos caracterizaram-se pela busca de integração entre os diversos programas do Sistema Público de Emprego – geração de emprego e renda, qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores, intermediação da mão-de-obra e pagamento do seguro-desemprego -- assim como pelo crescente envolvimento da sociedade civil, no “deslanchar” dessa política.

Dentro da Política de Emprego e Renda, o Governo Federal busca estruturar suas ações, a partir do compromisso histórico assumido com a população brasileira, de combater a pobreza e a exclusão social, por meio de um novo modelo de desenvolvimento, fomentador de um círculo virtuoso que contemple o aumento de renda das famílias trabalhadoras e a conseqüente ampliação da base de consumo de massa, o aumento do fluxo de investimentos e a elevação da produtividade e da competitividade.

Nesse contexto, a geração de trabalho, emprego e renda passa a ser tratada como elemento essencial do conjunto de políticas de desenvolvimento econômico e social, e não apenas como conseqüência do crescimento. A ênfase no crescimento é essencial, mas é necessário explorar estratégias opcionais que não fiquem limitadas nas forças do livre mercado, trilhando caminhos de crescimento que originam um incremento no emprego com alta produtividade e competitividade. De acordo com Pochmann, “apesar da existência de um sistema, o país possui alguns serviços que operam desarticuladamente e com baixa eficácia, buscando responder às necessidades de alocação de mão de obra, da educação profissional, do seguro-desemprego e de geração de emprego e renda” (1999, p.120).

## 4.2 Políticas públicas e o acesso da juventude pobre ao trabalho

Os jovens são hoje um dos segmentos mais importante na composição da força de trabalho mundial, influenciando fortemente o perfil da população economicamente ativa, principalmente no tocante ao contingente dos desempregados. Estima-se que eles representam  $\frac{1}{4}$  da população mundial.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, (Relatório Tendências Mundial do Emprego Juvenil, 2004) o desemprego jovem cresceu 26,8% no mundo, na década 1993-2003. Nesses termos, a força de trabalho jovem, situada na faixa de 15 a 24 anos, representava 47% dos 186 milhões de desempregados no mundo, ou seja, aproximadamente 88 milhões de jovens pressionando o mercado de trabalho em 2003. Outro dado relevante indica que, dos 550 milhões de trabalhadores que ganhavam menos de US\$ 1,00 por dia, 23,63 deles eram jovens. Isso situa a juventude numa condição de elevada fragilidade social, visto que é cada vez mais forte a relação entre desemprego juvenil, pobreza, desigualdade social e exclusão social, envolvendo as economias avançadas, pior ainda nos chamados países emergentes, como no caso do Brasil.

No Brasil, esta realidade preocupa governos e sociedade civil, preenchendo espaços nas agendas institucionais, que buscam estratégias não apenas de inserção desse segmento juvenil no mercado, mas também de garantia de formação profissional que contribua para a aquisição de um trabalho decente, com regularidade e remuneração digna.

Com a queda do rendimento, o desemprego em alta, a economia com sinais fracos de aquecimento e a população passando por transformações sociais e demográficas, a pressão sobre o mercado de trabalho aumentou. Cada vez mais os jovens têm que conciliar o estudo com o trabalho, para complementar a renda familiar. Em 2002, 22,3% dos jovens adolescentes (15 a 17 anos) trabalhavam e estudavam; para o grupo de jovem (18-19 anos) esse percentual era de 22%, e 15,2% para aqueles com 20-24 anos de idade. Comparados a anos anteriores (1992), todos os percentuais estão em escala crescente.

Para atender a demanda juvenil, tanto o desenho como as formas de implementação da política de emprego direcionada à juventude adotaram mecanismos que tentam promover a igualdade de oportunidades, assegurando prioridade de acesso aos grupos mais vulneráveis e/ou sujeitos a maior discriminação no mercado de trabalho.

Para 100% dos jovens participantes da pesquisa, o Governo deveria garantir à população menos favorecida socioeconomicamente uma educação formal de melhor qualidade, número de cursos de qualificação em nível técnico-tecnológico ampliado e, com respeito às vocações locais, possibilidade de inserção aos que não possuem experiência profissional, qualificação continuada e em serviço etc.

No dia 30 de junho de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, como uma das respostas a uma das principais demandas sociais do País: o problema do desemprego juvenil e o conseqüente desalento da juventude (*Boletim de Informações* aos coordenadores do SINE/Brasília/ M.T.E., 2003). Este encontro dar-se-á pelo trabalho de toda a sociedade em busca de opções eficientes e criativas para empregar, ocupar, qualificar e melhor educar o conjunto da população juvenil do País. Para o sucesso do programa, é indispensável a parceria entre Governo, em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal), a sociedade civil (organizações de trabalhadores e empregadores, ONGs, instituições religiosas etc) e as empresas, na busca de soluções para o problema de desemprego juvenil.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, apesar de não contemplar todas as dimensões inventariadas anteriormente, foi desenhado para desempenhar papel importante na direção da construção de uma Política Nacional para a Juventude. A perspectiva é de que os jovens desempenharão papel fundamental nesse projeto ,participando, negociando e influenciando ativamente no debate, no plano federal, estadual e municipal.

No caso dos jovens pesquisados, 40% expressaram que têm conhecimento do Programa Primeiro Emprego somente pela televisão e por cartazes afixados no SINE; não tinham conhecimentos sobre o cadastro e a forma de engajamento, como também desconheciam a realização de reuniões em suas escolas e no Projeto ABC,

com o segmento juvenil, para falar e negociar sobre as ações, como é preconizado nas estratégias do Programa.

No âmbito do PNPE, o respeito à diversidade da PEA juvenil nacional é outra diretriz fundamental, implicando o combate à discriminação no mercado de trabalho, que tende a restringir o acesso a oportunidades de trabalho, qualificação e a outros direitos inerentes à cidadania. Diante disso, o PNPE garante prioridade no atendimento a parcelas mais vulneráveis da PEA juvenil, com destaque para os principais focos de discriminação: gênero, raça/cor, deficiências e conflito com a lei, somado aos aspectos da pobreza e pouca escolaridade.

A geração de oportunidades de trabalho decente é necessária, mas, é insuficiente para ocasionar condições de vida digna aos jovens brasileiros. Em razão disso, é importante integrar as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados, geradora de mais postos de trabalho, ressaltando também a importância da integração com outras políticas direcionadas a esse público, especialmente no campo da educação e assistência social.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego foi implementado por meio de uma estratégia que combinou um conjunto de ações simultâneas e complementares, que apresentaram resultados no curto e médio prazo. O programa é apoiado em três eixos concomitantes de ação, sendo que os dois primeiros comportam as ações com impactos esperados no curto prazo, de geração de empregos para jovens e de preparação para o primeiro emprego. O terceiro eixo consiste no processo participativo de formulação de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, integrada a outras políticas e articulada ao novo modelo de desenvolvimento proposto pelo País.

O Eixo I consiste em iniciativas direcionadas à geração, no curto prazo, de oportunidades de trabalho e emprego, por meio de duas modalidades de ação, a saber: incentivos à geração de empregos, por meio de incentivos fiscais ou de ações de responsabilidade social da empresa, sem ônus para o Governo; incentivo ao empreendedorismo coletivo e individual, por meio de linhas de crédito especiais do FAT.

O Eixo II refere-se à preparação dos jovens para o primeiro emprego, articula uma série de estratégias para a inserção social e produtiva da juventude,

com foco prioritário para os grupos mais sujeitos à exclusão, por fatores de vulnerabilidade econômica e social, tendo em vista a qualidade dessa inserção. Possui quatro modalidades: qualificação profissional; jovem aprendiz; estágio; trabalho comunitário. Esse eixo está estreitamente ligado a políticas educacionais, uma vez que a elevação do nível de escolaridade e o acesso a uma educação de qualidade, articuladas com a política de formação profissional, aumentam as possibilidades de acesso a um trabalho decente.

O Eixo III corresponde ao processo da construção participativa da Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, estruturado em três elementos: processo participativo, reorientação e integração das políticas do Ministério do Trabalho e Emprego e articulação com programas e projetos de governos na área de trabalho e emprego.

Ao Sistema Nacional de Emprego, como porta de entrada dos jovens e das empresas no PNPE, compete a captação de vagas oferecidas pelos empregadores e a realização do cadastro dos jovens. Os critérios de elegibilidade para os jovens candidatos ao Programa são os seguintes:

- a) faixa etária de 16 a 24 anos;
- b) não ter experiência em trabalho formal anterior, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- c) matriculado em instituições de ensino regular ou cursos de suplência escolar regular;
- d) não ter concluído o Ensino Médio; e
- e) possuir renda familiar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo vigente.

Para as empresas aderirem ao Programa os critérios são os seguintes:

- a) ter efetuado a Lei nº 4.923/65 (declaração Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED);
- b) assinatura ao Termo de Adesão por 12 meses com manutenção de postos de trabalho por igual período;
- c) estar em atividade no ano calendário anterior; e

d) efetuar recolhimento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

O PNDE incentiva as empresas a contratarem jovens pagando um incentivo financeiro a cada vaga criada. As empresas podem participar, também, pela linha de responsabilidade social, contratando jovens sem receber o incentivo. Nesse caso, recebem certificação como empresa parceira (Selo de Empresa Parceira do PNPE) que pode ser utilizado em seus produtos e/ou serviços. Todos os empregadores têm direito ao mesmo incentivo financeiro, no caso a subvenção de R\$ 1.500 por ano a cada vaga criada e, enquanto durar o posto de trabalho gerado. O empregador deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas relativas à contratação do jovem, por tempo determinado.

O sistema de processamento e monitoramento será alimentado por meio da rede informatizada já disponibilizada às unidades do SINE que utilizam o SIGAE, que passa todas as informações referentes a cada termo de adesão e seus respectivos aditivos. Com isso o sistema gerará um controle sobre o saldo de vagas do Programa para cada Estado ou executor, a fim de que não haja adesão de empregados acima da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para a concessão do incentivo financeiro do Programa.

Vale ressaltar que, dos 104 jovens pesquisados, nenhum tinha conhecimento do cadastro e também não estavam inscritos nesse programa.

Em contato e entrevista com instrutores ligados a rede de entidades executoras de Educação Profissional no Estado do Ceará (professores de cursos de formação inicial e continuada realizados nas instituições Projeto ABC, Centro Comunitário, SOMAR), colhi os seguintes depoimentos:

“Esse programa tem um desenho muito bonito, mas atende um número insignificante de pessoas frente à demanda existente; também não vai às causas do problema”.

Outro depoimento salienta:

“... As práticas de políticas sociais e de trabalho no Brasil são desconexas, parece que os problemas são isolados e não se relacionam entre si. Não há continuidade”.

Os profissionais entrevistados manifestaram a preocupação para o caso do Programa promover mais estágios e menos emprego formal, ou seja:

O estágio é usado normalmente como mecanismo de contratação barata e sem direitos trabalhistas, por tempo limitado e curto, o que difere de um projeto responsável socialmente, pois a sociedade deve criar mecanismos de inclusão no mercado de trabalho sem promover a exclusão de direitos, sem a substituição de mão de obra adulta pela juvenil, com continuidade e sustentabilidade”.

No Ceará, durante o período de 2003-2005, segundo informação do SINE/SETE foram engajados no mercado de trabalho somente 75 jovens pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, o que demonstra, pelos dados já relatados, uma resposta ineficiente em termos de relação oferta – demanda. Em muitos casos, esse tipo de ação resulta em frustração para o jovem, contribuindo para a idéia falsa de que existe investimento/alternativa por parte do Governo e empresas privadas, recaindo sobre o segmento juvenil pobre a responsabilidade da própria condição de desemprego. Na realidade, como se trata de uma parceria entre governo/empresa privada, essa última trabalha com o viés da seletividade, o que exclui grande parte dos jovens pelas características já elencadas nesta dissertação.

Em entrevista com a responsável pelo Programa no SINE/Ceará, várias dificuldades foram evidenciadas, tais como: a contratação do jovem no emprego depende do número de vagas ofertadas e do perfil exigido pelas empresas parceiras, da disponibilidade financeira do Governo para a manutenção do PNPE, o que coloca em risco a meta de cobertura e a continuidade do programa. Outro entrave está relacionado ao fato das empresas não aderirem às orientações normativas de inclusão no PNPE, no que se refere ao critério de prioridade para os jovens ocuparem as vagas, conforme a ordem de inscrição do candidato no cadastro, evitando que o empregador escolha por seletividade, clientelismo e discriminação. Além disso, o excesso de burocracia contribui para o atraso no repasse trimestral dos incentivos financeiros do Governo Federal para as empresas, gerando descrédito na pactuação.

Políticas de emprego para os jovens devem ser capazes de ampliar a oferta de emprego para esse público, o que inclui ações que produzam não só empregos formais, mas também ações que incentivem o empreendedorismo. Também são necessárias políticas estruturantes, como as de acesso ao crédito para atender às

necessidades dos novos empreendimentos. Essa política deve estar articulada a uma política nacional de emprego, a fim de evitar a substituição de mão-de-obra adulta por mão-de-obra juvenil.

Diante dos entraves o programa PNPE passa por avaliações, com possibilidade de ser redesenhado.

#### **4.3 Políticas públicas de emprego e renda no Ceará para a juventude**

As políticas públicas no Ceará se deparam com o grave problema do desemprego, do qual derivam outros problemas econômicos e sociais, que tornam a sociedade cearense vulnerável e os governos com certa ineficiência para oferecer soluções que minimizem as suas conseqüências. Assim, o Governo do Estado do Ceará, em seu plano de ação denominado “Plano de Governo Ceará Cidadania – Crescimento com Inclusão Social” – estabelecido para o período 2003-2006, fez a opção de promover o crescimento do Estado com inclusão social dos cearenses. Instituiu alguns eixos estratégicos e um desses – Ceará Empreendedor – congrega a política de emprego e renda.

Segundo Araújo (2004), o objetivo dessa política é o de contribuir para a inserção produtiva no mercado de trabalho do maior número possível de trabalhadores, condição indispensável para a melhoria das suas condições de vida. Para isso elegeu o empreendedorismo como alternativa para ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, com foco na competitividade e no território, envolvendo ações que induzirão o crescimento econômico por meio do fortalecimento das micro e pequenas empresas, atração de investimentos, implantação de uma política de teor agrícola focada no agronegócio, na irrigação e na agricultura familiar, e promoção da competitividade do comércio cearense (2004, p. 19).

Para o exercício dessa política, o governo criou a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), que coordena a política estadual do trabalho e as ações do SINE e, também, descentraliza a execução dessas ações para o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), mediante contrato de gestão.

Nesse sentido, a SETE tem a missão de “contribuir para o desenvolvimento do Estado e promoção da cidadania, ampliando o acesso ao mercado de trabalho e o desenvolvimento do empreendedorismo” (2004, p. 21). Com efeito, se propõe a integrar as ações do sistema público de emprego com o empreendedorismo, por considerá-lo alternativa para as oportunidades de geração de trabalho e renda.

Dessa forma, para oferecer oportunidades de trabalho e renda e fortalecer as iniciativas empreendedoras, a SETE implementou uma série de programas:

- Ceará Empreendedor, que consiste em ampliar as oportunidades de emprego e renda com foco na competitividade e no território, envolvendo amplo escopo de ações que induzirá o crescimento econômico por meio do fortalecimento das micros e pequenas empresas, atração de investimentos, implementação de uma política integrada às áreas do turismo, do agronegócio, na irrigação e na agricultura familiar, bem como nos arranjos produtivos locais e na promoção da cultura do empreendedorismo local;
- Programa Compre da Gente, que promove a articulação entre os pequenos e médios produtores com os grandes compradores locais, possibilitando o fortalecimento do comércio local e da economia cearense. Dentre as vantagens para o empresário que adere ao programa, estão a economia no frete, a eliminação do atravessador, o investimento local etc;
- Fortalecimento do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Cearense, com o objetivo de coordenar e executar as ações que visem à melhoria da qualidade de produção artesanal e sua inserção no mercado, preservando os aspectos culturais, com inclusão social e produtiva do artesão. O programa tem atuação em 106 municípios com maior incidência vocacional, desenvolvendo assessoria técnica, cadastro e capacitação, fomentando a comercialização e a divulgação dos produtos;
- Rede Ceará de Educação Profissional, que congrega os diversos segmentos organizados envolvidos com a Educação Profissional no Ceará. A SETE articula recursos federais, estaduais e municipais e, em parceria com 54 entidades executoras de educação profissional,

desenvolve ações de qualificação e requalificação profissional, de forma integrada às ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;

- Centro de Emprego e Empreendedorismo, realizado em parceria com o Governo Federal, apresenta-se como proposta inovadora, e tem como foco a integração entre intermediação, qualificação e empreendedorismo. Suas principais ações: atendimento de triagem, atendimento especializado com psicólogos e acompanhamento e avaliação, haja vista o público prioritário a que se destina – jovens que procuram trabalho sem pretensão ocupacional definida; trabalhadores que procuram trabalho sistematicamente e não conseguiram colocação; trabalhadores encaminhados (5 vezes) às empresas e não foram efetivados; pessoas com deficiência;
- Geração de Informações sobre o Mercado de Trabalho. Realizado em parceria com o IDT, produz informações, pesquisa/estudos e publica boletins, cartilhas de cobertura estadual, visando a analisar, acompanhar e avaliar a evolução conjuntural e estrutural do mercado de trabalho no Estado, objetivando subsidiar as políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Além dos programas citados, o Governo do Estado criou o Programa Portas Abertas, que será aqui destacado, em virtude da sua relação com o objeto desta dissertação.

O Programa Portas Abertas foi implantado em 2003 e tem por finalidade criar as condições favoráveis para inclusão econômica e social de jovens de 16-24 anos, desempregados acima de 40 anos, pessoas com deficiência e ex-presidiários, egressos do sistema penal, objetivando captar vagas e capacitar, para inserir ou manter no mercado a clientela prioritária citada.

Referido programa objetiva possibilitar a inclusão do trabalhador, com maior dificuldade de inserção no mercado, sensibilizar o meio empresarial para abertura de vagas de trabalho e absorção dessa mão-de-obra, preparar, por meio de qualificação, o público atendido para assumir o primeiro emprego ou reassumir uma ocupação profissional, fazer a captação, intermediação de mão-de-obra e disseminar a cultura empreendedora.

Como ação voltada para o jovem, suas atividades estão integradas com os programas do Governo Federal, em especial, o Primeiro Emprego, o Plano Nacional de Qualificação, e empresas privadas, aumentando sua efetividade social.

A justificativa para a implementação desse programa está na realidade socioeconômica do Estado, onde somente em Fortaleza, 85.756 jovens estavam em busca do primeiro emprego, ou seja, 50,83% do total de desempregados em julho de 2003. Além disso, havia registro do aumento do índice de violência social e de violência por morte externa, em especial no âmbito do público-jovem.

Para engajamento no Portas Abertas, os jovens devem responder aos seguintes critérios, preferencialmente: renda familiar de até ½ salário mínimo, estar cadastrado no SINE/IDT, freqüentando a escola, ser filhos de pais desempregados, jovens e egressos de medidas socioeducativas, deficientes.

A operacionalização desse programa envolve cadastramento de trabalhadores, captação de vagas, capacitação, acompanhamento e avaliação. Nesta ação estão envolvidas 285 empresas públicas e privadas, com 90% de grau de satisfação positivo. As empresas parceiras receberam um selo de certificação de responsabilidade social e 76% utilizaram esse selo em suas campanhas, serviços e produtos.

O processo de capacitação para inserção e reinserção no mercado de trabalho envolveu 55,7% dos jovens em oficinas de orientação para o trabalho e 16,7% em cursos de habilitação específica, o que caracteriza uma meta insuficiente face ao número de jovens atendidos (Quadro 9).

Pelas informações geradas pela SETE/SINE/IDT, o Programa Portas Abertas teve maior impacto no Estado do que o Programa Primeiro Emprego, conforme quadro a seguir. Enquanto o Portas Abertas atendeu 29.643 jovens, o Primeiro Emprego só engajou 75 jovens no mercado formal do Ceará no período de 1/10/2003 a 31/1/2006.

Vale salientar que no PNPE, os 75 jovens foram efetivamente absorvidos pelo mercado de trabalho, com contrato formal de trabalho (emprego). Entretanto, no Portas Abertas, dentro da meta apresentada, está todo um contingente de jovens em atividade de qualificação profissional (72,4%) e somente 27,6% conseguiram inclusão no mercado, com emprego formal e/ou estágio.

Quadro 9 Jovens de 16 a 24 anos, colocados no Programa Estadual Portas Abertas e no Programa Nacional Primeiro Emprego, período de 1/10/2003 a 31/1/2006

Municípios	Atendidos no Portas Abertas	Atendidos no Primeiro Emprego
Fortaleza	9.346	75
Crateús	168	--
Aracati	357	-
Jaguaribara	22	-
Limoeiro do Norte	1.424	-
Russas	1.021	-
Camocim	252	-
Baturité	64	-
Cascavel	656	-
Caucaia	651	-
Eusébio	373	-
Horizonte	2.892	-
Maracanaú	1.460	-
Maranguape	215	-
Pacajus	509	-
Pacatuba	751	-
São G.Amarante	179	-
Sobral	4.657	-
Tianguá	70	-
Ubajara	52	-
Canindé	02	-
Quixadá	458	-
Quixeramobim	2.436	-
Barbalha	92	-
Crato	472	-
Juazeiro do Norte	398	-
Total	29.643	75

Fonte: SETE.

Assim como o PNPE do Governo Federal, o programa estadual Portas Abertas apresenta dificuldades e distorções que merecem ser analisadas e corrigidas. Entre tantas, destaco: a escolha do ocupante de uma vaga de trabalho fica a critério da empresa parceira, no geral, escolhe por critérios seletivos, a partir do perfil que deseja, portanto, a seleção não é inclusiva como pretende o programa,

restando uma massa de excluídos, desnecessários; rotatividade de mão-de-obra nos postos de trabalho, mediante a não renovação do contrato de trabalho e/ou da parceria com o Estado; risco de descontinuidade na mudança de gestão; recursos financeiros insuficientes para o programa, face à demanda crescente.

Em síntese, um sistema público de emprego capaz de contribuir para a melhor estruturação do mercado de trabalho, desde que atrelado a uma política pública que alie os instrumentos de políticas macroeconômicas à plena utilização da força de trabalho, significa um verdadeiro desafio. Todavia, isso apenas será mais viável quando o país voltar a conviver com o desenvolvimento e crescimento sustentáveis e democracia respeitada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se debate sobre políticas públicas e, nas últimas décadas, se incluiu na agenda pública a discussão sobre as políticas de juventude e trabalho na perspectiva da inclusão e do fortalecimento da cidadania.

Em um país desigual como o Brasil, que sequer chegou a realizar a experiência de um Estado de Bem-Estar, isso é insuficiente. Pode-se dizer que o Brasil incorporou tardiamente a questão das políticas de juventude, e, quando isso ocorreu, foi de forma focalizada, mesmo com o avanço do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que esse centrou o debate e o esforço nas faixas etárias abaixo de 18 anos.

O cenário social em que se insere a juventude pesquisada é perpassado pela globalização da economia, abertura de mercados, reestruturação produtiva, revolução tecnológica, aliadas à defasagem educacional, proteção e assistência social somente para os que dela necessitam, entre outras facetas que caracterizam um contexto de crise.

A emergência de novas situações e novos agentes, no entanto, não encontrando acomodação nos velhos formatos institucionais e também legais da sociedade, pressiona políticas sociais mais universais, reformas legislativas, para que se reconheçam a especificidade e as dimensões da nova condição juvenil, em conseqüência da crise social que transforma os jovens em sujeitos de políticas sociais, como grupo especialmente vulnerável, afetado por problemas específicos de desigualdade social, violência, pobreza, desemprego, drogadição, entre outros.

Ao escrever este estudo, circunscrevi a visão ao tempo atual, observando que existem grupos e segmentos juvenis que podem falar por parcelas da juventude, mas é difícil falar sobre e em nome de toda a juventude. Pesquisadores, professores, pais e governantes também não podem falar por eles. Em sua condição de existência sociocultural e histórica, a juventude não pode ser fixada de forma linear e homogênea para todos os indivíduos e sociedade.

Por se tratar de uma elaboração sociocultural, a juventude apresenta formas e condições sociais diversificadas, que imprimem à condição juvenil uma imensa ambigüidade: os limites de idade não são fixos, a liminaridade é uma condição preponderante, as questões de gênero se apresentam desiguais, a classe social define o estilo desigual de vida, os agentes juvenis ora são vítimas, ora são algozes da sociedade; em certas situações, são força de trabalho ativa, mas em outras são desqualificados e assim por diante. Essa condição da relatividade, se por um lado exclui os jovens de participação na definição de certas condições, por outro, os deixa numa posição confortável por ainda não terem de assumir todas as responsabilidades do mundo adulto.

Hoje, no entanto, dificilmente se pode negar que os jovens se converteram numa categoria social, interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculada da idéia de mera transição. Na realidade, os jovens se constituem no espaço social em que agentes se encontram envoltos em relações sociais com seus pares, família, escola, comunidade, outros. Portanto, trata-se de uma categoria relacional, que exige um desenvolvimento de políticas articuladas entre si, ensejando condições para que esse jovem possa exercer plenamente seu estado de cidadão.

Vale destacar que o jovem não é "o adulto de amanhã", ele é o jovem de hoje. Longe do aparente significado da frase, deve-se atentar para o fato de que este jovem (hoje) é um sujeito em constante relação com outros, vivendo um *contínuum* de elaboração de si e das relações sociais, em que é ser social, emissor e receptor de ações-reações. Portanto, ele não é ainda o adulto que será – e isso é bom - a menos que seja impedido – e isso é mau – de se fazer adulto durante seu processo de desenvolvimento.

O estudo em pauta sinalizou a existência de certo predomínio conceitual, que polariza o conceito da juventude: a juventude representada pelos jovens bem-sucedidos (ricos), os despossuídos (pobres), os desvalidos (marginais, desviantes), os negros, os indígenas, os de território periféricos (favelados, subdesenvolvidos), os do Primeiro Mundo, entre outros. Ao se olhar a juventude sob a perspectiva socioestrutural, sem dúvida, pode-se falar dessas diferentes juventudes, representadas pelos jovens integrados que fazem uso de sua "moratória de papéis"

e contrastam com jovens em situação de desintegração, excluídos, os chamados “jovens-problema” que, na lógica do capital, são desnecessários. Ao se passar da lógica global à lógica das sociedades nacionais, porém, o problema torna-se gritante, quando o contingente de “desnecessários” passa a ser 20% da população total do País e do Estado, significando um risco à sustentabilidade da sociedade.

A condição juvenil tratada neste estudo investigativo é constituída sobre o pano de fundo da crise do Estado, das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio debilita-se pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadora da sociedade.

Um dos aspectos percebidos neste estudo diz respeito às manifestações expressas nas falas dos jovens no tocante ao desejo de não continuarem vivendo e reproduzindo a situação de pobreza herdada de seus pais, fruto de uma sociedade marcada pela falta de proteção e promoção social. Essa perspectiva negativa origina pessimismo e prejudica a formulação de projetos de vida, contribuindo para a reprodução do mosaico da desigualdade social.

Os jovens pesquisados classificaram a fase juvenil não só pela faixa etária mas também pelas condições concretas de vida, uma vez que mencionaram relações entre os aspectos: classe social, estilo de vida, atividade, trabalho, responsabilidade, maturidade e outros.

A condição social desses jovens é marcada pelas peculiaridades da situação de pobreza, pois 45% dos domicílios são gerenciados por pessoa com padrão socioeconômico abaixo da linha de pobreza (IBGE, IPECE). Verifiquei que 82% das famílias são consideradas pobres, com rendimento de 1/2 a 1 salário mínimo, 12% sem rendimento, 25% de 1 a 2 salários mínimos e 6% acima de 2 salários mínimos. A carência socioeconômica vivida na família foi detectada como fator principal pela busca de trabalho por 70% dos jovens respondentes da pesquisa. Reforçando o quadro de exclusão, 30% dos responsáveis pela família estavam sem trabalho e 14% trabalhavam de forma assistemática (às vezes).

Constatei que 31% das famílias são chefiadas por mulheres e 21% por parentes, com destaque para a figura dos avós. Os jovens fazem menção às

dificuldades que as mães têm para cumprir jornada dupla de trabalho, subdividida entre o espaço público e o privado, incluindo a socialização dos filhos, atividades domésticas, atividades ocupacionais, entre outras.

A amostra sinalizou que 95% dos jovens residem com as famílias e somente 5% já constituíram domicílio próprio. A unidade familiar, nesse caso, ainda predomina como espaço de segurança e acolhimento, apesar da convivência com riscos e vulnerabilidades sociais.

Observei que uma das situações de tensão vivida pelos jovens está relacionada à pressão que os pais/responsáveis fazem para que os filhos jovens ingressem no mercado de trabalho (inserção no emprego), a partir da posição que esses filhos ocupam na estrutura familiar, ou seja, a pressão é maior para o sexo masculino, primogênito, maior de idade, concludente do Ensino Médio, outros.

Em contato com os jovens e suas famílias, identifiquei um consenso em torno do valor da educação formal, como um dos vetores potencializadores de mobilidade social e inclusão no mercado de trabalho. Predomina a máxima "estudar para ter um futuro, um emprego melhor". Suponho que isso historicamente se reproduz, uma vez que o sistema educativo foi o mecanismo a partir do qual os jovens pobres, de gerações passadas, trilharam itinerários de promoção e mobilização social, bem como o investimento em educação foi uma das poucas respostas que o Estado deu para a incorporação social das novas gerações.

Contraditoriamente, percebi um sentimento de frustração por parte dos jovens (estudantes, cursistas de qualificação profissional), que, após formação, não conseguiram inserção no mercado de trabalho. No universo deste estudo, nenhum jovem foi detectado como analfabeto, 59% estavam cursando o Ensino Médio, 35% possuíam o Ensino Fundamental incompleto e 2% estavam no Ensino Fundamental, o que caracteriza a elevação do nível de escolaridade, apontada pelo IBGE (2000). Também verifiquei a participação reduzida (4%) de jovens no Ensino Superior, apesar de ser o sonho de 66% dos jovens chegarem à universidade. Constatei que 97% dos jovens afirmaram gostar da escola, mas assinalam a insatisfação com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, que não os situa em pé de igualdade

com os alunos da escola privada, principalmente em processo seletivo para ingresso em concurso público, exame de vestibular e aquisição de emprego.

Com base nos autores referenciados e na realidade observada, é necessário continuar universalizando os níveis de ensino, buscando encontrar soluções para os déficits da qualidade e ensinar inclusão da juventude no meio universitário e técnico-tecnológico, de forma a romper com o mito de que existe trabalho/emprego e não há capital humano qualificado. Além disso, é preciso desnudar o fenômeno do alargamento dos anos de escolaridade, que não deve vir para disfarçar o desemprego nessa faixa etária, mas sim para possibilitar melhor formação e qualidade de vida, mediante a aquisição de conhecimentos e competências profissionais. Portanto, não é cabível empurrar para o espaço privado (casa/família/jovem) questões de natureza estrutural, de âmbito público-estatal, como a falta de emprego e escola de qualidade.

A pesquisa referendou a presunção de que 79% dos pais, segundo os jovens, desejam que os filhos na fase juvenil estudem e trabalhem, com objetivo de “progredir na vida, ajudar financeiramente a família”. Essa aspiração comunga com a opinião dos jovens que querem o trabalho como uma forma de ascender socialmente, de evitar o rebaixamento na estrutura de classe e não reproduzir a pobreza herdada dos pais. Essa ambigüidade entre o tempo da escola e do trabalho, ou mesmo a maestria entre um e outro, pode produzir um tempo de espera, de frustração e exposição para os jovens pobres, pois são evidentes as suas chances de escorregar para a transgressão, tanto no presente (incerto) como no futuro, em face dos riscos pessoais e sociais.

Madeira (1986) denomina de marcas da juventude algumas das atividades que identifiquei como corriqueiras no cotidiano dos jovens (ver/ouvir TV e som, praticar esporte, conversar nas ruas, realizar atividades domésticas etc.). Percebi, pelos depoimentos dos entrevistados, que tais ações repetidas dia-a-dia, emolduram um cotidiano sem muita estimulação e com poucas possibilidades. Muitos dos jovens entrevistados gozavam de abundante tempo livre, em virtude da falta de estudo, de trabalho, lazer, ou opções de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor.

Nesta fase da vida, convém proporcionar aos jovens um largo e rico espectro de opções, atividades que despertem seus interesses, potencialidades, canalizem e produzam atitudes empreendedoras e “empoderadoras”, tornando-os protagonistas. Como ressalta Abramo (1987, p. 128), “são sujeitos e devem ser tratados como tais”, quebrando o mito da polarização entendida socialmente, que os situa no geral como vítimas ou transgressores. Durante os contatos que mantive com os pesquisados, pude perceber o envolvimento e a centralidade do grupo nos debates, com proposições e respostas significativas.

O estudo em apreço traz indicativos de que há certa dificuldade, por parte dos gestores das políticas públicas, de irem além da consideração do jovem como problema social e incorporá-lo como pessoa capaz de formular questões significativas, de propor ações resolutivas, de sustentar uma relação dialógica com outros agentes sociais, contribuindo nas soluções do problema, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Os sujeitos desta pesquisa apontaram e priorizaram os itens trabalho, profissão e moradia como essenciais para a condição humana e o exercício de uma vida digna. Conclui-se que o trabalho, como sinônimo de emprego, ação geradora de renda e reconhecimento social, é o sonho ainda acalentado pelos jovens. Essa realização é intrinsecamente relacionada com o desejo de independência, responsabilidade, qualidade de vida. Segundo Foracchi (1972, p. 13), são atributos do que significa ser adulto, na sociedade ocidental. Assim, o trabalho é categoria fundante da sociabilidade humana, sendo o fundamento das diversas formas pelos quais os homens organizam a produção e a distribuição (apesar de desigual) da riqueza social.

Para os jovens pesquisados, o trabalho representa uma categoria concreta formada pela concepção de emprego, remuneração, ensejando condições de sobrevivência, com suporte de inscrição na estrutura produtiva e social.

É nesse sentido que eles reafirmam o chavão de que “o trabalho dignifica o homem”, pois lhe permite o exercício de sua função social pelo desenvolvimento de seu potencial físico e mental, apesar de serem reconhecidas as relações de exploração entre patrão e empregados na sociedade capitalista. No estudo em apreço, o trabalho

apareceu como fator estruturante da existência dos indivíduos, não apenas determinando o ganha-pão, mas o estatuto e a estima de si, também as relações sociais animadas pelas lutas em nome de condições de existências mais dignas.

Ainda neste contexto, os jovens temem o desemprego, não só porque afeta a sua qualidade de vida material, mas também porque favorece o estigma do "apêndice social, do desocupado, do incapaz, do indigente". Em seus diálogos, o grupo de jovens manifesta frustração no exercício da saga em busca de trabalho e o sentimento de desfiliação, por não ter inscrição como trabalhador assalariado, capaz de prover sua existência social. Eles percebem que, na contemporaneidade, o mundo do trabalho passa por um processo de crise. Para os jovens, "tudo é fruto da deficiência das políticas de governo, da desigualdade entre rico e pobre, da corrupção" (Jovem, sexo masculino, 21 anos).

Essa fala entra em consonância com a ineficiência do modelo de política para a juventude, implementado a partir da década de 1990, preocupado com a incorporação dos jovens excluídos no mercado de trabalho, e com a qualificação profissional. Embora esse modelo represente um avanço, se comparado com os de enfoque compensatório e assistencial, ele pecou pela visão unilateral, na medida em que sinalizou ao jovem com qualificação a idéia de que teria emprego, omitindo a evolução crescente do desemprego e a crise do trabalho.

O panorama do trabalho no Ceará (IDT/SETE, 2003) aponta para uma deficiência estrutural, ineficiência das políticas de emprego e geração de renda e para uma disfunção do trabalhador, mediante a pouca qualificação profissional, baixa escolaridade, insuficiente formação em tecnologia de informática, e outros caracteres que não respondem ao perfil exigido pelo mercado globalizado.

A taxa de participação jovem no mercado cearense decresceu de 63,50% para 61,09%, de 1993 para 2003, evidenciando que as oportunidades de trabalho estão aquém do crescimento populacional desse segmento; um indicativo sério das dificuldades de inserção no mundo laboral cearense, visto que as economias nacional e local não estão sendo capazes de gerar a quantidade de empregos suficientes para absorver o crescimento vegetativo da força de trabalho jovem.

O desemprego juvenil é crescente, pois, de 1993 para 2003, foi ampliado de 29,93% para 36,41%. Segundo dados do Governo estadual (IDT, 2003), na última década, enquanto a população jovem cearense ampliou-se em 24,76%, o total de desempregados jovens cresceu 126,06%, ou seja, 5 vezes mais rápido, relativamente à sua população. O patamar de desemprego jovem é três vezes maior do que o do adulto.

Esta pesquisa conduziu à consideração de que o trabalho passa por metamorfoses dentro da cadeia produtiva, com situações de precarização, flexibilização e em estado de escassez. Outro aspecto diz respeito ao caráter antinômico do trabalho, que não é apreendido pelos programas sociais. Esses, quando dirigidos aos jovens, revelam suas limitações ao não considerarem que o trabalho juvenil, mesmo quando regulado por acordo entre governos e parceiros privados, está submetido à mesma ordem econômica, responsável pela alienação do trabalhador e seus subprodutos. Assim, ao mesmo tempo em que é via de alienação, é também caminho de emancipação. É uma questão dialética que aponta para o trabalho não só como fonte de riqueza e exploração material, mas que envolve todo um conjunto de relações que produz autoconceito, auto-estima, identidade, pertença. Nessa complexidade, o trabalho traz um conteúdo ideológico que visa à legitimação e manutenção do sistema capitalista, no modelo político neoliberal.

Os programas de governo na área do trabalho, emprego e renda, por estarem comprometidos com o modelo neoliberal e com os interesses de mercado, situaram-se como amortecedores da problemática da juventude desassistida, contribuindo para a adaptação à sociedade capitalista. O trabalho é usado como uma estratégia de combate ao ócio e à delinquência juvenil, mas esse instrumento se apresentou desprovido de munição para o enfrentamento do desemprego crescente.

Nesse contexto, pude compreender por que a inserção juvenil no mundo do trabalho acontece, no geral, por intermédio de atividades sem exigências de qualificação, com baixa remuneração, sem garantia dos direitos sociais e com discriminação, não questionando a base da organização social e legitimando a ordem social.

Outro ponto modal dessa questão é o caráter da formação profissional juvenil. Para a maioria dos pais a educação formal e profissional determina chances

de emprego e melhoria de vida. Já para os jovens, isso representa “meia verdade”, pois muitos não acreditam na visão redentorista da educação, em face da sociedade desigual, seletiva e excludente.

Tal concepção é tida como condição de inserção do jovem no seu primeiro emprego e aparece como objetivo à formação junto ao trabalhador. É nessa perspectiva que se cruzam uma política de acesso ao 1º emprego e uma política de enfrentamento do desemprego do trabalhador em geral. Traz a retórica de que o desemprego é o resultado da inadequação desta população (PEA) às exigências de qualificação. Com isso, está implícita a idéia de que há oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa, contanto que a mesma se adapte às demandas do novo quadro. Com isso, há uma individualização do problema “emprego-desemprego”, com acento em dois aspectos: primeiro, o esvaziamento do problema como expressão da questão social e da responsabilidade do Estado, responsabilizando o cidadão por sua inclusão/exclusão no mercado; o outro diz respeito à incorporação passiva do trabalhador a esse sistema, criando assim novas bases de consentimento e exploração. Para as famílias e jovens, a partir do senso comum, resta posta na qualificação uma promessa de “reinclusão” social.

O panorama do Brasil e do Ceará mostra a disparidade entre o discurso e a realidade. A formação profissional juvenil atingiu percentuais mais expressivos a partir da realização de cursos básicos, no geral, executados por uma rede de fundações e entidade sociais, ligada à área da assistência social. Os cursos passaram longe de representar uma formação efetiva de qualificação para a juventude, tampouco garantiram a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Sem apelar para generalizações, vinculo os resultados dessa investigação aos dados da pesquisa da SEFOR/Mtb (1999), pois ambas apresentam “pontos críticos”, semelhantes, apontados pelos educandos egressos de cursos de Educação Profissional, tais como: a limitação e/ou desarticulação dos conteúdos, a duração reduzida, ausência de estágio e qualificação insuficiente.

Vale mencionar que os jovens sinalizaram a necessidade do desenvolvimento de qualificações técnicas e tecnológicas voltadas para ocupações que tenham referências concretas no sistema produtivo; que assegurem aos

educandos jovens o domínio das áreas do conhecimento específico; garantam a experiência e valorização da prática por meio de estágio, entre outros.

Existe profundo mal-estar no espaço estatal, um desarranjo, uma falta de estruturação e gestão, com flutuação constante em relação ao mundo do trabalho. Reconheci essa situação e suas conseqüências no *locus* da pesquisa em pauta, mas não quero sucumbir ao extremo da carga dramática de qualquer visão apocalíptica, associada ao colapso definitivo, ao fim do trabalho e da classe que vive do trabalho, da negação dos rituais de passagem, dos valores locais etc. Prefiro denominar essa realidade como situação de crise do Estado, do trabalho e da idéia de cidadania.

Emerge no cenário a idéia de reforma fixada na agenda nacional como alternativa de mudança para essa realidade. Para tanto, deverá romper com o ideário neoliberal e implementar ações de distribuição de renda, retomar o desenvolvimento sustentável, dinamizar o sistema de proteção social e de direitos de cidadania, fazendo com que as políticas econômicas e sociais ganhem maior integração, consistência, maiores chances de implementação, maior rigor técnico e efetividade social.

Novas tendências inseridas no mundo do trabalho estão associadas a um mercado de trabalho que se define, por meio de uma processualidade contraditória, passando a caracterizar-se como retração do setor industrial, fabril e expansão do setor terciário, com aumento considerável nos níveis de desemprego e trabalho precário, o que acentua ainda mais a exploração e a exclusão dos jovens.

A racionalização própria do sistema capitalista tende, ao ser movida pelas razões do capital, a eliminar as subjetividades do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo em operações parciais, gerando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Tem-se a reificação. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria barata, cuja finalidade é a produção de mercadorias.

Na perspectiva de que um dos vínculos dominante de inserção na sociedade moderna continua a ser a integração pelo trabalho, a transformação produtiva adquire preponderância nas trajetórias de exclusão social. Transitando por entre as zonas de vulnerabilidade e de exclusão social, estão os jovens pobres, que

vivenciam a saga em busca de trabalho e a *Via crucis* do desemprego. A parcela dos jovens pesquisados demonstrou que as atividades no mercado informal, por mais constantes e persistentes que venham a se tornar, não são considerados trabalho, sendo este a rigor definido por referência à carteira de trabalho assinada, que lhes confere identidade e lhes garante direitos sociais, tudo o mais caindo na categoria genérica das atividades de sobrevivência, algo como “viração” que, a rigor, caracteriza o biscateiro, mas não o trabalhador formal.

A flexibilização do emprego contribuiu para a proliferação da mão-de-obra abaixo da escala e para a proliferação de novos biscates, aceitando-os fazerem o que quer que seja. A divisão entre os estratos de trabalhadores qualificados e/ou estáveis, os que estão em situação de precariedade e os desempregados, enfraquecem as lutas anticapitalistas. Os primeiros pelo engajamento e influência do processo de manipulação no interior do espaço produtivo, suscetíveis às ações de inspiração neocorporativas. Os outros, pelas condições de despossuídos, são mais propensos à rebeldia e resistência ou ao extremo de terem que aceitar a situação de forma passiva, pela garantia da sobrevivência. Assim, para além do fim do trabalho, precisamos compreender a crise que afeta o trabalho e o trabalhador, de modo ampliado. Implica estender esse conjunto de situações estruturais e conjunturais (nacional e internacional) a esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são os assalariados e desprovidos dos meios de produção. Sua nova morfologia – sua outra conformação – é ainda mais fragmentada, heterogênea e tornada mais complexa do que aquelas dos anos passados.

Assim os jovens pobres, muitas vezes, vivem situação ambígua, desprovida de reconhecimento social e da participação social, em face das reduzidas oportunidades do exercício do protagonismo social e da fragilidade da cidadania. Há certa predominância do jovem como provedor de problemas, rotulado pelo estigma de desocupado. Existe também uma massa obscurecida pela característica da pobreza (principalmente desses que não são marginais), acrescidos da indiferença, do conformismo e da fatalidade. Na condição de ator secundário ou excluído, muitas vezes os jovens reagem de forma radical, violenta, resistente. No geral, fazem isso como forma de protesto (DIÓGENES, 1998), expressando o seu desencanto, insatisfação e desautorização com os papéis, funções apontadas para eles, pela sociedade adultocêntrica.

A dimensão sociofamiliar mantém-se como a principal referência para o indivíduo, sendo o suporte mais estável diante das freqüentes adversidades oriundas do mercado de trabalho, da precariedade das proteções sociais e dos estigmas reinantes na sociedade. Para os jovens pesquisados, a família é o espaço de pertença que viabiliza a sobrevivência cotidiana mediante o esforço coletivo de todos os seus membros (daí a necessidade de trabalhar para ajudar a família).

Contraditoriamente, observei uma fragilidade da família para cumprir seu papel no âmbito da reprodução social, como suporte material e de integração social, em decorrência das crises socioeconômicas nacionais e das interferências das políticas financeiras internacionais. Assim, passou a existir um fosso entre o esforço privado e o público diante da lacuna institucional de políticas públicas efetivas e sustentáveis.

É essencial que o conjunto de ações públicas e governamentais incorporem em seus planos os agentes diretamente interessados – os jovens – não somente em momentos de consultas e escutas, mas de forma a possibilitar a sua participação social, chegando às deliberações. Isso deve ser posto não como concessões do poder público e sim como conquista de direitos, que incluem deveres, responsabilidades e cidadania ativa.

Concluindo, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma crise do trabalho e não o fim do trabalho, como assinala Castel: “o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem” (1998, p.18).

Cheguei ao fim de um percurso... A caminhada continua. Não há como sugerir pautas de soluções categóricas e milagrosas, mas se pode fixar algumas idéias preliminares e pistas, que não garantem, por si, o encontro de soluções, porém contribuem para repensar saídas.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**; punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, ANPOCS, 1994.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.) **Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**. São Paulo; ANPOCS, n. 5 e 6., p. 25-36. 1997

\_\_\_\_\_. A revolução tecnocientífica e o movimento social: mudanças tecnológicas e juventude. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (Orgs.). **Estratégia**: a luta política além do horizonte visível. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 164-1/3.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, M. Virginia de; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, M. Virginia de. **Dados sobre juventude no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 1995.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O sentido do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, João Protagil P. de. **Município empreendedor**: política de trabalho, renda e empreendedorismo. Fortaleza: SETE/IDT, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

ARIAS, Afonso Rodrigues. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos na presente década. In: **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**. v. 2. Brasília: CNPD, 1998.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, 1981.

BARREIRA, César et al. **Ligado na galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília; UNESCO, 1999.

BOURDIEU, Pierre A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. O espírito da família. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

BRIGMANN, Arcanjo Pedro. Discurso: estrutura, evento ou processo? **Revista Educação, Subjetividade e Poder**. v. 3. Porto Alegre: Núcleo de Estudos sobre Subjetividade, Poder e Educação/UFRGS; Editora UNIJUI, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. O que é a família. In: BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**. São Paulo; Editora Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei Federal nº 9.394**, de 20.12.1996. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Fortaleza: IOCE, 1991.

CARLINI-COTRIN, Beatriz. Estranhando o óbvio. In; ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. v. de; SPÓSITO, M. P. (Orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVAJAL, Guilermo. **Tornar-se adolescente**: a aventura de uma metamorfose: uma visão piscanalítica da adolescência. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. Porto Alegre: Vozes, 1996.

CEARÁ, **Pesquisa de mercado de trabalho no Ceará**. Fortaleza: SETE/IDT, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre comportamento de risco na adolescência**. Fortaleza: SAS/Zaytec, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

DAMASCENO, M. Nobre. Entre o sonho e a realidade: os jovens e as relações com o mundo do trabalho. **Revista Educação em Debate**. v. 21, n. 39. Fortaleza, 2000.

\_\_\_\_\_. O saber dos jovens em relação ao aborto e às drogas. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, M. Nobre (Orgs.) **Artesãos de um outro ofício**: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo: Annalume; Fortaleza: SECULT, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Trajetórias da juventude**. Fortaleza: LDC, 2001.

DEBESSE, M. **A adolescência**. São Paulo: Europa-América, 1946.

DEMAZIÈRE, Didier. **La sociologia du chômage**. Paris: La Decouverte, 1995.

DEREYMEZ, Jean-William. **Lê travail**: histoire, perspectives. Grenoble; PUG, 1995.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip hop. São Paulo: Annalume; Fortaleza: SECULT, 1998.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento na prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro; Florense Universitária, 1995.

FUNDO das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência. **Situação mundial da infância**. Brasília: UNICEF, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYSSENET, Michel. A divisão capitalista do trabalho, In: HIRATA, Helena (Org.). Tempo Social (Dossiê) V. I. São Paulo: USP, 1989.

GALLAND, Olivier. **Sociologia de la jeunesse: la entrée dans l' vie**. Paris: Armand Colin, 1991.

GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.) Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. N. 5 e 6, p. 53-62. São Paulo: ANPEC, 1997.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANI, Otávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (CD-Room).

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Geografia da educação brasileira**. Brasília: INEP, 2000.

IULIANELLI, Jorge Afílio; FRAGA, Paulo Cezar (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Celso B. **O século do desemprego**. São Paulo: LTr, 1994.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LUKÁCS, G. As bases antológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Termos de Ciências Humanas**. n. 4. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **Antologia do ser social**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70. questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**. n. 58. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. Recado dos jovens: mais qualificação. In: **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (Org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Escola noturna e jovens. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo: ANPEC, 1997.

MARTINS, Heloísa H. T S. O jovem no mercado de trabalho. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo: ANPED, 1997.

\_\_\_\_\_. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, Helena W.; FREITAS, M. Virgínia de; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo; Hicitec, 2000.

MATOS, Kelma. **Juventude e escola**. Dissertação (Doutorado). UFC – Fortaleza-CE, 2001.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo: ANPEC, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. MINAYO, Maria Cecília de S. et al. **Fala galera**: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/UNESCO, 1999.

**O POVO**, Jornal. Caderno de Economia, edição 19.9.2004.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental. **Trabalho e Sociologia**. v. 1, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989a.

OZELLA, S.; AGUIAR, W. M.; SANCHEZ, S. G. **As concepções de adolescentes sobre adolescência/adolescente**: um estudo em grupos étnicos e classes sociais. Tese (Mestrado) São Paulo: PUC, 2001.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.

PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: Editora LTr, 1997.

PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEC), 1997.

**PLANO Nacional de Qualificação (PNQ)** – 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo; Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: Juventude, educação e sociedade. **Movimento** – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. n. 1. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.7

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Outra cidade é possível**: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Atlas da exclusão social**. V. 4. São Paulo: Cortez, 2004.

PORDEUS, JR. Ismael. A magia do trabalho: macumba cearense e festas de possessão. Fortaleza; SECULT, 1993.

REVISTA Brasileira de Educação. n. 5 e 6. mai.-dez. São Paulo: ANPEC.

RIFKIN, Jeremy. **O fim do emprego**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Editora Universitária Santa Úrsula e AMAIS, 1997.

SANTOS, J. B. Feitosa dos. **O avesso da maldição do Gênesis**: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2000.

SCHINDLER, Nobert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SPÓSITO, Marília Pontes. Juventude, crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre juventude em educação. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. p. 15-24. São Paulo: ANPEC, 1997.

\_\_\_\_\_. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104. julho 1998b. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. Educação e juventude: versão reformulada de texto apresentado como documento base no grupo temático Educação e Juventude no **Encontro Preparatório à Reunião dos países do Mercosul – Estratégia Regional de Continuidade da V CONFINTEA**. Curitiba, outubro 1998a.

\_\_\_\_\_. Imagem e realidade dos jovens. **Mundo Jovem**. v. 37, n. 299, ago. 1999. Porto Alegre.

VARANAC, André. As categorias de idade numa sociedade tradicional. In: BRITO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude III**: a vida coletiva juvenil. Tradução de Narciso José de Melo e Luís Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

WASELFISZ, Jacob (Coord.) **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1998.

WASELFISZ, Jacob. **Mapa da violência II**: os jovens no Brasil. Brasília: UNESCO, 2000a.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.



## ANEXOS

Resultado do PNPE – 2003/2004/2005

Mês	2003	2004	2005
Janeiro	-	9	3
Fevereiro	-	5	1
Março	-	9	2
Abril	-	5	5
Maiο	-	3	1
Junho	-	2	3
Julho	-	2	1
Agosto	-	5	-
Setembro	-	3	-
Outubro	-	3	-
Novembro	3	5	-
Dezembro	2	3	-
Total	5	54	16

Consulta da Intermediação – Colocados do Portas Abertas, período 1.10.2003 a 31.1.2006

(Continua)

Região	Município	Posto	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc.CTA	Total
Centro-Sul	Iguatu	U.A. de Iguatu	289	101	18	0	0	408
<b>Centro-Sul</b>			<b>289</b>	<b>101</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>408</b>
Fortaleza	Fortaleza	B.E. do José Walter	0	0	1	0	0	1
Fortaleza	Fortaleza	B.E. João XXIII	1	1	0	0	0	2
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Luíza Távora	5	1	1	0	0	7
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Senai	7	0	2	0	0	9
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Sta. Terezinha	2	0	0	0	0	2
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Genibau	9	0	1	0	0	10
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Polícia Militar	0	0	0	0	0	0
Fortaleza	Fortaleza	B.E. CDL	96	1	1	0	0	98
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Conj. Palmeiras	3	0	1	0	0	4
Fortaleza	Fortaleza	B.E. DERT	2	0	0	0	0	2
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Pirambu	3	2	0	0	0	5
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Prefeitura Municipal de Fortaleza	2	0	3	0	0	5
Fortaleza	Fortaleza	B.E. UECE	6	0	2	0	0	8
Fortaleza	Fortaleza	B.E. UFC	29	0	2	0	0	31
Fortaleza	Fortaleza	B.E. UNIFOR	38	0	1	0	0	39
Fortaleza	Fortaleza	B.E. Central Fβcil	0	0	0	0	0	0
Fortaleza	Fortaleza	CTA	0	0	0	0	173	173
Fortaleza	Fortaleza	N. R. METROPOLITANA	6.289	49	42	0	0	6.380
Fortaleza	Fortaleza	U.A. 1 Emprego	77	2	0	0	0	79
Fortaleza	Fortaleza	U.A. Aldeota	626	137	47	0	0	810
Fortaleza	Fortaleza	U.A. Barra do Ceará	774	605	82	0	0	1.461
Fortaleza	Fortaleza	U.A. Messejana	798	426	31	0	0	1.255
Fortaleza	Fortaleza	U.A. Parangaba	578	167	87	0	0	832
Fortaleza	Fortaleza	U.A. P. P. Deficiência	1	0	1.841	0	0	1.842
<b>Fortaleza</b>			<b>9.346</b>	<b>1.391</b>	<b>2.145</b>	<b>0</b>	<b>173</b>	<b>13.055</b>
Inhamuns	Crateús	U.A. Crateús	168	28	11	0	0	207
<b>Inhamuns</b>	<b>Crateús</b>	<b>U.A. Crateús</b>	<b>168</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207</b>
Leste	Aracati	U.A. Aracati	357	211	5	0	0	573
Leste	Jaguaribara	U.A. Jaguaribara	22	2	0	0	0	24
Leste	Limoeiro do Norte	U.A. Limoeiro do Norte	1.424	546	4	0	0	1.974
Leste	Russas	U.A. Russas	1.021	44	5	0	0	1.070
<b>Leste</b>			<b>12.824</b>	<b>803</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.641</b>
Litoral-Oeste	Camocim	U.A. Camocim	252	10	24	0	0	286

## Consulta da Intermediação – Colocados do Portas Abertas, período 1.10.2003 a 31.1.2006

(Conclusão)

Região	Município	Posto	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc.CTA	Total
<b>Litoral-Oeste</b>			<b>252</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>286</b>
Metropolitana	Baturité	U.A. Baturité	64	2	0	0	0	66
Metropolitana	Cascavel	U.A. Cascavel	656	427	15	0	0	1.098
Metropolitana	Caucaia	U.A. Caucaia	651	557	55	0	0	1.263
Metropolitana	Eusébio	U.A. Eusébio	165	79	3	0	0	247
Metropolitana	Eusébio	U.A. EUS+BIO	108	5	5	0	0	118
Metropolitana	Horizonte	U.A. Horizonte	2.892	511	87	0	0	3.490
Metropolitana	Maracanaú	U.A. Maracanaú	1.460	545	136	0	0	2.141
Metropolitana	Maranguape	U.A. Maranguape	215	295	37	0	0	547
Metropolitana	Pacajus	U.A. Pacajus	509	34	41	0	0	584
Metropolitana	Pacatuba	U.A. Pacatuba	751	29	40	0	0	820
Metropolitana	S.Gonçalo do Amarante	U.A. S.Gonçalo do Amarante	179	36	12	0	0	227
<b>Metropolitana</b>			<b>7.650</b>	<b>2.520</b>	<b>431</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10.601</b>
Norte	Sobral	U.A. Sobral	4.657	321	694	0	0	5.672
Norte	Tianguá	U.A. Tianguá	63	3	2	0	0	68
Norte	Tianguá	U.A. TIANGU-	7	0	3	0	0	10
Norte	Ubajara	U.A. Ubajara	529	191	8	0	0	728
<b>Norte</b>			<b>5.256</b>	<b>515</b>	<b>707</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.478</b>
Sertão Central	Canindé	U.A. Canindé	2	0	3	0	0	5
Sertão Central	Quixadá	U.A. Quixadá	458	335	23	0	0	816
Sertão Central	Quixeramobim	U.A. Quixeramobim	2.436	33	7	0	0	2.476
<b>Sertão Central</b>			<b>2.896</b>	<b>368</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.297</b>
Sul	Barbalha	U.A. Barbalha	92	95	19	0	0	206
Sul	Crato	U.A. Crato	472	348	116	0	0	936
Sul	Juazeiro do Norte	U.A. Juazeiro do Norte	398	269	51	0	0	718
<b>Sul</b>			<b>962</b>	<b>712</b>	<b>186</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.860</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>29.643</b>	<b>6.448</b>	<b>3.569</b>		<b>173</b>	<b>39.833</b>

Resultados do Programa Portas Abertas  
Período: outubro.2003 a 31.1.2006

Região	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc_CTA	Total
Centro Sul	289	101	18	0	0	408
Fortaleza	9.346	1.391	2.145	0	173	13.055
Inhamuns	168	28	11	0	1	207
Leste	2.824	803	14	0	0	3.641
Litoral-Oeste	252	10	14	0	0	286
Metropolitana	7.650	2.520	431	0	0	10.601
Norte	5.256	515	707	0	0	6.478
Sertão Central	2.896	368	33	0	0	3.297
Sul	962	712	186	0	0	1.860
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29.643</b>	<b>6.448</b>	<b>3.569</b>	<b>0</b>	<b>173</b>	<b>39.833</b>

Período: 1.1.2004 a 31.1.2004

Região	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc_CTA	Total
Centro Sul	1	1	0	0	0	2
Fortaleza	114	34	46	0	12	206
Inhamuns	3	0	0	0	0	3
Leste	22	1	0	0	0	23
Litoral-Oeste	4	1	0	0	0	5
Metropolitana	139	68	3	0	0	210
Norte	43	14	3	0	0	60
Sertão Central	81	13	0	0	0	94
Sul	155	156	3	0	0	314
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>562</b>	<b>288</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>917</b>

Período: 1.1.2004 a 31.1.2004

Região	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc_CTA	Total
Centro Sul	2	0	1	0	0	3
Fortaleza	79	84	63	0	14	240
Inhamuns	4	0	1	0	0	5
Leste	4	0	0	0	0	4
Litoral-Oeste	14	2	0	0	0	16
Metropolitana	82	21	17	0	0	120
Norte	85	10	6	0	0	101
Sertão Central	84	4	0	0	0	88
Sul	44	30	2	0	0	76
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>398</b>	<b>151</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>653</b>

Período: 1.1.2006 a 31.1.2006

Região	16 a 24	a partir 40	PCD	Egressos	Insc_CTA	Total
Centro Sul	7	0	0	0	0	7
Fortaleza	581	54	71	0	16	722
Inhamuns	5	1	0	0	0	6
Leste	0	0	0	0	0	0
Litoral-Oeste	4	0	1	0	0	5
Metropolitana	213	93	25	0	0	331
Sertão Central	41	1	0	0	0	42
Sul	126	67	2	0	0	195
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.008</b>	<b>223</b>	<b>102</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>1.349</b>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)